

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano IX Nº 54

Brasília, segunda-feira, 27 de março de 2000

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA

Presidente: Edimar Pireneus (PMDB)**Vice-Presidente:** Gim Argello (PFL)**1º Secretário:** Wasny de Roure (PT)**2º Secretário:** Daniel Marques (PMDB)**3º Secretário:** Benício Tavares (PTB)**Suplentes da Mesa:** César Lacerda (PTB) e Chico Floresta (PT)

I - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Anilcéia Machado (PSDB)**Vice-Presidente:** Renato Rainha (PL)**Membros Efetivos:** Sílvio Linhares (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Anilcéia Machado (PSDB), Wilson Lima (PSD), Alírio Neto (PPS), Renato Rainha (PL), e Benício Tavares (PTB)**Suplentes:** Daniel Marques (PMDB), Chico Floresta (PT), Rajão (PSDB), Aguinaldo de Jesus (PFL), Rodrigo Rollemberg (PSB), Agrício Braga (PFL) e César Lacerda (PTB)

II - COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: João de Deus (PDT)**Vice-Presidente:** César Lacerda (PTB)**Membros Efetivos:** Daniel Marques (PMDB), Wasny de Roure (PT), Aguinaldo de Jesus (PFL), Rodrigo Rollemberg (PSB), João de Deus (PDT), César Lacerda (PTB) e Xavier (PPB)**Suplentes:** Jorge Cauhy (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Anilcéia Machado (PSDB), Alírio Neto (PPS), Maria José-Maninha (PT), Benício Tavares (PTB) e Renato Rainha (PL)

III - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidente: Lúcia Carvalho (PT)**Vice-Presidente:** Maria José-Maninha (PT)**Membros Efetivos:** Lúcia Carvalho (PT), Maria José-Maninha (PT), Jorge Cauhy (PMDB), Agrício Braga (PFL), Tatiko (PSC), Rajão (PSDB) e José Edmar (PMDB)**Suplentes:** Chico Floresta (PT), Paulo Tadeu (PT), Daniel Marques (PMDB), Renato Rainha (PL), Rodrigo Rollemberg (PSB), Wilson Lima (PSD) e Sílvio Linhares (PMDB)

IV - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: José Edmar (PMDB)**Vice-Presidente:** Chico Floresta (PT)**Membros Efetivos:** José Edmar (PMDB), Chico Floresta (PT), Wilson Lima (PSD), Alírio Neto (PPS), Wasny de Roure (PT), César Lacerda (PTB) e Sílvio Linhares (PMDB)**Suplentes:** Jorge Cauhy (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Anilcéia Machado (PSDB), Rodrigo Rollemberg (PSB), Lúcia Carvalho (PT), Benício Tavares (PTB) e Daniel Marques (PMDB)

V - COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Presidente: Xavier (PPB)**Vice-Presidente:** César Lacerda (PTB)**Membros Efetivos:** Jorge Cauhy (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Rajão (PSDB), Rodrigo Rollemberg (PSB), César Lacerda (PTB), Xavier (PPB) e Renato Rainha (PL)**Suplentes:** Daniel Marques (PMDB), Chico Floresta (PT), Aguinaldo de Jesus (PFL), Alírio Neto (PPS), Benício Tavares (PTB), Tatiko (PSC) e Agrício Braga (PFL)

Sumário

Atas	1
Decretos Legislativos	66
Redações Finais	66
Mesa Diretora	68
Ato Administrativo	71
Convocação	71
Convite	71
Extratos de Contrato	71
Reconhecimento de Dívida	71

Atas

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

ATA DA 7ª
(SÉTIMA)

SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM
COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O PLC 451/99,
QUE PERMITE A INCLUSÃO DO USO RESIDENCIAL
NA COMPLEMENTAÇÃO DO PARCELAMENTO DA
MSPW DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII,

EM 17 DE FEVEREIRO DE 2000.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Wasny de Roure.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 9 horas e 43 minutos.

TÉRMINO: 13 horas e 17 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Informa que, de acordo com o Requerimento nº 721/2000, de autoria do Deputado Renato Rainha, a sessão ordinária será transformada em Comissão Geral para discussão do PLC 451/99, que permite a inclusão do uso residencial na complementação do parcelamento da MSPW do Núcleo Bandeirante - RA VIII.

2.1 - COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO**, Deputado Wasny de Roure.
- **AUTOR DO REQUERIMENTO**, Deputado Renato Rainha.
- **PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PROPRIETÁRIOS DE LOTES DO SMPW**, Wandyr de Oliveira Ferreira.
- **PRESIDENTE DO IAB - DF**, Gilson Paranhos.
- **SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DA FUNATURE**, César Victor do Espírito Santo.
- **PROFESSORA DA UnB**, Jeanine Felfizi Fagg.
- **PESQUISADORA DA UnB**, Mônica Veríssimo dos Santos.

3 - PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO RENATO RAINHA, líder do PL.

- Agradece aos deputados distritais que votaram a favor do seu projeto, vetando o parcelamento do Park Way em novos lotes.

- Aborda os pontos que o levaram a elaborar o referido projeto de lei: estudos já realizados sobre a ocupação de terras no DF que comprovam estar o projeto apresentado pelo Executivo local contrariando a Lei Orgânica do DF e também o fato de a população do Park Way não ter sido consultada sobre o parcelamento.

- Parabeniza os moradores do Park Way pela união em defesa de seus interesses.

- Conclama todos os parlamentares da Casa a se unirem em defesa do seu projeto.

DEPUTADO JORGE CAUHY, líder do PMDB.

- Afirma ter pedido ao Governador do Distrito Federal a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 451/99, a fim de que este possa ser discutido com os moradores do Park Way.

- Declara que o PLC respeita a área de proteção ambiental do Park Way e que está sendo realizado um estudo sobre o impacto ambiental naquele local.

DEPUTADA MANINHA, líder do PT.

- Reafirma a declaração do Deputado Renato Rainha sobre a importância de a comunidade local se unir a fim de preservar a qualidade de vida.

- Ressalta que o urbanista Lúcio Costa, ao elaborar o projeto da cidade, pediu que fossem respeitadas as escalas traçadas no plano original.

- Revela ter a CPI da grilagem de terras públicas identificado os responsáveis pelas irregularidades, tendo sido aqueles denunciados no Ministério Público.

- Protesta contra o fato de nenhuma providência ter sido tomada sobre o assunto, e em consequência, ter a grilagem de terras se estendendo, atualmente, a vários pontos do Distrito Federal.

- Declara que o Park Way ficará desfigurado com a implementação do referido projeto e que o Executivo pretende arrecadar dinheiro, mesmo prejudicando o meio ambiente.

- Lê notícia publicada no jornal *DF-Notícias*, de autoria de Eduardo Granada, em que este alerta para o fato de dois parlamentares ligados ao Governador Roriz estarem envolvidos com a grilagem de terras no Distrito Federal.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG, em nome do PSB.

- Afirma que a questão do Park Way é um reflexo do momento que atravessamos na cidade, em que a grilagem de terras preocupa a todos.

- Relembra que a questão urbanística e a ambiental fizeram de Brasília uma cidade especial, patrimônio da humanidade.

- Rebate a afirmação do Deputado Jorge Cauhy, esclarecendo que a baixa densidade populacional do Park Way deve ser vista como fator positivo, a fim de que a cidade não cresça de forma desordenada.

- Atenta para o fato de a Câmara Legislativa do Distrito Federal ter de preservar a Lei Orgânica, que proíbe qualquer parcelamento de terras sem o devido estudo de impacto ambiental.

- Denuncia o fato de o projeto apresentado pelo Governador Roriz ferir essa determinação da Lei Orgânica.

DEPUTADO ALÍRIO NETO, em nome do PPS.

- Declara que a vitória total contra o projeto só será obtida com a retirada de tramitação do mesmo.

- Conclama os moradores do Park Way, assim como todos os brasilienses, a se inteirar das votações da Câmara Legislativa.

PROFESSORA DA UnB, Jeanine Felfizi Fagg.

- Relata o resultado das pesquisas que realizou sobre o cerrado e enfatiza a importância deste último para a preservação do meio ambiente.

- Revela que a região do Park Way já está sendo afetada pelos atuais assentamentos, alguns deles em locais de reserva ambiental.

- Esclarece haver decreto do GDF, de 1968, que exige zoneamento controlado para a área do Park Way, o que até agora não foi feito.

- Pede que a comunidade local se una aos pesquisadores da UnB para preservar a região.

PESQUISADORA DA UnB, Mônica Veríssimo dos Santos.

- Discorre sobre os estudos que vem realizando, para a sua tese de Doutorado em Geologia, sobre a região do Park Way e áreas próximas de interesse ecológico.

- Declara que a única região a sofrer a destruição do meio ambiente é a do Park Way, sem um estudo que regularize os assentamentos.

- Informa que o atual assentamento já foi elaborado de modo incorreto e que o fornecimento de água para os futuros assentamentos irá poluir os lençóis d'água existentes no local.

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DA FUNATURE, César Victor do Espírito Santo.

- Declara-se contra o projeto, por todos os motivos já expostos, e também pelo impacto ambiental que irá trazer.

- Refere-se à desordem verificada na ocupação territorial do DF, que, a seu ver, deve ser modificada, e cita os vários projetos com irregularidades.



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Vice-Presidência

Coordenador

Randal Martins Junqueira

Editora Executiva

Nelci Maria Stein

Reg. Prof. 147/02/62-MTb-DF

Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Redação: 348.8412 - 348.8963

SAIN - Parque Rural 70086-900 - Brasília-DF

www.cl.df.gov.br

- Revela-se favorável à manutenção das áreas de conservação ambiental no DF.

- Afirma que a sociedade deve mobilizar-se a fim de tentar minimizar os impactos provocados por semelhantes projetos do Executivo.

- PRESIDENTE DO IAB – DF, Gilson Paranhos.

- Lê abaixo-assinado, de 28/10/91, que moradores do Park Way encaminharam ao CAUMA, revelando a sua preocupação com o adensamento populacional da área.

- Conclui que a posição do IAB não é nova, pois data dessa época, referindo-se a todo o Distrito Federal, já que a descaracterização da cidade se generalizou.

- Ressalta ser urgente a necessidade de os moradores e os técnicos fiscalizarem toda a cidade.

- PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PROPRIETÁRIOS DE LOTES DO SMPW, Wandyr de Oliveira Ferreira.

- Ressalta a ausência dos parlamentares governistas neste debate promovido pela Casa.

- Questiona as declarações do Deputado Jorge Cauhy sobre o projeto em discussão.

- Agradece o apoio técnico das Professoras Mônica Veríssimo e Jeanine Felfizi Fagg, da UnB.

- Cita as reivindicações da comunidade do Park Way quanto ao projeto do Executivo local.

- Revela a intenção do Governo do Distrito Federal de transformar o Park Way em região administrativa a fim de arrecadar mais impostos.

- DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)

- Cita as diferenças, no que se refere aos projetos ambientais, entre o atual Governo e o anterior.

- Refere-se à ausência da bancada governista no Plenário.

- Revela que seu gabinete está verificando o surgimento de novos assentamentos irregulares.

- Afirma que irá pedir ao Ministro Sarney que envie esforços para sediar a Eco-2002 em Brasília, pois este evento é de grande importância para a cidade e o País.

- MORADOR DO PARK WAY, Ricardo Ramos.

- Revela preocupação com o projeto que irá prejudicar não só o Park Way, mas toda a cidade.

- Sugere que seja depositada em juízo a arrecadação de impostos do Park Way até o projeto ser retirado de pauta.

- MORADORA DO PARK WAY, Aparecida Vesugue.

- Protesta contra a falta de respeito dos deputados governistas, ausentes do debate em relação ao projeto.

- DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT).

- Rebate a argumentação do Governo do Distrito Federal de que o projeto destina-se a combater as invasões, conclamando-o a fiscalizar as novas áreas e a formular um plano diretor para os assentamentos do Park Way e do Núcleo Bandeirante.

- Afirma que o zoneamento ecológico e econômico das APAs no Distrito Federal é uma necessidade premente e deve ser realizado pelo GDF.

- Enfatiza que o Park Way é um projeto da capital da República, e como tal deve ser aprovado.

- Exige que o GDF coloque em prática os estudos acima mencionados.

- DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT).

- Saúda os moradores do Park Way presentes nas galerias e pede que se unam a fim de conseguir a retirada do projeto de pauta.

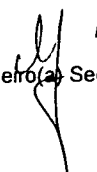
- Afirma ser necessário aprofundar os debates sobre o adensamento populacional de todo o Distrito Federal, com a presença de todos os parlamentares e os pesquisadores da UnB.

4 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.


Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 7ª Sessão Ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 721/2000, a presente sessão ordinária será transformada, em Comissão Geral destinada ao debate sobre o uso residencial no setor que especifica, RA do Núcleo Bandeirante.

(A sessão transforma-se em Comissão Geral.)

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que dê ordem à Segurança para permitir a entrada dos moradores do Park Way que vieram participar da Comissão Geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Solicito à Segurança da Câmara Legislativa que abra a galeria para que os moradores do Núcleo Bandeirante e do Park Way possam se instalar.

Declaro suspensa a Comissão Geral.

(Suspensa às 9h45min, a Comissão Geral é reaberta às 10h50min.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores, bom-dia.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal sente-se muito honrada com a presença da comunidade do Park Way.

Daremos início, neste momento, à Comissão Geral destinada a debater o Projeto de Lei Complementar nº 451/1999, que trata de parcelamento urbano no Park Way, Região Administrativa do Núcleo Bandeirante.

Convidamos para presidir os trabalhos desta Comissão Geral o Exmo. Sr. Primeiro Secretário desta Casa de Leis, Deputado Wasny de Roure. Convidamos para compor a Mesa o Exmo. Sr. Presidente Regional do

PL e Líder do PL, nesta Casa, Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Líder do Partido Trabalhista, nesta Casa, eu gostaria de informar dois posicionamentos tirados pela bancada e também pela Executiva do partido.

Em primeiro lugar, parabenizamos o Partido dos Trabalhadores pelo acerto em conduzir V.Exa., Deputado Wasny de Roure, homem que tem demonstrado grande capacidade de aglutinação política, à presidência regional do partido. Nós, que também pertencemos a um partido de trabalhadores, o Partido Trabalhista Brasileiro, com origem em Getúlio Vargas, sentimos-nos felizes e alegres em saber que um Deputado com o gabarito, a inteligência e a competência de V.Exa., que tem realizado um excelente trabalho, vai ocupar a presidência desse partido.

Em segundo lugar, registro o posicionamento do Partido Trabalhista Brasileiro com referência ao que está sendo tratado nesta Comissão Geral. Sornos contrários ao parcelamento, sem discriminação, do Park Way. Também somos contrários àqueles que estão invadindo as áreas públicas do Park Way sem autorização e sem estudo de impacto ambiental. Já temos a relação de todos os que invadiram. Esse é o posicionamento do Partido Trabalhista Brasileiro.

Eu, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, posso até mudar de intenção, desde que seja acordado com o nosso querido amigo e suplente de Senador aqui presente, Sr. Lindberg Aziz Cury. Para nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, o Sr. Lindberg é uma das primeiras pranteiras de Brasília, não só empresarial, como também política. Pedimos orientação a esta figura diplomata, sensível, amigo e grande incentivador do progresso de Brasília.

Portanto, poderemos até mudar de opinião, conforme orientação do nosso Senador Lindberg Aziz Cury.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Muito obrigado, Deputado César Lacerda, pelo seu pronunciamento.

Saudamos os representantes de entidades e toda a comunidade do Park Way que vieram a esta Casa a fim de que pudéssemos aprofundar a discussão sobre o parcelamento urbano daquela localidade.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria sugerir a V.Exa. que fossem liberados todos os assentos vagos do plenário para os moradores que se encontram nas galerias, já que há cadeiras vazias. Dessa forma, fariamos uma discussão mais acalorada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Deputado Paulo Tadeu, a orientação que nos foi passada é que as lideranças indicassem algumas pessoas. Ainda que o plenário, a princípio, esteja aberto, ele não irá comportar todos aqui dentro, e não pretendemos transformar essa discussão em um tumulto. Então, as lideranças da comunidade ficam responsáveis por isso para que sejam preenchidas as cadeiras disponíveis que temos aqui. O fato de termos uma divisória de vidro não representa, de

forma alguma, um bloqueio no processo da discussão para uma comunidade tão madura e consciente. O importante será como o processo transcorrerá nesta Comissão Geral.

Portanto, as lideranças do movimento estão liberadas para convidar e conduzir as pessoas da comunidade para ocuparem as cadeiras disponíveis. As cadeiras ficarão à disposição dessas lideranças até que sejam plenamente ocupadas. Assim, poderemos conduzir de forma ordeira o nosso debate.

Convido o Presidente do IAB, Sr. Gilson Paranhos, e o Presidente da Associação de Moradores, Sr. Wandyr de Oliveira Ferreira, para comporem a Mesa dos trabalhos.

Eu ainda gostaria de contar com a participação de uma pessoa representando as comunidades e as entidades ambientais. Eu consigo identificar o César, mas não sei se seria a pessoa indicada pelas entidades. (Pausa.)

Convido o Sr. César Victor do Espírito Santo para também compor a Mesa dos trabalhos, representando as entidades ambientais.

Em nome da Presidência desta Casa, eu gostaria de saudar o Sr. Lindberg Aziz Cury, pessoa histórica na nossa cidade e já mencionado pelo Deputado César Lacerda. O Sr. Lindberg é bem-vindo a esta Casa e as suas opiniões serão de imenso valor para nós e para a sociedade.

Eu gostaria, agora, de passar a orientação da condução dos trabalhos. Em primeiro lugar, irá se pronunciar o requerente da proposta, Deputado Renato Rainha, que terá o prazo de dez minutos para fazer a sua exposição; em seguida, os líderes partidários, conforme determina o Regimento; a seguir, passaremos a palavra aos integrantes da Mesa e aos representantes da comunidade; e, por último, farão uso da palavra os Deputados não-líderes, no prazo máximo de três minutos. Repetindo: primeiro se pronunciará o requerente da matéria, Deputado Renato Rainha; em segundo lugar, os líderes partidários presentes, no prazo máximo de cinco minutos; em terceiro lugar, os integrantes da Mesa e os representantes da comunidade que julgam relevantes as suas opiniões serem ouvidas por esta Casa, particularmente, pelos Srs. Deputados; por último, no prazo máximo de três minutos, irão se pronunciar os Deputados presentes que valorizaram e acompanham esta discussão.

Dando início aos nossos trabalhos, solicito ao Deputado Renato Rainha que inicie a sua exposição.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Geral, Deputado Wasny de Roure, Sr. Wandyr de Oliveira Ferreira, que cumprimento na pessoa de todos os moradores do Park Way e de Brasília, porque esta é uma luta de Brasília; Sr. Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Gilson Paranhos; Sr. Superintendente-Executivo da Funatura, César Victor do Espírito Santo e Conselheiro do Conselho do Meio Ambiente, é uma honra recebê-lo e agradecer imensamente a sua presença nesta Comissão Geral; Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, imprensa presente, primeiramente eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares desta Casa que nos auxiliaram com seu voto e com a sua atuação na aprovação do requerimento de minha autoria que transformou a sessão ordinária de hoje em Comissão Geral, para discutir o projeto de lei que pretende este parcelamento irresponsável do Setor Park Way aqui no Distrito Federal. Agradeço a todos os Parlamentares que nos apoiaram, independentemente de partido político. Também quero agradecer à população do Park Way e parabenizá-la por saber defender a qualidade de vida a que Brasília tem direito e por pleitear aos Parlamentares desta Casa, que têm consciência e responsabilidade, esta grande resistência contra esse projeto de lei.

Referindo-me ao projeto de lei, quero tratar de três questões essenciais. A respeito das questões legais, há a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. A Lei Complementar nº 17, de 27 de janeiro de 1997, só pode ser alterada de doze em doze anos ou, excepcionalmente, de quatro em quatro anos. É uma lei recente, que demandou estudos exaustivos, do ponto de vista de ocupação do território do Distrito Federal, por esta Casa, por outros órgãos alheios ao Poder Legislativo e pela sociedade do Distrito Federal. A Lei Orgânica do Distrito Federal, juntamente com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, tem mais de vinte artigos protegendo a área da Bacia do Paranoá, as APAs de Cabeça do Veado e do Gama e do Park Way. Por que existe isso? Porque ficou comprovado, técnica e cientificamente, com estudos ambientais profundos, que aquela área é sensível do ponto de vista ambiental e qualquer parcelamento realizado de forma irresponsável não afetará somente o Park Way, mas todo o Distrito Federal.

Pessoalmente, eu tive a responsabilidade de percorrer todo o Park Way e de ver os seus pontos sensíveis. Hoje, os senhores que moram e passam por lá todo dia já viram que a lagoa da Quadra 16, que cinco anos atrás era uma lagoa, já está com o seu lado direito reduzido, e, do lado esquerdo, só existe alguma coisa porque estamos em época de chuvas. Quando as chuvas acabarem, vamos perder aquela área em uma semana. Temos lá os córregos Gama e Cabeça de Veado, que são alimentados por córregos que nascem ali e que são responsáveis por mais de 20% da vazão da água que vai para o Paranoá. Imaginem o que não significará para a qualidade de vida do Distrito Federal se aquela área for afetada. Então, a primeira questão séria desse projeto é que ele ofende a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, porque não foi feito um estudo prévio de impacto ambiental específico sobre esse parcelamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobres ambientalistas, moradores do Park Way, sabem por que não foi feito esse estudo? Porque é impossível fazê-lo com o projeto que chegou a esta Casa. Como fazer um estudo de impacto ambiental naquela área sem saber quantos lotes o Governo pretende criar, onde e com qual finalidade? Esse projeto é um cheque em branco. É impossível fazer qualquer estudo com esse projeto. Há, ainda, outra questão que vou tratar mais adiante. Este é o primeiro erro, o primeiro equívoco e o primeiro vício de legalidade: não foi feito um estudo prévio de impacto ambiental.

A segunda questão, que está relacionada com um ponto de vista legal e com um ponto de vista ético, muito importante, é que a população interessada não foi ouvida em audiência pública, que foi marcada e desmarcada. Um dia foi definido com os moradores, que, inclusive, estiveram presentes no local, mas a audiência foi desmarcada. Por que não realizar essa audiência exigida pela Lei Orgânica do Distrito Federal e pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial? Esse é o segundo grande vício de legalidade deste projeto.

Outra questão, que considero de responsabilidade parlamentar, foi se votar um projeto como este, que tem apenas dois artigos e diz o seguinte: "Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar as áreas verdes do Park Way. Esse parcelamento será para residências, residências coletivas." - está escrito no projeto, basta lê-lo - "comércios e serviços em geral". O projeto não diz quantos lotes, onde serão os lotes, qual será a sua finalidade, onde serão os prédios, onde serão as residências... Será que alguém pensou, algum dia, em colocar prédios no Park Way? O projeto deixa isso em aberto.

Do ponto de vista de responsabilidade parlamentar, quero dizer às senhoras e aos senhores que estão nesta Casa, aos quais agradeço por

terem atendido ao nosso convite para virem a esta Comissão Geral, que é impossível determinar o que este projeto pretende. É impossível se alcançar o objetivo deste projeto. É impossível se visualizar quantos lotes serão criados, onde serão criados e com qual finalidade. Desafio qualquer um a interpretar este projeto e a mostrar esses fatores aqui. O Parlamentar, quando vota, o faz em nome da população, exercendo um mandato que lhe foi atribuído pelas urnas e deve ter a responsabilidade de conhecer a extensão do seu voto para a população de Brasília.

Este projeto não tem a menor condição de ser votado com responsabilidade nesta Casa, razão pela qual faço um apelo ao Governo do Distrito Federal para que retire este projeto desta Casa, porque da pauta da Ordem do Dia, ele foi retirado em dezembro passado por vários motivos. Vou citar os motivos principais, começando pelo primordial: vocês, população do Distrito Federal, moradores do Park Way, tiveram o civismo de vir à Câmara Legislativa pressionar o Poder Legislativo. Se os senhores não tivessem vindo para cá, certamente isso já seria uma lei. A população do Distrito Federal, em especial a do Park Way, veio para esta Casa, andou de gabinete em gabinete, compareceu nas galerias, foi para a imprensa e exigiu que os Parlamentares tivessem responsabilidade, assim como estamos tendo. Foi por isso que esse projeto não foi votado.

Reconheço, também, o trabalho daqueles Parlamentares que, desde o primeiro momento, levantaram essa questão. Existe uma história que diz que, depois que o leão está morto, o pessoal sobe em cima dele, puxa a sua juba e dá tapa na sua cara, mas, quando o leão está vivo, pouca gente se arrisca a matá-lo na unha. Então, quero reconhecer aqueles Parlamentares que, no primeiro momento, subiram a esta tribuna, associaram-se à população e denunciaram isso na imprensa, para que toda a população do Distrito Federal soubesse do perigo que estávamos correndo. Parabéns aos Deputados governistas que entrevistaram junto ao Governo para que o projeto não fosse votado.

Mais uma vez quero alertar que o projeto está fora de pauta desde dezembro, mas temos de tirá-lo da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esse projeto tem de sair da Câmara Legislativa do Distrito Federal e ser sepultado em jazigo perpétuo a fim de que ele afete a qualidade de vida da população de Brasília.

Sei que a população continuará mobilizada até que o projeto saia da Casa. Eu gostaria que, já na próxima reunião do Park Way, começássemos a discutir um outro projeto de minha autoria, do qual abro mão se os demais Deputados Distritais o assinarem comigo. Este projeto já tramita há muito tempo nesta Casa e trata da criação da Região Administrativa do Park Way. Acho fundamental discutirmos a necessidade da criação da Região Administrativa do Park Way em função da sensibilidade ambiental da área.

Conclamo os Srs. Parlamentares para que possamos agir com responsabilidade e tenhamos os nossos posicionamentos de forma clara. Tenho visto a imprensa consultar alguns Parlamentares para saber a opinião de S.Exas. com relação a esse projeto, e as pessoas dão posicionamentos que não conseguimos entender se são a favor ou contra o projeto. Então, quis que essa Comissão Geral fosse realizada com essa finalidade: dar condição para o Parlamentar, ante os órgãos de imprensa e na frente dos moradores do Park Way, ocupar o microfone mais democrático desta cidade e dizer que é contra esse projeto porque ele acabará com a vida da população do Distrito Federal como um todo. Esse projeto é um crime ambiental, é um crime contra a humanidade.

E não pensem os senhores que estamos defendendo a qualidade de vida dos nossos filhos e netos. Se este projeto for feito do jeito que se

pretende fazer, já estamos defendendo a nossa qualidade de vida, porque a degradação será tão rápida e devastadora que sentiremos isso em poucos dias na qualidade de vida da população.

Quero fazer uma sugestão ao Wandyr e a todos os amigos do Park Way: enquanto esse projeto não sair da Câmara Legislativa, as mobilizações têm de continuar cada vez mais fortes, no Park Way e em todo o Distrito Federal. Comprometo-me a fazer isso! É importante unirmos aqueles Parlamentares que têm responsabilidade com os moradores para fazermos um grande *pool* com os advogados, porque, se esse projeto for colocado em pauta, se Deus quiser, vamos rejeitá-lo, mas, se por acaso não o rejeitarmos, iremos à Justiça. Tenho certeza de que o Judiciário o cassará, porque ele ofende a qualidade de vida. Parabéns aos moradores do Park Way e de toda Brasília; parabéns aos Deputados governistas, que intervieram junto ao Governo; parabéns, principalmente, àqueles Deputados que, desde a primeira hora, independentemente de serem Governo ou Oposição, tiveram personalidade e consciência para dizer que não votariam favoravelmente a esse projeto, porque seus compromissos são com a qualidade de vida de Brasília.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Agradeço ao Deputado Renato Rainha.

Solicito aos companheiros presentes em plenário que evitem conversas paralelas, pois prejudica o trabalho da imprensa e, também, de quem está falando ao microfone.

Portanto, peço o máximo de atenção de todos para que colaboremos com o processo de discussão da temática.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu apenas gostaria de registrar que, dia 10 de fevereiro, encaminhei convite para participar desta Comissão Geral para: o Sr. Presidente da Terracap, Alexandre Gonçalves; a Presidente do IPDF, Dra. Eliana Klarmann Porto; o Dr. Lourival Dantas, da Federação das Indústrias; o Dr. Lindberg Aziz Cury - a quem agradeço a importante e fundamental presença e participação nesta comissão -; o Reitor da Universidade de Brasília, Prof. Lauro Morhy, o Sr. Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, Dr. Antônio Luiz Barbosa, além do convite feito pela imprensa às demais autoridades e a toda a população.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Obrigado Deputado Renato Rainha.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Convidamos, ainda, para compor a Mesa de honra desta Comissão Geral a Sra. Profa. da Universidade de Brasília, Sra. Jeanine Felfili Fagg e a pesquisadora da Universidade de Brasília, Sra. Mônica Veríssimo dos Santos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Registramos a presença da Dra. Alda Rabello Cunha, da Prefeitura do Park Way, da Apa Gama Cabeça de Veado, Quadras 26 a 29, e, também, integrante do IAB, na qualidade de arquiteta.

Convidamos, para fazer uso da palavra, o Deputado Jorge Cauhy, como Líder do PMDB.

DEPUTADO JORGE CAUHY - Sr. Presidente, meus colegas aqui presentes, meu querido amigo Lindberg Aziz Cury, companheiro de lutas nos primórdios de Brasília quando fui Diretor da Associação Comercial durante 12

anos ao seu lado, muito pudemos realizar, principalmente quanto à representação política do Distrito Federal. Lindberg, hoje, é um dos mais queridos e destacados personagens de Brasília.

Eu recebi uma missão. Quando esse projeto estava em debate nesta Casa, no ano passado, o ambiente estava muito tumultuado. Chamei o Deputado José Edmar, o Líder do Governo aqui na Câmara Legislativa, e pedi a S.Exa. que retirasse o projeto de pauta a fim de que ele fosse melhor estudado e detalhado, para que fosse apresentada uma proposta que não trouxesse descontentamento para os moradores do Park Way.

Convidaram-me para uma reunião sábado passado ou retrasado. Eu fui e recebi a incumbência - pedi para o meu querido companheiro Deputado Rodrigo Rollemberg, que propôs que eu fosse intermediário - de falar com o Governador Joaquim Roriz contra o projeto apresentado. E no dia seguinte falei por telefone com o Governador e pedi a S.Exa.: "Governador, o problema do Park Way gera um descontentamento geral. O pessoal não está aceitando, de forma alguma, o projeto elaborado e encaminhado à Câmara. Eu pediria ao senhor que retirasse esse projeto de pauta para que fosse estudado mais detalhadamente". Ele falou: "Olha, eu tenho um carinho muito grande pelo Park Way, pelos moradores, tenho muitos amigos lá e não quero prejudicar ninguém nem trazer descontentamento para ninguém. Tire o projeto de pauta para que seja feito um estudo bem profundo, bem detalhado, para que, depois de pronto, ele possa então ser discutido com a comunidade do Park Way". Vocês podem ter certeza de que esse projeto não vai voltar ao plenário enquanto não houver uma discussão, depois de pronto, com vocês. E eu espero que, quando for tomada essa decisão de falar com vocês sobre o projeto, o próprio Governador do Distrito Federal esteja pessoalmente.

Em nenhum momento eu pedi que fosse tirado o projeto da Câmara. Eu disse que iria tentar que o Governador tirasse de uma vez por todas esse projeto. Mas S.Exa. acha que não. Ele está preocupado com o Park Way, justamente com as invasões. Todos os dias há invasão. Domingo ligaram para minha casa pedindo providências dizendo que estava havendo uma invasão de alvenaria. Liguei para o Administrador, que mandou uma fiscalização lá. Outra coisa: eu não admito que um juiz dê para os invasores uma liminar para construir. O invasor chega com a liminar e constrói. A administração pode embargar uma obra até que se derrube a liminar. O Governador disse que gostaria que o pessoal do Park Way nos ajudasse contra a invasão, não deixasse fazer invasão, porque S.Exa. tem grande preocupação com a parte ambiental. S.Exa. jamais vai permitir que o meio ambiente sofra consequências. Não vai, não. Vai respeitar toda a parte ambiental, as nascentes de água, vai respeitar tudo.

Eu queria pedir... Podem debater, discutir. Eu acho muito importante discutir um projeto. O Deputado Renato Rainha já se manifestou e outros vão se manifestar, mas o importante agora é esperar o órgão do Governo ter um relatório completo quanto ao Park Way, à parte ambiental, às nascentes de água e tudo. Depois que isso estiver pronto, como eu já disse, vai ser feita uma reunião com vocês para que vocês façam um acordo e o que o Governador pretende no Park Way.

Sr. Presidente, eu não tenho mais nada a acrescentar. Eu estou fazendo tudo para o contentamento de vocês. O Núcleo Bandeirante é minha região, eu sou Deputado dessa região. O Administrador está trabalhando muito. Eu já fui a várias audiências para pedir iluminação e asfaltamento para vocês. Nós estamos trabalhando para melhorar o Park Way. Ninguém tem a intenção, nem o Governador, de trazer transtornos para vocês, porque S.Exa. quer que vocês tenham uma certeza satisfatória de que o projeto não vai prejudicar ninguém. Eu afirmo a vocês: 61% daquela área vai continuar verde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Obrigado, Deputado Jorge Cauhy. Convido a Deputada Maninha a fazer uso da palavra.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente desta Comissão Geral, Deputado Wasny de Roure; Sr. autor do requerimento que originou esta Comissão Geral, Deputado Renato Rainha, que vem, num excelente momento, com essa proposta, aprovada aqui, com unanimidade, pelos Deputados desta Casa; Sr. Presidente da Associação Comunitária dos Proprietários de Lotes do Park Way, Wandyr de Oliveira Ferreira; Sr. Presidente do IAB-DF, Gilson Paranhos; Sr. Superintendente Executivo da Funatura, César Victor do Espírito Santo; Sra. Prof^a da Universidade de Brasília, Jeanine Felfili Fagg e Sra. Pesquisadora da UnB, Mônica Veríssimo dos Santos, comunidade aqui presente interessada na discussão, como bem disse aqui o Deputado Renato Rainha, o projeto hoje não ter sido aprovado, na verdade, demonstra que, quando a comunidade se mobiliza, quando a comunidade se conscientiza, não há proposta do governo que a comunidade não venha a barrar. Aliás, a história desse projeto foi muito bem rememorada aqui pelo Deputado Renato Rainha. Desde o final do ano passado, tenta-se votar esse projeto aqui. Não são novidades todas as questões levantadas. Nós, que constituímos um segmento de Deputados que lutaram para que isso não acontecesse, usamos de todas as manobras possíveis, dentro deste plenário, para impedir a votação; mas foi a pressão de vocês que impediu que o fato acontecesse.

Eu gostaria de começar a falar lembrando aqui algumas frases de Lúcio Costa acerca de Brasília: "Brasília nunca será uma cidade 'velha', e, sim, depois de completada e com o correr dos anos, uma cidade antiga, o que é diferente, antiga mas permanentemente viva. O Brasil é grande, não faltarão aos arquitetos e urbanistas oportunidades de criar novas cidades. Deixem Brasília crescer tal como foi concebida, como deve ser, ordenada, serena, bela e única".

Acho que nós, cidadãos desta cidade, entendemos que aquele que concebeu sabia exatamente o que estava concebendo, mas, infelizmente, o que estamos presenciando neste momento nada mais é do que uma política deliberada que não vem por qualquer razão.

Em 1994, quando fui eleita para esta Casa, tive a honra, junto com os Deputados Rodrigo Rollemberg e Renato Rainha, de pertencer a uma comissão parlamentar de inquérito que estava investigando a grilagem de terras públicas do Distrito Federal. Naquele momento, quando da instalação dessa CPI, todo o Distrito Federal se assustava com a situação da nossa cidade. A CPI identificou os pontos de grilagem. A CPI identificou o método da grilagem. Conseguiu identificar aqueles que faziam a grilagem e denunciou ao Ministério Público. Hoje, passados cinco anos, o que estamos presenciando novamente? Desses cinco anos, em quatro, a fiscalização esteve presente. Durante esses quatro anos tentou-se controlar a grilagem no Distrito Federal. Passado esse tempo, no primeiro ano de Governo, o que estamos presenciando, no Distrito Federal, é o retorno da grilagem deslavada, descarada, em que a convivência do Estado se faz presente. O que hoje se faz no Park Way não é diferente do que está se fazendo no Lago Norte, do que se faz no Lago Sul, do que se faz em todo o Distrito Federal. Há uma intenção deliberada, com o qual o Poder Público está convivente, conforme conseguimos perceber. Percebemos que o que se faz no Park Way será um exemplo para o Lago Norte e um exemplo para o Lago Sul. Por isso, quero aqui abordar alguns aspectos, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, dos Deputados Paulo Tadeu, Chico Floresta, Lucia Carvalho, Wasny de Roure e no meu próprio nome, alguns aspectos que consideramos fundamentais.

O Projeto de Lei Complementar nº 451/99, de autoria do Executivo local, será mais uma das tentativas de não resolver o problema da terra no Distrito Federal. O que se pretende com tal projeto não vai além do interesse pontual e menor de se amealhar algum dinheiro com a venda de terrenos, mesmo que isso represente a difamação daquilo que foi nobremente pensado por Lúcio Costa quando imaginou para o nosso país uma capital que fosse atual, moderna, humana, bucólica para se viver e administrar essa grande nação. A gestão dos espaços públicos e do nosso solo deve ser realizada com a grandeza de quem pensa na eternidade e não no momento fugaz de capricho e intenções inconfessáveis de determinados governos.

No plano Brasília Revisitada, elaborado por Lúcio Costa, elaborado em 1987, dentre as várias recomendações do excepcional urbanista constam duas que são muito próprias a este momento, senão vejamos: "1) respeitar as quatro escalas que presidiram a própria concepção da cidade que são: a simbólica e coletiva, ou monumental; a doméstica ou residencial; a de convívio, ou gregária; e de lazer, ou bucólica, com a manutenção dos gabaritos e taxas de ocupação que se definem; 2) como se vê, trata-se, em suma, de respeitar Brasília. De complementar com sensibilidade e lucidez o que ainda lhe falta, preservando o que de válido sobreviveu."

Ora, quem aqui vive e convive sabe o quanto se degradou urbanística, social e ambientalmente nossa cidade. Vamos refletir sobre o que Lúcio Costa disse, complementando a cidade com respeito ao que se definiu em sua concepção e preservação do que é bom e ainda sobrevive.

Esse PLC que o Governo encaminha à Câmara Legislativa é uma afronta à concepção da cidade, cidade que não se limita ao sítio tombado pelo Patrimônio Histórico da Humanidade, mas toda uma concepção que se relaciona e interage. Como tal, tudo foi pensado e tem sua razão de ser. O Setor de Mansões Suburbanas Park Way - MSPW, como foi denominado inicialmente, reflete o modo de viver e deve ser desfrutado. É onde a cidade se torna ambiente natural, com sua flora e fauna, convivendo com as nascentes de águas cristalinas sombreadas por espécies nativas de ipês, jacarandás, sucupiras, pequis, jatobás, cedros, aroeiras e tantas outras que compõem esse pedacinho do cerrado que ainda nos resta.

Desfigurar o Park Way, ainda mais adensando além daquilo que hoje se observa é atentar contra Brasília. Digo isso pois temos de enumerar diversos fatores degradantes da qualidade de vida, caso esse infeliz projeto venha a ser aprovado nesta Casa. Os problemas que advirão não são pontuais e restritos àquele ambiente ou àquela localidade, pois se refletirão diretamente em outras regiões.

Por exemplo, o Lago Paranoá recebe todos os efluentes drenados daquela região, tanto a drenagem pluvial que carrega adubos, defensivos, resíduos sólidos, tais como papéis, plásticos e terras de construção de prédios e estradas, drenará também para o lago os esgotos domiciliares que, em futuro próximo, terão de ser coletados e tratados em nível terciário, como hoje ocorre com os esgotos já gerados em sua bacia, a exemplo do Núcleo Bandeirante. Isso implicará nas necessidades de se ampliar a Estação de Tratamento de Esgotos Sul - ETE SUL, para se evitar o problema de poluição, mau cheiro do Lago, o qual só agora começa a dar sinais de recuperação. Para tanto, consumiu mais de 120 milhões de dólares.

Além desse problema, temos aqueles inerentes à substituição da cobertura vegetal nativa por camadas impermeabilizantes, como os telhados das residências, as ruas e vias pavimentadas que adviriam. Dentre esses problemas podemos citar o aparecimento de enchentes nos cursos d'água da região, maior velocidade das águas, causando erosões e carreamento de

terra para o lago, associando-o. Também teríamos a preocupante redução da recarga dos aquíferos subterrâneos, reduzindo a vazão dos córregos e, em alguns casos, até secando-os. Poderíamos aqui falar de outros problemas que vocês conhecem e que nós conhecemos, não havendo necessidade de citá-los.

Eu gostaria de levantar uma outra preocupação. Este jornal chamado *DF Notícias* traz várias denúncias de que existiriam nesta Casa Deputados da Situação grileiros. O jornal diz o seguinte: "*Terra nostra*. Dois Deputados Distritais da base governista viraram grileiros e estão invadindo verdadeiros latifúndios em áreas nobres do Distrito Federal. Segundo a coluna apurou, as áreas públicas 'privatizadas' pelos dois Deputados do grupo rorizista ficam em Taguatinga, Samambaia e na Colônia Agrícola Vicente Pires. Como verdadeiros mafiosos, os dois Parlamentares que deveriam, isto sim, lutar pelo bem público, são os primeiros a 'literalmente' meter a mão no que é do povo. O mais curioso é que todos os órgãos oficiais do Governo do Distrito Federal envolvidos no assunto não se manifestaram.

Pecam por omissão, conivência ou falta de informações das Administrações Regionais de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia e também do SIV Solo, da Fundação Zoológica, da Terracap e até da Secretaria de Assuntos Fundiários." A coluna é assinada por Eduardo Granada, que pertence ao quadro do *DF Notícias*, portanto, não é anônima.

Eu gostaria de terminar dizendo que a nossa preocupação é muito maior quando percebemos notícias como essas sendo vinculadas. Só há uma maneira de barrar e solucionar esse problema: com a reação da comunidade. E essa é a atitude que os moradores do Park Way estão tomando.

Por isso, novamente invocando Lúcio Costa: "Quando o estado normal é a doença organizada e o erro, lei - o afastamento da norma se impõe e a ilegalidade, apenas, é fecunda".

Parabéns a vocês que demonstraram que esta cidade não é uma cidade qualquer, não é uma cidade de grileiros. E esta Casa, apesar da denúncia, tem Deputados que, ao lado do povo, lutam pelos direitos desse povo.

Muito obrigada e parabéns a vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Muito obrigada, Deputada Maninha.

Convido o Deputado Rodrigo Rollemberg para fazer uso da palavra.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure; Deputado Renato Rainha, em nome de quem eu cumprimento todos os membros da Mesa; senhoras e senhores Deputados; prezadas amigas e amigos moradores do Park Way, que nos honram com suas presenças nesta Casa, a Câmara Legislativa se reúne hoje para discutir a questão do Park Way, a questão da criação de um parcelamento de duzentos novos lotes em uma área de quatrocentos hectares de preservação ambiental, duzentos lotes que podem ser transformados em 1.600 frações de 2.500 m². Essa questão do Park Way é emblemática para o momento que vive a nossa querida Brasília. Já somos uma família de dois milhões de pessoas vivendo no Distrito Federal e essa questão não pode ser entendida como uma questão do Park Way, mas de Brasília. Assim também como a questão da grilagem de terras públicas, que hoje existe no Lago Norte, na Colônia Agrícola Vicente Pires, em todo Distrito Federal, também deve fazer parte das preocupações dos moradores do Park Way e de toda a população de Brasília.

Quero parabenizar o fórum de ONGs ambientalistas, que estará realizando, no dia 14 de março, a primeira Conferência Ambiental do Distrito

Federal. Mais do que nunca, temos de ter responsabilidade com esta cidade e temos de incorporar, como questões da maior importância no nosso desenvolvimento econômico e social, a questão ambiental e a questão urbanística, pois foram esses aspectos que fizeram de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade. Não devemos nos esquecer, em momento algum, dessa condição honrosa para a nossa cidade, para o nosso povo, que construiu, numa epopéia fantástica, sob a liderança de homens geniais como Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e Israel Pinheiro, uma capital em quatro anos, uma capital que, poucas dezenas de anos depois, foi considerada Patrimônio Cultural da Humanidade.

Não devemos nos esquecer jamais da motivação histórica que originou Brasília, da democratização e da interiorização do desenvolvimento. O Deputado Jorge Cauhy colocou que, no Park Way, temos uma densidade de apenas dezesseis pessoas por hectares. Devemos nos orgulhar disso, pois jamais gostaríamos de ter uma cidade parecida com São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte. (Palmas.)

Cito Lúcio Costa, o grande gênio do urbanismo nacional, que diz: "Brasília tem a força do vínculo entre a proposta urbanística e o momento histórico que a gerou. Essa força é de tal ordem que a Capital permanece e permanecerá o símbolo vivo do gesto de fé e vontade, do resultado da união de todos os cidadãos e da Nação voltada para o seu horizonte maior". Continua Lúcio Costa: "Cada cidade tem o seu jeito. Paris é Paris, Nova York é Nova York. Pretender transformar Paris em Nova York só levaria a acabar com Paris sem conseguir, em seu lugar, outra Nova York. Assim também e talvez por mais forte razão, Brasília é Brasília. E, para cuidar de seus problemas de maneira lúcida e eficaz, não se pode omitir sua peculiaridade de cidade inventada e, no entanto, real".

Para continuar citando pessoas notáveis que contribuíram para a criação desta cidade, Patrimônio Cultural da Humanidade, cito um parágrafo de um artigo publicado no *Correio Braziliense* pelo Arquiteto Oscar Niemeyer: "Duvido que o poder imobiliário se preocupe com tudo isso. Acostumado a aumentar gabaritos, construir onde for possível, desinteressado pelas normas existentes, pela boa relação entre volumes e espaços livres que o urbanismo estabelece, até as áreas não - edificantes eles comprometem."

Esta Câmara Legislativa, que nasceu da luta da população de Brasília pela representação política, deve ter o compromisso e a responsabilidade com esta cidade, que é Capital do Brasil. E, para exercer na plenitude a sua responsabilidade, esta Câmara Legislativa deve ser o império da lei. E a lei é muito clara quando diz que não pode haver qualquer tipo de parcelamento, qualquer tipo de atividade que possa ter impacto ambiental sem prévia audiência pública da comunidade ou sem estudos de impacto ambiental. Diz ainda a Lei Orgânica - e nós devemos ser vigilantes para que ela seja cumprida integralmente -, que o Distrito Federal deveria fazer, após vinte e quatro meses da promulgação da Lei Orgânica, o zoneamento ecológico - econômico do Distrito Federal, que dará os princípios e as diretrizes mestres do nosso desenvolvimento.

E, para continuar exigindo o cumprimento da lei, eu gostaria de lembrar o art. nº 280 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que diz: "As terras públicas consideradas de interesse para proteção ambiental não poderão ser transferidas para particulares a qualquer título."

Quero lembrar aos prezados Parlamentares que este mesmo Governo Roriz sancionou a Lei nº 742, de 28 de julho de 1994, com a aprovação e o apoio de toda a comunidade brasiliense, que transforma aquela área em reserva da biosfera do cerrado. Aquela área é uma zona tampão da reserva da biosfera e, por essa importância, não pode mais ser transferida a particulares.

Sr. Presidente, eu queria finalizar parabenizando o Deputado Jorge Cauhy pela sensibilidade de retirar o projeto de pauta. Queremos que essa sensibilidade se transforme na retirada definitiva do projeto, porque, no momento em que esta Casa compreender a importância de Brasília e o anseio desta comunidade aqui representada, estará fazendo política com 'P' maiúsculo e com sensibilidade com 'S' maiúsculo.

Apenas para completar, quero citar o historiador Paulo Bertran, que diz de forma enfática: "A história do homem no século XXI será buscar sofregamente o encontro com o seu meio ambiente, o seu habitat".

Espero que esta sessão contribua para que possamos garantir a qualidade de vida no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - A Mesa informa que, à medida que exaurirmos o tempo, dificultaremos as intervenções dos representantes da comunidade e da Mesa. A Deputada Maninha ultrapassou o seu tempo em dois minutos e eu orientei a assessoria da Mesa para que concedesse igualmente dois minutos aos Líderes subseqüentes que fossem se manifestar.

Com a palavra o Deputado Alirio Neto, que também terá sete minutos.

DEPUTADO ALÍRIO NETO - Exmo. Sr. Presidente desta comissão geral, Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. autor do requerimento que propiciou a realização desta comissão geral, companheiro e amigo, Deputado Renato Rainha; Sr. Presidente da Associação Comunitária dos Proprietários de Lotes do Park Way, Wandir de Oliveira Ferreira; Sr. Presidente do IAB/DF, Gilson Paranhos; Sr. Superintendente Executivo da Funatura, César Vitor Espírito Santo; Sra. Prof.^a da UnB, Jeanine Felfili Fagg; Sra. Pesquisadora da UnB, Mônica Veríssimo dos Santos; senhoras e senhores, eu não poderia deixar de mencionar, nesta oportunidade, alguns amigos que tenho: Dr. Lindberg, pessoa pela qual tenho muito respeito e carinho, com quem tive oportunidade de exercer alguma atividade política em conjunto e a quem agradeço pela chance de ter usufruído da sua experiência; Tota, amigo pessoal que está presente; Ivone, grande companheira que sempre acompanha todas as nossas lutas com relação ao Distrito Federal.

Antes de iniciar o meu discurso, eu gostaria de justificar a ausência do Deputado João de Deus, que se encontra licenciado por motivo de saúde. Tenho certeza de que S. Exa. iria fazer questão de estar presente hoje nesta comissão para apoiar a retirada desse projeto. Desde o primeiro momento, como o Deputado Renato Rainha mencionou, não só o Deputado João de Deus, mas vários dos Deputados presentes manifestaram-se contra o projeto. O Deputado mencionou naquela ocasião - com o que concordo - que, depois que a fera está morta, todo mundo aparece para tirar fotografia. Isso apenas é o início de uma luta. Entendo que o principal seria retirar a proposta, e há pessoas se vangloriando por ter simplesmente retirado o projeto de pauta. Com certeza é um mérito, nós parabenizamos quem retirou, mas isso não significa vitória total, que só estará concebida com a retirada definitiva do projeto desta Casa.

Fico muito feliz também por ter a oportunidade de ver esta Casa com a galeria cheia para podermos debater o assunto. Nós Parlamentares temos sentido essa ausência. Eu sou um parlamentar de primeiro mandato.

Tenho um ano de mandato e não tenho tido a oportunidade de ver a população de Brasília acompanhando nossos debates. Fico muito feliz de encontrá-los e ter a oportunidade de falar e manifestar minhas posições políticas.

O projeto tem uma série de vícios legais que já foram apresentados muito habilmente pelos Deputados Renato Rainha, Rodrigo Rollemberg e Maninha, que se manifestaram de forma brilhante sobre as questões legais.

Esse projeto marcará um momento da política de Brasília, principalmente pela sua capacidade de mobilizar a população. Marcará o momento em que poderemos identificar quem são as pessoas que fazem política pelo social, que trazem qualidade de vida para a comunidade e aqueles que buscam a política para se locupletar e tirar vantagem pessoal. Sinto a ausência de alguns Parlamentares que não possuem esse posicionamento que mencionei, mas existem Parlamentares que possuem. Por isso, a necessidade da presença da população nesta Casa. Os Parlamentares que têm compromisso com a sociedade de Brasília estarão ao lado da população e da Associação de Moradores do Park Way, que estão reivindicando simplesmente a retirada de pauta de um projeto que prejudica toda a história da cidade. Brasília passa por um momento político em que se demarca o destino desta Casa e das pessoas que comungam com esse assolamento, com as grandes marchas populacionais que começaram a surgir na nossa cidade e que não possuem nenhum compromisso com a qualidade de vida e com as pessoas que estão preocupadas com a nossa comunidade.

Fico feliz de vê-los aqui e digo que me contraria bastante não termos a *TV Legislativa*, pela qual a população podia acompanhar, de sua casa, o real posicionamento dos Parlamentares na tribuna, sem nenhuma maquiagem ou edição. Ali, víamos a realidade, o debate, o dia-a-dia. Agora, a maioria da população recebe informativos e somente tem a oportunidade de ver programas que são editados. O atual programa apresentado pelo canal 11 é legítimo, mas sabemos que outras situações que passam na televisão e nos jornais sobre a Câmara Legislativa são editados e melhorados. Isso é péssimo para a política e para a população de Brasília.

Gostaríamos que nossa população estivesse presente para ver quem são os Parlamentares que têm compromisso. Na época de campanha eleitoral, todos eles batem de porta em porta, mandam uma correspondência, um cabo eleitoral ou um companheiro militante partidário pedir votos. Mas, no momento em que a população bate à porta e vem à Câmara Legislativa para fazer uma discussão sobre um projeto de seu interesse, não os encontramos e não temos oportunidade de debater. Gostaríamos de ouvir, de debater e de saber quais os argumentos que os Parlamentares têm para nos apresentar e nos convencer se for necessário. Gostaríamos de apresentar também nossos argumentos para que os moradores pudessem ouvir nossa posição e para tentarmos convencê-los. Hoje vocês estão vendo isso. Espero que cada um entenda a necessidade de esta Casa ter a população presente para acompanhar discussões como o aumento do IPTU e do IPVA, que houve nesta Casa, quando fomos contrários. Sem nenhum argumento, todos esses impostos foram aumentados, causando um encargo a mais para a população do Distrito Federal, sem haver nenhum debate ou argumentação convincente. Sentimos a ausência da população e da *TV Legislativa* para que a população soubesse o que estava ocorrendo aqui.

Recentemente, foi mantido o veto a um projeto de minha autoria sobre o Pró-DF - Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, que está trazendo novas empresas e dando incentivos, como lotes com 60% e 95% de desconto, para empresas que vierem para o Distrito Federal, além de isenção de cinco anos de IPTU, de ISS e ICMS. É louvável trazermos empresas, principalmente não-poluíntes, para valorizar o mercado econômico e gerar empregos para Brasília. Fiz uma proposta para que as pessoas que já estavam na cidade e apostaram nela há mais de dez anos trabalhando e desenvolvendo atividade industrial e comercial tivessem os mesmos direitos de qualquer indústria que se estabelecesse no Distrito Federal. Essas pessoas são pioneiras. Eles não ganharam lotes. Vieram para cá, compraram o terreno por licitação e suaram a vida inteira para formar um

patrimônio e gerar riqueza. Eles acreditaram no Distrito Federal e em Brasília e agora não vão ter isonomia de tratamento porque anteontem o Sr. Governador Joaquim Roriz vetou essa proposta e não deu nenhuma explicação e nenhuma lógica.

Então, é disso que nós precisamos: que vocês nos acompanhem e que nos cobrem, ou seja, que nos fiscalizem e reivindiquem seus direitos. Quero deixar bem claro que, sem desmerecer nenhum Parlamentar que participou de todos os debates com vocês, acompanhando todas as propostas que apresentaram aqui na Câmara, todo o mérito da retirada desse projeto é da população do Park Way e de sua associação de moradores. Quanto a isso eu não tenho dúvida. Desde o primeiro momento nós não manifestamos contra esse projeto, mas, sem o apoio de vocês, sem dúvida nenhuma, ele estaria aqui sendo votado.

Eu gostaria de encerrar o meu pronunciamento com uma frase simples, apesar de não saber se serei entendido: "Aquilo que não nos escandaliza nos emoldura".

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Muito obrigado, Deputado Alirio Neto.

Neste momento passaremos à manifestação dos integrantes da Mesa. Convidaremos a Professora Jeanine, da Universidade de Brasília, que, se não me engano, é uma das autoras de matérias de doutorado sobre a área em discussão.

Peço aos integrantes da Mesa que restringissem a sua fala a apenas cinco minutos. Naturalmente, em caso excepcional, pela relevância da exposição, é permitido exceder esse tempo, mas somente nesse caso, uma vez que o horário se avança de maneira acelerada.

Com a palavra a Professora Jeanine, que fará uso do equipamento. Solicito à Mesa que se dirija ao plenário para acompanhar a exposição da Professora Jeanine.

PROFESSORA JEANINE - Bom-dia a todos. Sr. Presidente da Mesa, senhores Parlamentares, comunidade aqui presente, representantes de entidades ambientalistas, estou aqui como pesquisadora, membro da comunidade científica que tem trabalhado no cerrado e, inclusive, nas reservas ecológicas do Park Way, que são áreas de pesquisa.

Tais pesquisas, ao longo de trinta anos, têm trazido um acervo de conhecimento sobre o cerrado que nos permite hoje saber o que é a nossa flora, a nossa fauna e como funciona o nosso regime hídrico e, com isso, tomarmos ações de recuperação, de restauração, de manipulação do ecossistema que nos garantam um meio de vida sustentável.

Agora, tenho o grande desprazer de dizer que esse projeto de loteamento no Park Way vem inviabilizar uma série de pesquisas de longa duração, inclusive sobre trocas gasosas no ecossistema, com o apoio de instituições internacionais como a NASA, como o Serviço Florestal Americano, e projetos de funcionamento do ecossistema, com o apoio do CNPq, do Finep. Hoje, a UnB é núcleo de excelência nessa área por causa dos projetos desenvolvidos em reservas ecológicas do Park Way, do IBGE e da UnB. Isso vem de um esforço de trinta anos, com muito recurso, muita teoria, muito pensamento, que está revertendo em frutos. O cerrado já é reconhecido no meio internacional como um bioma de grande biodiversidade por causa dessas pesquisas.

Uma pesquisa de funcionamento do ecossistema necessita de muitos anos de estudo, e a interrupção dessas pesquisas por causa de projetos de loteamento trarão atrasos tecnológicos e científicos muito grandes para o cerrado, para o Brasil e para a biodiversidade do mundo, em termos de conhecimento.

Além do problema de pesquisa, nós temos também a influência na nossa qualidade de vida. Nós já observamos hoje, nas nossas reservas, que as nascentes estão secando. O Olho D'Água da Onça, no centro das reservas ecológicas, secou este ano devido ao abaixamento de lençol subterrâneo, simplesmente porque temos pivôs centrais, temos uma série de poços profundos colocados desordenadamente na situação atual, na situação de poucos habitantes por hectare. Imaginem o que teremos numa situação de muitos habitantes por hectare? O próprio GDF, recentemente, tentou lançar águas pluviais dentro de área de pesquisa, dentro da reserva ecológica da UnB, porque teve de asfaltar, de acordo com o Orçamento Participativo, uma quadra fracionada onde os lotes vão quase dentro da mata. Então, quando se faz um fracionamento sem ordenamento, destrói-se a reserva ecológica. Não podemos dizer que, se o fracionamento estiver fora da reserva ecológica não haverá problema. Corre-se o risco de destruir as reservas ecológicas do Park Way, que são áreas de pesquisa científica de valor, reconhecidas internacionalmente; será um crime duplo.

No Park Way, APA - Cabeça de Veado, há reservas ecológicas da UnB, do IBGE e do Jardim Botânico.

Qual é a grande causa deste momento difícil que estamos vivendo, dessa destruição das nossas reservas ecológicas? Falta de cumprimento da legislação que criou as reservas. Dentro do Park Way nós temos a área Icapetinga-Taquara, no meio da qual há uma parte da fazenda da UnB. Ela foi criada por decreto e a responsabilidade pela sua gestão e fiscalização é da UnB, do IBAMA e Sematec. Então, esse projeto fere o decreto, porque o Park Way é uma zona tampão, zona de uso controlado de uma unidade de conservação federal. Nós temos a APA que inclui o Park Way, que foi criada por decreto do próprio GDF em 1996, que exige um conselho supervisor e um zoneamento ambiental. Até hoje isso não foi feito. Então, o que nós queremos agora, como pesquisadores e membros da comunidade, é o zoneamento já e a instalação do conselho supervisor. Queremos também que qualquer empreendimento a ser discutido sobre o Park Way obedeça, como rezam as leis estadual e federal, a esse zoneamento, por tratar-se de zona tampão e de reserva da biosfera reconhecida pela Unesco, e que esses empreendimentos sejam analisados pelas instituições de pesquisas que atuam na UnB, no IBGE e no Jardim Botânico, com a participação plena da comunidade. Só assim podemos garantir que as nossas reservas ecológicas tenham sustentabilidade, que nossas pesquisas continuem, para que, um dia, possamos viver em harmonia no cerrado.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra à Sra. Mônica Veríssimo dos Santos, Doutoranda do Departamento de Geologia da UnB.

SRA. MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS - Bom-dia. Sou Doutoranda do Departamento de Geologia da Universidade de Brasília. Minha área de concentração é exatamente metodologia de zoneamento ambiental, e o foco maior da pesquisa atinge exatamente, a APA Gama - Cabeça de Veado.

Analisaremos as questões ambientais associadas ao adensamento do Park Way.

Primeiramente, é importante definir zona tampão. Em geral, as unidades de conservação têm uma biodiversidade, precisando de uma área de proteção, como se fosse uma parede para evitar impactos. Se não fosse assim, poderia haver, na verdade, uma área de proteção com edifícios de duzentos andares em volta, estando tudo perfeito. Só que não acontece assim. A natureza precisa dessa zona de tamponamento para impedir que o

impacto ocorra de uma maneira acentuada. É dessa forma que se define a zona tampão, exatamente para se prever o tipo de uso de determinada região.

Vamos, neste momento, rever a questão da APA.

(Apresentação de slides.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Aproveito a oportunidade para agradecer imensamente às professoras Jeanine e Mônica pela apresentação. Eu gostaria que vocês nos disponibilizassem o material apresentado para darmos a mais ampla divulgação dentro dos canais a que temos acesso, mostrando a importância do conhecimento técnico sobre a matéria e qualificando ao máximo essa discussão. Muito obrigado.

Peço aos componentes da Mesa que possamos recompô-la para retomarmos os nossos trabalhos.

Convido o Sr. Superintendente Executivo da Funatura, César Victor do Espírito Santo, a fazer uso da palavra para se manifestar, do ponto de vista das questões ambientais, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 451/99, apresentado pelo Governo do Distrito Federal.

SR. CÉSAR VÍCTOR DO ESPÍRITO SANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, agradeço e parabeno a todos por esta iniciativa. Estou me pronunciando não só em nome da Funatura, mas também em nome do Fórum das ONG's Ambientalistas do Distrito Federal, que é composto por trinta ONG's. Algumas congregam um número bastante significativo de membros, representantes da sociedade civil organizada no Distrito Federal, que está preocupada com a questão ambiental no Distrito Federal e repudia veementemente um projeto como este. Somos contra ele por diversos motivos aqui expostos, principalmente, nas duas últimas palestras, quando verificamos o impacto ambiental que ele vai causar. Ressalto: somos radicalmente contra esse projeto.

Não quero tratar somente da questão restrita ao Park Way. Hoje, verificamos que a completa desordem da ocupação territorial do Distrito Federal remete a outros problemas no Distrito Federal. O Park Way é apenas um exemplo. Estamos vivenciando hoje, no Distrito Federal, um total descaso com a sua ocupação territorial. Apesar da existência do PDOT - Plano de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, que foi criado por uma lei aprovada nesta Casa e que prevê um zoneamento ecológico-econômico, infelizmente, até hoje, ele não foi executado. Inclusive, ele deve ser uma bandeira de luta não só dos ambientalistas, de pessoas preocupadas com o ordenamento territorial, como também dos nobres Deputados, representantes desta Casa. O zoneamento ecológico econômico dará maiores condições de definir o que realmente pode ser feito nas diversas zonas já definidas no PDOT. Ele tem um macrozoneamento que necessita ser mais trabalhado para que se evitem problemas que projetos como esse e ocupações totalmente inadequadas possam acarretar.

Existem outros projetos que estão causando essa desorganizada ocupação territorial, tais como o que destina lotes a servidores públicos, que também está tramitando nesta Casa, mas foi retirado de pauta. Inicialmente, está previsto que ele se localize numa área ao lado do Parque Nacional, ou seja, a maior área protegida do Distrito Federal. Dentro deste parque, se fornece água, por meio da barragem de Santa Maria, a cerca de um terço da população do Distrito Federal. Conforme o que a Mônica acabou de dizer, o parque, por sua ocupação desordenada, acabará virando uma ilha e perderá as zonas de tamponamento e os corredores ecológicos entre as diversas unidades de conservação. Existem outros projetos de lei não aprovados nesta Casa que persistem; temos o caso da Cidade Estrutural, objeto de uma polêmica muito grande há algum tempo. Ela está crescendo, fica ao lado do Parque Nacional, ao lado do "Lixão", numa área totalmente insalubre e sobre ela não se toma uma decisão definitiva.

Há outros projetos aprovados ou em andamento, como o da área do Taquari, onde existe o Setor de Postos e Motéis do Colorado. Os ambientalistas entraram com uma ação civil pública contra a construção daquele posto e daquele motel ao lado do Colorado por acharmos que aquela é uma área muito nobre, com uma vista privilegiada, do Distrito Federal, que poderia ser um mirante, uma área pública, da qual a população do Distrito Federal poderia se beneficiar e não apenas alguns frequentadores do motel. Ao nosso ver, aquele não é o melhor local para um motel.

Várias dessas ocupações desordenadas estão remetendo a vários problemas e agravando uma série de outros já existentes. A água já é um problema no Distrito Federal. Com essa ocupação desordenada, vários mananciais que hoje podem fornecer água podem ficar comprometidos, e alguns que já a fornecem, como o Rio Descoberto, já estão comprometidos. Então, o que acontecerá? Será necessário buscarmos água de lugares mais distantes? Já se fala em Corumbá IV, V, VI - não sei que número mais. Isso acarreta investimentos mais pesados e, quanto mais longe estiver a área de captação de água, mais cara ela ficará. Quem pagará essa conta? Nós, os contribuintes.

Será que não seria mais lógico ter uma ocupação ordenada, obedecendo a um zoneamento ecológico-econômico e protegendo os futuros mananciais de abastecimento de água, para se evitar que se gastem os recursos que, no futuro, serão necessários?

Outro problema já existente é o do lixo. Para onde está indo o lixo hoje? Está indo para o "Lixão", que está com a vida útil muito curta. Então, faz-se necessária uma prática adequada de destinação do lixo. Com essa ocupação desordenada, a situação só vai se agravar mais.

Verificamos que a questão das unidades de conservação no Distrito Federal está sendo cada vez mais pressionada. A Profª. Jeanine falou bastante sobre as unidades de conservação e temos certeza de que a sua manutenção é fundamental para a boa qualidade de vida no Distrito Federal. Então, é importantíssimo que as respeitemos. Elas estão sendo muito mal cuidadas: o Parque Nacional de Brasília, como já falei, a Estação Ecológica de Águas Emendadas, as APAs do Gama e de Cabeça de Veado, objetos hoje do nosso debate.

Enfim, está havendo uma perda de biodiversidade que remeterá a uma perda de qualidade de vida para toda a população do DF. Será que nós queremos isso? Os Deputados desta Casa têm um papel importantíssimo. Não podem achar que apenas o Poder Executivo é que está com o problema nas mãos. Não, o problema está aqui também. O que for votado nesta Casa, seja aprovando ou não projetos como esse, pode repercutir no conjunto da nossa sociedade. É muito importante que a sociedade esteja mobilizada, com movimentos atuantes, e que tenhamos não só o movimento de moradores do Park Way, mas outros movimentos populares, como os que verificamos nas prefeituras, nos bairros e nas cidades. Enfim, é importante que haja uma grande mobilização para que realmente tenhamos consciência do que nos espera no futuro e para que possamos minimizar os impactos que projetos como esse possam vir a causar.

O envolvimento do Ministério Público, a apresentação de ações civis e a participação em conselhos e em debates como este são muito importantes. Não podemos esperar que as coisas caiam do céu. A mobilização é essencial, e este exemplo que estamos vivenciando é muito importante também.

Para finalizar, eu gostaria de parabenizar esta Casa e alguns Deputados que estão tomando a frente neste processo e que já se pronunciaram claramente dizendo que votarão contra esse projeto. Lembro ainda que existem outros projetos tão ou mais danosos para o Distrito Federal

do que ele. É importante para nós, ambientalistas, que continuemos acompanhando-os. Este ano, pretendemos fazer um acompanhamento minucioso dos projetos que estão tramitando nesta Casa e esperamos realmente fazer uma mobilização.

O Fórum de ONG's Ambientalistas do Distrito Federal estará organizando, com o apoio inclusive desta Casa, a Conferência Ambiental do Distrito Federal, que ocorrerá no dia 14 de março, entre 8h30min e 13h, no auditório do Confea, e eu gostaria de convidar todos os presentes.

Eu gostaria de agradecer. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Neste momento, convido o Presidente do IAB, Sr. Gilson Paranhos, para fazer uso da palavra.

SR. GILSON PARANHOS - Deputado Wasny de Roure; Deputado Renato Rainha; Sr. Presidente da Associação dos Moradores do Park Way, Wandyr; pesquisadora e Prof. Jeanine; Prof. Mônica; ambientalista César Victor; Deputado Rodrigo Rollemberg; Deputado Chico Floresta; Deputada Maninha; Deputada Lucia Carvalho; comunidade do Park Way, principais responsáveis por essa audiência, fui convidado pela comissão de moradores do Park Way para fazer uso da palavra em nome da Comissão de Política Urbana do IAB, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, que, com muito orgulho, elaborou o concurso do Plano Piloto dessa cidade e é responsável pelo início de toda a história.

Achei por bem ler um abaixo-assinado enviado em 28 de outubro de 1991, isto é, há quase dez anos. Esse abaixo-assinado foi feito pelos moradores do Park Way e encaminhado ao Cauma, na época, Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente. À época, ele teve mais de cem assinaturas de moradores do Park Way. Esse relato fornecido pela Sra. Alda Rabello, uma das Conselheiras da Comissão de Políticas Urbanas do IAB, foi redigido por um ex-Presidente do IAB - DF, antigo morador e membro da Associação dos Moradores do Park Way e arquiteto altamente respeitado, não só como pessoa, mas como profissional que começou esta cidade, Prof. Elvin Mackay Dubugras, que muito nos ajudou no IAB.

Começarei a ler o documento:

"Considerações em torno de um projeto de lei na Assembléia Distrital visando adensar e parcelar áreas em Brasília, com conseqüências seríssimas para a cidade. Os lotes do Setor de Mansões Park Way são, sem dúvida, avantajados para área tão próxima do centro urbano da Capital. Boa parte deles, entretanto, estão localizados em APAs, como decorrência de sua situação, em torno de cabeceira de córregos e nascentes que não só alimentam o Lago Paranoá, mas fazem parte de um sistema hídrico com lençóis subterrâneos cuja extensão ainda não é totalmente conhecida. Estima-se, inclusive, que alguns rios subterrâneos só vão aflorar a milhares de quilômetros adiante. Tais áreas obviamente não podem ser entregues à especulação, favorecendo o lucro fácil de alguns em prejuízo de uma coletividade, além mesmo de Brasília.

As MSPWs não têm rede de esgoto e tudo indica que não terão num futuro próximo previsível, já que áreas muito mais densas não dispõem ainda desse serviço e certamente terão prioridade.

Há, portanto, um limite bastante baixo para a densidade habitacional, levando-se em conta a permeabilidade do solo e a existência de lençol freático raso - cerca de oito a doze metros em muitos trechos.

A solução proposta por Lúcio Costa na "*Brasília Revisitada*" enfrenta a questão de maneira objetiva e responsável: aceita o adensamento da área na forma de condomínios e impõe um limite razoável para o número de habitações, compatível com o exposto acima.

A indivisibilidade dos lotes em Brasília é produto de uma lei

federal que visava coibir a ganância da especulação e preservar a cidade."

É importante salientar que, nessa época, o objetivo era aumentar a quantidade de lotes, fazendo parcelamentos. "Alterar esse item, apenas para favorecer os interesses de poucos, é altamente perigoso. Uma vez aberto o precedente, não há limite, qualquer área de Brasília estará ameaçada."

É importante salientar que, há dez anos, já se previa o que está acontecendo agora.

"Até os empresários esclarecidos do setor imobiliário terão a perder com o aviltamento da cidade e deverão aliar-se à opinião pública responsável na defesa da qualidade de vida que lhes oferece tantas oportunidades. Somente os gananciosos lucram a curto prazo com tal ordem das coisas.

"*Brasília Revisitada*" foi aprovada pelo Cauma e apenas trechos, inclusive o que autoriza os condomínios na MSPW, deixaram de ser incluídos no decreto.

O adensamento por meio dos condomínios é uma solução perfeitamente adequada e aceitável. O parcelamento dessas e de outras áreas da cidade, definitivamente não."

É importante esclarecer que a posição do IAB não é nova. É uma posição de mais de dez anos, do início de Brasília: tem de haver muito critério para o parcelamento da área do Park Way. A professora e a pesquisadora da UnB já apresentaram todas as questões que nos mostram a realidade do solo do Park Way.

Seria "chover no molhado" tentar mostrar que a área do Park Way é enorme com relação à área do Plano Piloto de Brasília. Não estamos tratando de uma área pequena, mas, sim, de uma área enorme e isso tem de ser exposto.

A posição do IAB não é somente com relação ao Park Way. A descaracterização da cidade tem acontecido constantemente.

Os motivos apresentados para o parcelamento do Park Way são de ordem de fiscalização. O Poder Público tem a obrigação de fiscalizar a cidade. Estamos falando da Capital Federal, e não de uma cidadezinha. A questão da fiscalização é urgente, seja no Park Way, seja nas coberturas da W3 Norte. É em toda a cidade que precisamos de fiscalização. Se a comunidade não fiscalizar a cidade, nós, as instituições e os políticos, não conseguiremos fazê-lo. Se o Park Way não for fiscalizado agora, se permitirmos esse parcelamento da maneira como está sendo proposto, teremos problemas não somente para o Park Way, mas para o Plano Piloto e para o restante de Brasília.

Os critérios utilizados atualmente mantêm uma desconexão total com a população. Essa audiência é uma prova disso. Qualquer parcelamento que tenha de ser feito, em qualquer lugar do País, exige a participação da comunidade. A comunidade tem de decidir o que quer com relação à sua área.

Seria "chover no molhado" expor os problemas técnicos que levam à alocação de uma escola dentro de qualquer área. Há, por exemplo, faculdades funcionando atrás da W3 Sul. Sabemos os diversos problemas que isso traz com relação a transporte e à própria área urbana. Não é o caso de esses problemas serem apresentados.

No entanto, os problemas técnicos são muito pequenos diante da mobilização da comunidade. Se a comunidade não se mobilizar, nós, técnicos, veremos acontecer o parcelamento do Park Way.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Agradecemos ao Dr. Gilson Paranhos, Presidente do IAB, Seção Distrito Federal.

Nesta oportunidade, convido o companheiro Wandyr de Oliveira Ferreira, Presidente da Associação Comunitária dos Proprietários de Lotes do SMPW, para fazer uso da palavra.

SR. WANDYR DE OLIVEIRA FERREIRA - Eu queria agradecer ao Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure, por esta enorme oportunidade. Ao encaminhador da proposta, Deputado Renato Rainha, muito obrigado mesmo por essa convocação e pelo debate aberto a nossa comunidade. Agradeço ao Presidente do IAB, Gilson Paranhos; ao Cesar Victor, das ONG's, representante do nosso Conselho; à Jeanine, companheira de batalha; à Mônica Veríssimo e a todos os Deputados presentes, principalmente por essa razão: nesta Casa temos hoje a oportunidade de debater e aqui constam apenas seis Deputados. A bancada que nós gostaríamos que estivesse aqui convencendo, integrando e aprendendo alguma coisa, omitiu-se de participar. Eu gostaria que isso ficasse registrado. (Palmas.) A nossa idéia era tentar convencê-los de que o nosso problema, hoje debatido por meio do Projeto de Lei nº 451, não é do Park Way, é de Brasília. Mas, pelo visto, não há interesse e fico muito preocupado com isso. As declarações que foram feitas nos jornais, por vários integrantes dessa bancada, eram de que a comunidade não queria conversar. Fomos acusados de que queríamos todos os processos de adensamento do Park Way rejeitados. Não, não é isso. A verdade não é essa. Nós, ao longo dos dois últimos anos, vimos participando, com o Governo atual e com o Governo anterior, do debate sério perante o chamado Conselho de Planejamento Local, que estava evoluído mas, de repente, não sei por que, ele foi cancelado. Eu gostaria de usar justamente o que foi argumentado aqui por todos os que me antecederam.

Refiro-me primeiro ao Deputado Jorge Cauhy. S.Exa. se posicionou sobre uma questão a qual eu gostaria de comentar. Desculpem-me fazer isso na ausência de S.Exa. O Park Way só tem o adensamento de dezesseis pessoas por hectare. Então, eu lhe informo que, no meu Estado, o Pará, a taxa de ocupação é de um habitante por mil hectares. Novamente, S.Exa. comentou a necessidade de explorarmos a defesa do Park Way, de como proteger o Park Way. Deputado, eu pergunto: o que mais é preciso, em termos de legislação e de aparelhos públicos, do que: Sivsolo, Sematec, Administração Regional e advogados do GDF? O que mais é necessário com relação a isso? Parece-me, novamente, uma omissão do Estado. Então, que tipos de aparelho complementar? Talvez a criação de um disque-denúncia emergencial, conclamando promotores ambientais a estarem presentes no local; um posto avançado da Sematec. (Palmas.) Todos os órgãos deveriam estar protegendo hoje e há muito tempo. Se não for por uma grande pressão da comunidade, eles quase não passam lá. Nossa comunidade produziu, anos atrás, levantamentos fotográficos, denúncias, ações tramitadas e julgadas em juízo e isso nunca resolveu nada.

A Deputada Maninha comentou sobre a grilagem de terras. O jornal *Correio Braziliense* de hoje fala justamente de um ato cometido pelo Governo com relação à concessão de uso, por cinquenta anos, de terras do Park Way. Coincidentemente, em uma declaração, o próprio Presidente da Associação de Chacareiros, "invasores do Park Way", alega que daquelas quarenta e uma pessoas, ele só conhece vinte e uma. Pior do que isso, a Fundação Zoobotânica, órgão do GDF, não conversa com outros órgãos, principalmente com o IPDF, que sobrepuja a doação por cinquenta anos de lotes pretendidos no adensamento do Park Way. Existem oito situações como esta. A lista contém situações de mãe, pai, filho, avô e neto contemplados com o mesmo direito de uso por cinquenta anos.

A Deputada também levantou a questão do custo da despoluição do lago: R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Se o GDF quiser cumprir a legislação específica com relação ao que deve ser feito no Park Way para permitir adensamento, ele deverá pensar na acomodação técnica de água e esgoto. No projeto a que tivemos acesso, eram duzentos lotes. A pretensão declarada pelo próprio Administrador Regional do Núcleo Bandeirante era uma arrecadação possível, para o GDF, de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Uma avaliação técnica da Caesb informa que, para trazer água para o Park Way, a fim de atender essa comunidade, seriam gastos R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seja, o próprio investimento estaria sendo deturpado, agraciando o que eles intitulam "comunidade de população rica".

O Deputado Rodrigo Rollemberg falou em duzentos lotes. Não, com toda certeza. Esse é o projeto a que tivemos acesso. Duzentos lotes seriam quatrocentos hectares. Numa audiência pública, que seria realizada no dia 17 de dezembro, seriam seiscentos hectares; portanto, trezentos lotes. Não sabemos qual é o projeto que tramita nesta Casa. Não sabemos nada, apesar de, insistentemente, a Presidente do IPDF querer voltar com um projeto de duzentos lotes.

Deputado Alírio Neto, faço questão de convidá-lo a participar de nossas plenárias, devido ao engajamento de V.Exa; uma vez que a sua condição de participação se restringiu apenas a esse ato. Eu gostaria muito que V.Exa. participasse porque entendemos que V.Exa. é uma pessoa que pode contribuir muito com nosso processo.

Jeanine: não tenho o que comentar. É um respaldo técnico inquestionável.

Mônica Veríssimo, muito obrigado pela sua atuação, pela demonstração feita com relação à impermeabilização. A condição original do Park Way era de mil metros quadrados por lote, e somos 1.180 metros quadrados. A evolução para oito, permitindo mil metros novamente em cada fração, oito mil lotes. E assim, por consequência, a evolução proposta na condição, que, parece, voltou a ser a tônica do GDF, novos duzentos lotes, é um absurdo.

César, com relação ao projeto de captação de água oriunda de Corumbá IV, o custo que o GDF está implementando para essa empreitada de trazer água para Brasília é injustificável. Temos vários projetos aqui que poderiam justificar a manutenção da nossa condição de água. Gastar quase R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) com uma obra como aquela é um absurdo. Detalhe: o relatório de impacto ambiental desenvolvido na pretensão implantação de Corumbá IV foi totalmente desarticulado. Por quê? É um relatório primário, concebido para justificar o empreendimento. Isso pode acontecer com o Park Way também.

Gilson Paranhos resgatou uma imagem que nós, do Park Way, entendemos como a mais vital: o projeto *Brasília Revisitada*, de Lúcio Costa, no qual ele imaginava a possibilidade de adensamento na condição condominial. Resgatando um pouquinho daquela história, o embate não era entre manter como estava, com uma única unidade residencial, ou com seis, como predizia Lúcio Costa, mas, sim, se existiria possibilidade de que ali fossem erguidos prédios. Naquele momento, nós conseguimos, num ato de entendimento, chegar à condição de oito unidades, respeitando a condição condominial.

Hoje, o projeto que tramita nesta Casa, vamos dizer assim, usando do artifício de ser uma palavra pequena, acrescenta o termo "coletivo", ou seja, o que conseguimos naquele momento - mobilizar uma comunidade, mobilizar uma conscientização técnica de que aquilo era inviável

-, volta à carga apenas com a inclusão da palavra "coletivo". Quanto às argumentações feitas pela própria Presidente do IPDF, ela levanta que a palavra "coletivo" refere-se a aparelhos públicos. Então, por favor, esclareça isso. Não entendemos assim. Em todo protocolo que registra Brasília, coletivo é prédio.

Então, nossa comunidade vem aqui fazer uso desta tribuna, mas, infelizmente, não podemos debater com os Deputados que estão na condição de maioria nesta Casa. Seria muito importante a participação de S.Exas. e talvez a modificação de suas intenções de voto. Estamos distribuindo à Presidência da Casa e a todos os Deputados as nossas reivindicações para esse momento.

Mais um detalhe: o Deputado Renato Rainha sugeriu a possibilidade de fazermos um debate conjunto com relação à criação da XX Região Administrativa de Brasília. Temos interesse. Nas pesquisas feitas para tentar avaliar as necessidades declaradas pela comunidade, no Plano de Desenvolvimento Local, a maior incidência de votos da nossa comunidade, da VIII Região como um todo, foi exatamente a favor disso: constituir lá uma nova região administrativa. Como justificativa para isso, o Park Way apresenta, do ponto de vista de que eles gostam de falar, a própria contribuição financeira. O Park Way sozinho, com doze mil habitantes e 1.180 lotes, arrecada R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) de IPTU. As Regiões Administrativas de Candangolândia, com 14.000 habitantes, do Núcleo Bandeirante, com 21.000 habitantes e do Riacho Fundo, com 28.000 habitantes, recolhem R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de IPTU. Só isso seria motivo, mas vamos mais a fundo nisso. A idéia do Deputado Renato Rainha é discutir isso. Queremos que a nossa região administrativa seja uma unidade diferenciada das demais, uma unidade administrativa voltada para o interesse ambiental. Outras idéias foram discutidas em nossa comunidade, como: protocolos ambientais, resgate do verde em Brasília. Estamos debatendo todas as possibilidades. Por diversas vezes, o Governo vem nos acusando de não querer conversar. Isso é uma mentira, uma vez que temos representantes em todos os conselhos e são propostos, pela comunidade, para discutir assuntos como: saúde, segurança, meio ambiente e planejamento local. Nós, da comunidade, conseguimos participar de todos. É difícil, pois temos uma área muito dispersa, com tamanho igual a do Plano Piloto, e temos doze mil habitantes. Nossa justificativa é tentar convencer o Governo de que temos a capacidade de sermos independentes.

Temos cinco reivindicações básicas que serão distribuídas a todos os Deputados: 1) a retirada formal, desta Casa, do Projeto de Lei nº 451/99 por meio de ofício do Governador ao Presidente da Casa; 2) o compromisso do GDF e desta Casa de não apresentar nenhum projeto de lei que verse sobre o parcelamento da área em novos lotes, ocupação de áreas verdes ou qualquer outra interferência relacionada ao adensamento populacional e a modificações do conceito urbanístico do Park Way sem a conclusão do zoneamento ambiental da APA das bacias Gama e Cabeça de Veado; 3) elaboração imediata do zoneamento ambiental e implementação do Conselho Gestor da APA, ambos com a participação da comunidade e acompanhados de pesquisas responsáveis pelas unidades de conservação, conforme prevê o Decreto nº 9.417 de 1986; 4) segurança pública e fiscalização ambiental efetivas em toda a região. Parece-me que hoje virou mote do Governo apresentar a justificativa de que a não-aprovação desse projeto geraria a total necessidade de manter a preservação e proteção do Park Way. Isso é a função do Estado. Oferecemos, como comunidade, total assistência, denunciando as irregularidades e fazendo plantões em apoio ao Governo. 5) a retirada de todas as invasões de áreas públicas do Park Way: moradores, invasores oficiais, "colarinhos brancos" que ocupam o Park Way e aqueles que são invasores sociais, que trabalham com a enxada e que são poucos.

Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Agradeço ao companheiro Wandyr. (Palmas.)

Passaremos, neste momento, à manifestação da comunidade, que já teve sua representação feita por meio da palavra do Sr. Wandyr. Abriremos três inscrições, devido ao escasso tempo. Solicito que as inscrições dos companheiros que queiram manifestar-se sejam feitas.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, tenho um compromisso mas eu gostaria de pronunciar-me enquanto as pessoas da comunidade não se inscrevem. Por isso, peço a V.Exa. que me conceda a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a comunidade do Park Way por tornar efetivo o conceito ambiental na discussão de todos os problemas do Distrito Federal. Essa é uma questão que, enquanto titular na Secretaria do Meio Ambiente, procurei colocar na agenda do Distrito Federal. É exatamente isso que a comunidade do Park Way realmente torna uma realidade, o que é um ganho enorme para Brasília e para o Distrito Federal.

Eu gostaria de ressaltar as diferenças que marcam este Governo e o Governo Democrático e Popular. Se analisarmos o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que foi uma iniciativa do Governo passado, veremos que todas as restrições levantadas hoje foram antepostas por órgãos do Governo Democrático e Popular, tiveram base em estudos do mapa de sensibilidade ambiental, em maio de 1995. É necessário um pronunciamento da Caesb, da Fundação Zoobotânica, da Sematec e do lema sobre a questão do gerenciamento de recursos hídricos - a proteção da Bacia do Lago Paranoá e qualquer parcelamento dentro dessa bacia -, uma necessidade que vem sendo esquecida. Ninguém fala nada sobre isso. A questão das restrições contidas no PDOT têm margem e origem nesse mapa de sensibilidade ambiental. As entidades administrativas do Distrito Federal dispõem dos dados técnicos necessários - dados que foram amplamente debatidos - para que não cometam barbaridades como essa que querem cometer no Park Way. Existem mapas, estudos técnicos e científicos sobre essa questão. Inclusive, existe um livro, que foi a primeira publicação sobre o zoneamento ecológico-econômico. No entanto, isso não vem sendo divulgado e foi interrompido na atual gestão do governo do Distrito Federal.

Como bem ressaltou o companheiro Wandyr de Oliveira Ferreira, por que a bancada governista não está aqui? Essa audiência foi amplamente comunicada. Um outro ponto que está conectado a esse: será que é legítima, verdadeira e real essa retirada do projeto a qual o Governo vem se referindo nos jornais? Só iremos acreditar nisso quando essa retirada estiver oficializada, pois a ausência da bancada governista dá sintomas de que não é para valer essa disposição de retirar o projeto, anunciado veementemente pelo Governo do Distrito Federal na imprensa.

Novos parcelamentos estão surgindo como o Ponte Alta do Gama, que está próximo da mesma área. Temos conhecimento de que estão ocorrendo compras de grandes propriedades visando o parcelamento. O nosso gabinete está investigando isso. Inclusive, há Secretários do Governo usando "testas-de-ferro" para comprar parcelamento. Iremos comprovar essas denúncias.

A conclusão que deveremos tirar desse processo é que essa iniciativa da comunidade do Park Way está gerando uma nova correlação de forças no Distrito Federal. É isso que vai fazer com que a questão ambiental passe a ser fundamental no processo de deliberação das decisões administrativas do Distrito Federal. Sr. Presidente, foi isso que me fez

procurar, ontem, o Ministro José Sarney para solicitar mais atenção do Ibama com relação ao Distrito Federal, e também solicitar a realização da Eco 2002. Queremos que, dez anos depois da realização da Eco 92, o Governo brasileiro inicie os contatos internacionais para realizar aqui no Brasil - vou defender que se realize em Brasília - uma nova conferência mundial do meio ambiente para analisarmos a aplicação da Agenda 21 e para aprofundarmos a correlação de forças daqueles que defendem a questão ambiental. Brasília, por ser uma cidade que já tem essa consciência - bem expressa pelos moradores do Park Way - é candidata natural a sediar a Eco 2002, no Distrito Federal.

Vamos a essa luta, moradores do Park Way, a vitória será nossa!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Muito obrigado Deputado Chico Floresta. A Mesa o cumprimenta pela iniciativa de V.Exa. junto ao Ministro do Meio Ambiente.

Convido, nesta oportunidade, o Dr. Ricardo Ramos, integrante da comunidade do Park Way, para trazer sua manifestação em nome da comunidade.

SR. RICARDO RAMOS - Sr. Deputado Wasny de Roure, Presidente desta sessão, Srs. Deputados Renato Rainha, Rodrigo Rollemberg e demais Deputados presentes, sou morador de Brasília desde o dia 17 de abril de 1960, uma semana antes da inauguração de Brasília. Meu pai foi um dos pioneiros que vieram para Brasília, que trabalharam e construíram esta cidade, com carinho, com amor e com idealismo, junto com Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e com o pioneiro Dr. Ernesto Silva. Eles construíram esta cidade com o sonho de que Brasília fosse a Capital Federal do País.

Cabe a nós continuar essa obra com o mesmo idealismo de nossos pais ao construir esta cidade.

Então, quero registrar minha preocupação, como morador hoje do Park Way, nesta Casa, com o fato de os Deputados da Situação não estarem presentes. Eu gostaria de registrar o meu manifesto, juntamente com os moradores do Park Way, quanto a essa preocupação com a emenda que muito prejudicará, não só o Park Way, mas também o Plano Piloto e a história de Brasília.

Eu gostaria de deixar um recado sobre essa situação ao Governo: começamos a reagir. E a primeira proposta que eu gostaria de registrar é que estamos, neste momento, depositando, em juízo, os R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) arrecadados com os nossos impostos, até que se retire completamente esse projeto.

É isso que eu gostaria de registrar neste momento.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Muito obrigado, Dr. Ricardo Ramos. Parabéns pela iniciativa da comunidade!

Convido, nesta oportunidade, a Sra. Aparecida Vesugue que, também, trará sua manifestação, em nome da comunidade.

SRA. APARECIDA VESUGUE - A todos os senhores e senhora, boa tarde.

Eu gostaria de aproveitar esta rara oportunidade que temos, mais por nossa culpa do que por culpa da Casa, para manifestar minha tremenda indignação pela falta de respeito dos Deputados da Situação para com a população, não só com a população do Park Way, mas com a do Distrito Federal.

Se o projeto que se quer implantar e aprovar é indefensável, deveriam estar aqui, pelo menos, para aprender porque é indefensável. Pelo pouco que vivi de democracia neste país - eu só tenho 44 anos -, a democracia é governo do povo, pelo povo e para o povo. Principalmente, com

o povo e, não, simplesmente, com objetivos espúrios, talvez até populistas. O que se tem a fazer, quando não se conhece, é aprender.

Estou extremamente indignada e ofendida com a falta de, não sei se posso chamar assim, decoro, mas, para mim, é uma falta de decoro dos Deputados da Situação.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Muito obrigado, Sra. Aparecida.

Havia duas pessoas inscritas para falar em nome da comunidade, que já se manifestaram. O Deputado Chico Floresta também já se manifestou. Faltam apenas se manifestar o Deputado Paulo Tadeu. Como S.Exa. não se encontra presente, o próximo inscrito sou eu e em seguida a Deputada Lucia Carvalho.

(Assume a Presidência o Deputado Renato Rainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO RAINHA) - Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Renato Rainha, Wandyr, Profª Jeanine, Gilson, César e Profª Mônica, desejo cumprimentá-los, assim como a todos os resistentes representante dos moradores do Park Way, pois já são quase 13h10min e estão interessados na discussão. Cumprimento todos os que entendem que a ausência dos Deputados prejudica enormemente o debate.

Lamento não ter participado, nessas duas últimas semanas, da discussão que se intensificou no Park Way, porque, desde o primeiro momento - e compactuo com a posição do Deputado Renato Rainha -, nos aliamos à resistência contra aqueles que queriam aprovar esse projeto e tentamos justificar e mostrar o grande equívoco que isso representaria para Brasília. A despeito da minha ausência, a minha assessora, Dra. Tânia Batela, a qual aproveito para cumprimentar, vem dando apoio à comunidade no sentido de mostrar os equívocos técnicos desse projeto de lei.

Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados e da comunidade para a denúncia que o *Correio Braziliense* hoje traz a tentativa do próprio Governo, que tanto se arvora em ser defensor da legalidade - quem está dizendo isso é a própria imprensa -, de colocar, na área rural do Park Way, novos integrantes, pessoas inteiramente desconhecidas da comunidade. O primeiro passo do Governo foi avaliar nomes, por meio do Conselho de Administração da Fundação Zoobotânica, para ocupar áreas rurais no Park Way. Isso é inteiramente desconhecido daquela comunidade rural. Espero que o Governo esteja atento às denúncias que a imprensa está trazendo no dia de hoje.

Eu gostaria de referir-me na minha falação, em primeiro lugar, à questão da fiscalização. O Governo argumenta o projeto no sentido da invasão. Ora, quando o Governo argumenta dessa forma, dá-se um atestado de incompetência na administração da fiscalização. É papel do Poder Executivo fiscalizar. É necessário um trabalho conjugado com a comunidade para fazer dentro do Park Way, como também em outras localidades, um trabalho sério de resgate da ocupação correta do solo.

Quero resgatar ainda a necessidade de um plano diretor para aquela comunidade. Isso é necessário para as mais diferentes cidades de Brasília. Eu já fiz essa denúncia, recentemente, quando o Governo retirou os projetos de plano diretor. O Governo Cristovam Buarque, três meses antes de encerrar o governo, encaminhou os planos diretores de três novas cidades que eram o Gama, Planaltina e Samambaia. O Governo, alegando ser o novo governo, retirou e nós entendemos ser correto, mas já é transcorrido um ano. O governo tinha o plano de Ceilândia já votado em primeiro turno, mas não o encaminhou à votação. Por que estou dizendo isso na discussão do Park

Way? Porque o Park Way, como o Núcleo Bandeirante, necessita do seu plano diretor para ser definido, de fato, onde a expansão da cidade vai se dar.

Outra questão que acho fundamental, nesse processo, é o zoneamento ecológico-econômico da APA Gama-Cabeça de Veado. Ora, nós temos, ali dentro, várias unidades de conservação que necessitam ser submetidas a esse zoneamento. Há a estação ecológica do Jardim Botânico, a Capetinga, a Taquara e o Riacho Fundo. São unidades de conservação que precisam ter o seu zoneamento definido na APA, para se saber exatamente que rumo toma o Park Way.

Eu gostaria de chamar a atenção do Governo do Distrito Federal, pois esse projeto não é apenas da comunidade do Park Way. É um projeto da Capital da República e do País. Foi bem colocada a questão da impermeabilização do solo, pois esse é um dos espaços de maior importância para captação e condução de água para o Lago Paranoá.

A redução da qualidade de vida do Lago Paranoá compromete a Capital da República como um todo, compromete um projeto do País e não é uma questão apenas da população do Park Way, que é uma população que milita na defesa ambiental e que exerce um papel de decisiva relevância para o País. É essa a compreensão que o Governo do Distrito Federal deve ter. Não adianta fazer o EIA/RIMA, o estudo de impacto ambiental, quando o termo de referência é delineado pelo lema. É um projeto muito bem definido, conforme escrito no art. 14 do PDOT: "A ocupação das zonas urbanas incidentes sobre a Bacia do Lago Paranoá só poderá ocorrer a partir de um planejamento global que especifique a população prevista e a localização dos empreendimentos urbanísticos, em consonância com a capacidade de suporte da Bacia, cujos fatores limitantes serão definidos pelo sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos do Distrito Federal".

Portanto, eu gostaria de me associar à comunidade como um todo e aos Parlamentares no sentido de insistir com o Governo do Distrito Federal para que retire definitivamente esse projeto, permitindo a comunidade voltar à tranquilidade e exercer o seu projeto de cidadania a partir de uma perspectiva de discussão e diálogo sobre o futuro do Park Way.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO RAINHA) - Eu gostaria registrar com muita alegria, que, há muito tempo, a Câmara Legislativa não tinha uma Comissão Geral com a participação da população e com um debate de tão alto nível como este.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra à Deputada Lucia Carvalho.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Minha saudação aos membros da Mesa e aos moradores que resistiram até esta hora pois demonstram interesse no assunto.

Mais do que um compromisso com o Park Way, é um compromisso com Brasília. Estou aqui para me comprometer, como Deputada, a tentar impedir, de todas as maneiras, que esse projeto venha à votação, pois ele continua nesta Casa; a forçar, de todas as maneiras, que esse projeto seja retirado oficialmente desta Casa, pois podem estar apenas aguardando a desmobilização de todos nós para mantê-lo; e, ainda, a aprofundar o debate, e mantendo viva a discussão sobre a ocupação de terras públicas no Distrito Federal e de terras que estão em área de proteção ambiental.

Eu e a companheira que representa a UnB, conversando, vimos que deveríamos convocar as instituições aqui representadas - UnB, IAB e ONG's - para continuar o debate em um seminário promovido por essas

instituições. Os Deputados deveriam associar-se a essa iniciativa, para que pudéssemos levar o debate para a sociedade. Nós entendemos que uma instituição acadêmica, como a UnB, tem porte para levar esse trabalho, com todas as colorações partidárias, inclusive, fazendo um desafio à bancada governista que aqui não está presente.

Parabenizo o Deputado Renato Rainha, que teve a iniciativa desse debate. Eu gostaria de poder contar com o apoio de V.Exa. nesse seminário e também que a UnB confirmasse a necessidade de realizá-lo, para que os quinze mil alunos da UnB, juntamente com suas famílias e com a sociedade, pudessem se envolver, não no debate sobre o Park Way, mas sobre a vida no Distrito Federal e a ocupação das terras públicas.

O gabinete de nº 12 está à disposição de todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Muito obrigado, Deputada Lucia Carvalho.

Em nome do Presidente desta Casa, Deputado Edimar Pireneus, eu gostaria de agradecer enormemente ao Deputado Renato Rainha, promotor desta Comissão Geral de Discussão; ao Wandyr, Presidente da Associação Comunitária dos Proprietários de Lotes do SMPW; à Ivone, que vem mobilizando e agilizando esse processo; à Alda; a toda a comunidade do Park Way - quero que sintam-se cumprimentados -; ao Gilson Paranhos, Presidente do IAB, às Professoras Mônica, da Reserva Ecológica, Jeanine da Universidade de Brasília, e ao companheiro César, que também integra a comunidade das ONG's da área ambiental.

Agradecendo portanto a presença de todos, declaro encerrada a presente Comissão Geral.

(A Comissão Geral levanta-se às 13h17min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 8ª
(OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 22 DE FEVEREIRO DE 2000.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Alirio Neto.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 12 horas e 15 minutos.

TÉRMINO: 12 horas e 16 minutos.

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- Agrício Braga (PFL)
- Agualdo de Jesus (PFL)
- Alirio Neto (PPS)
- Lucia Carvalho (PT)
- Maninha (PT)
- Paulo Tadeu (PT)

- Anilcéia Machado (PSDB)
- Benício Tavares (PTB)
- César Lacerda (PTB)
- Daniel Marques (PMDB)
- Gim (PFL)
- João de Deus (PDT)
- Jorge Cauhy (PMDB)
- José Edmar (PMDB)
- Rajão (PSDB)
- Renato Rainha (PL)
- Rodrigo Rollemberg (PSB)
- Sílvio Linhares (PMDB)
- Tático (PSC)
- Wasny de Roure (PT)
- Wilson Lima (PSD)
- Xavier (PPB)
- Edimar Pireneus (PMDB)

1 - ABERTURA**Presidente (Deputado Alírio Neto):**

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2- ENCERRAMENTO**Presidente (Deputado Alírio Neto):**

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não havendo *quorum* regimental, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h16min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 9ª
(NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 23 DE FEVEREIRO DE 2000.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Edimar Pireneus, Daniel Marques e Gim.

SECRETARIA: Deputados Alírio Neto e Agrício Braga.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 9 horas e 32 minutos.

TÉRMINO: 11 horas e 58 minutos.

PRESEÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| • Agrício Braga (PFL) | • Lucia Carvalho (PT) |
| • Aguinaldo de Jesus (PFL) | • Maninha (PT) |
| • Alírio Neto (PPS) | • Paulo Tadeu (PT) |
| • Anilcéia Machado (PSDB) | • Rajão (PSDB) |
| • Benício Tavares (PTB) | • Renato Rainha (PL) |
| • César Lacerda (PTB) | • Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| • Chico Floresta (PT) | • Sílvio Linhares (PMDB) |
| • Daniel Marques (PMDB) | • Tático (PSC) |
| • Gim (PFL) | • Wasny de Roure (PT) |
| • João de Deus (PDT) | • Wilson Lima (PSD) |
| • Jorge Cauhy (PMDB) | • Xavier (PPB) |
| • José Edmar (PMDB) | • Edimar Pireneus (PMDB) |

1 - ABERTURA**Presidente (Deputado Daniel Marques):**

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 - COMUNICADO DA MESA

- **Comunicado** dos Deputados Benício Tavares, César Lacerda e Tático, informando a constituição do Bloco Trabalhista Cristão, integrado por aqueles Parlamentares.

2 - ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1:** Apreciação do **veto total ao Projeto de Lei nº 702, de 1995**, de autoria da Deputada Maninha, que "Determina a habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes da fala ou de sua compreensão, e dá outras providências". **REJEITADO** com 17 votos contrários e 3 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

(2º) **ITEM 2:** Apreciação do **veto total ao Projeto de Lei nº 2.433, de 1996**, de autoria do Deputado Xavier, que "Isenta de pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos". **MANTIDO** com 11 votos favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção. Houve 10 ausências.

(3º) **ITEM 3:** Apreciação do **veto total ao Projeto de Lei nº 3.953, de 1998**, de autoria da Deputada Maninha, que "Institui no DF o dia do adolescente e dá outras providências". **MANTIDO** com 9 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 10 ausências.

3 - PEQUENO EXPEDIENTE**3.1 - COMUNICADOS DE LÍDERES**

DEPUTADA MANINHA, em nome da bancada do PT.

- Comunica que o Deputado Paulo Tadeu assumiu a liderança da bancada do PT.

DEPUTADO PAULO TADEU, em nome da bancada do PT.

- Expressa orgulho e reconhece a responsabilidade de assumir a liderança do Partido dos Trabalhadores, a maior bancada de oposição da Câmara Legislativa.

- Revela o desejo de atuar junto aos movimentos de trabalhadores do País e em união com os partidos da Casa.

DEPUTADO SÍLVIO LINHARES, em nome da bancada do PMDB.

- Parabeniza a atuação da Deputada Maninha na Secretaria de Saúde e agradece a amizade a ele demonstrada por essa parlamentar em várias ocasiões.

- Defende as iniciativas do Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO RENATO RAINHA, em nome do PL.

- Destaca o aumento da violência no Distrito Federal, fato que assusta a população da cidade.

- Informa que vários profissionais da área de segurança não estão qualificados, isto é, não têm o treinamento necessário para a função.

- Alerta para a falta de equipamento na área de segurança pública e para a necessidade de se colocar profissionais capacitados nessa função.

3.2 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB)

- Relata episódio ocorrido no DETRAN, em que deficientes reivindicavam habilitação como motoristas, e agradece a interferência do Diretor do órgão na solução do problema.

- Afirma estar realizando estudos, com o Deputado Sílvio Linhares, a fim de avaliar a possibilidade de concessão de vagas em estacionamentos para os portadores de deficiência.

- Sauda os deficientes auditivos presentes nas galerias.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT)

- Manifesta-se favorável à derrubada do veto ao projeto de autoria da Deputada Maninha, que irá beneficiar os deficientes auditivos.

- Relata a fuga de presos ocorrida no Núcleo de Custódia.

- Declara ser inverídica a afirmação do Governo Roriz de que foram realizadas 4.000 contratações para a área de segurança pública.

- Afirma que a bancada governista na Câmara Legislativa é cúmplice de Joaquim Roriz, pois não denuncia os desmandos ocorridos e a falta de cumprimento de promessas feitas durante a campanha eleitoral.

- Protesta contra as invasões em Brasília, que credita ao incentivo do Governador.

DEPUTADA MANINHA (PT)

- Pede aos deputados que derrubem o veto do Governador ao seu projeto de lei.

- Cita denúncia apresentada ontem, pela TV Globo, sobre a contratação de pessoas pelo Instituto Candango de Solidariedade.

- Contesta a venda de terreno para o grupo Pão de Açúcar, feita pelo GDF, sem licitação e por 1/3 do valor de mercado.

- Anuncia a apresentação de requerimento junto ao Ministério Público para que este acompanhe o processo de venda do referido terreno.

- Frisa que a Casa deve ter um processo legislativo correto.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB)

- Registra que, com o Pró-DF, o Governador Roriz incentiva a vinda de novas empresas para Brasília e permite que outras sejam beneficiadas a fim de aumentar o número de empregos na cidade.

- Salaria que o GDF pretende, com essa medida, dinamizar a economia e diminuir o nível de desemprego no Distrito Federal.

- Cita as medidas do Governo Roriz destinadas a apoiar investimentos geradores de emprego em Brasília, o que irá produzir arrecadação de impostos no futuro e, em consequência, maior investimento na área social.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT)

- Sauda o público portador de deficiência presente nas galerias e reafirma a sua dedicação à causa dos deficientes.

- Denuncia a atitude contraditória do GDF quanto ao consumo de energia elétrica no Distrito Federal, beneficiando empresários com atraso no pagamento das contas e efetuando o corte de energia na residência de moradores de baixa renda.

- Afirma ter apresentado na Casa projeto de lei que proíbe cortes de água e luz.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB)

- Elogia o Uniceub e julga a entidade uma das melhores no ensino superior de Brasília.

- Lamenta a suspensão de dois cursos da Uniceub, realizada pelo MEC.

- Manifesta solidariedade ao Diretor da Uniceub, João Herculino, que afirma dignificar a educação na cidade.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)

- Elogia o Pró-DF, implementado pelo Governador Roriz, e informa que a matéria sobre os benefícios concedidos às empresas do DF foi publicada no *Correio Braziliense*.

- Esclarece ao Deputado Daniel Marques que o *Correio Braziliense* publica tanto notícias positivas como negativas em relação ao Governo do DF.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Denuncia a invasão da APA do rio Descoberto, que representa a sobrevivência de 70% da população do DF.

- Pede uma ação enérgica do Governo do Distrito Federal quando ao assunto, para que a qualidade da água não fique comprometida futuramente.

- Afirma reconhecer o esforço do Governo no sentido de aumentar o número de empregos no DF, salientando que os beneficiados, no entanto, devem cumprir os encargos fiscais.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PMDB)

- Refere-se aos protestos dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, que emitem julgamento sobre o fato ocorrido na NOVACAP e esquecem a violência na Estrutural no Governo Passado.

- Solicita ao Presidente Edimar Pireneus que seja votada hoje a moção deste Deputado e do Deputado Rodrigo Rollemberg.

4 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Convoca os Srs. Deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Alirio Neto a secretariar os trabalhos da Mesa
Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos
Deputados para verificação de *quorum*.
(Procede-se à verificação de *quorum*.)



ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO - ASSP

☒ Ordinária
☐ Extraordinária

Data: 23/03/00
Horário: 09:32

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

NOME DO PARLAMENTAR	P	A
AGRÍCIO BRAGA - PFL		X
AGUINALDO DE JESUS - PFL		X
ALÍRIO NETO - PPS	X	
ANILCÉIA MACHADO - PSDB		X
BENÍCIO TAVARES - PTB		X
CÉSAR LACERDA - PTB		X
CHICO FLORESTA - PT		X
DANIEL MARQUES - PMDB	X	
JORGE CAUHY - PMDB		X
JOÃO DE DEUS - PDT		X
GIM ARGELLO - PFL		X
JOSÉ EDMAR - PMDB		X
JOSÉ RAJÃO - PSDB		X
JOSÉ TATICO - PSC		X
LÚCIA CARVALHO - PT	X	
MANINHA - PT	X	
PAULO TADEU - PT	X	
RENATO RAINHA - PL	X	
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB		X
SILVIO LINHARES - PMDB	X	
XAVIER - PPB	X	
WASNY DE ROURE - PT		X
WILSON LIMA - PSD		X
EDIMAR PIRENEUS - PMDB		X
TOTAL	08	16

SAIR - Parte 1/18 - 10000 500 - Brasília DF

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Estão presentes 8 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Em função da falta de *quorum* para deliberação sobre o Item nº 1 e por ele obstruir a pauta da Ordem do Dia, passaremos aos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, na reunião de Líderes, ficou combinado que seria feito primeiramente o pronunciamento de Líderes, o pronunciamento de Parlamentares e, somente depois, a votação da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Exatamente, Deputado Renato Rainha, mas, tendo em vista que a Ordem do Dia, regimentalmente, vem em primeiro lugar, que combinamos, mas não votamos ainda, a mudança do regimento que não existe *quorum* para deliberação, havendo, conseqüentemente, obstrução de pauta, passaremos para os Comunicados de Líderes.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes de passarmos aos Comunicados de Líderes e encefrrar-se a votação, lembro a V.Exa. que esse acordo da Lideranças está valendo, pelo que foi dito pelo Presidente Edimar Pireneus. Eu gostaria de solicitar a atenção de V.Exa., pois, há dois dias, as pessoas interessadas na votação desse veto, que são deficientes, vêm a esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Eu concordo com V.Exa. e vou propor o seguinte encaminhamento: vamos passar para os Comunicados de Líderes e, após, com a presença de todos os Líderes, submeteremos a mudança do Regimento à votação e passaremos imediatamente à Ordem do Dia.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado João de Deus. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alirio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Tatiko. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a V.Exa. que a bancada do PT tem um novo Líder, o Deputado Paulo Tadeu.

Eu também gostaria de deixar meus agradecimentos, como Líder que fui durante um ano da bancada do Partido dos Trabalhadores, pela boa relação que tive com a Mesa Diretora e com os demais Líderes.

A partir de hoje, o Deputado Paulo Tadeu assume a Liderança do nosso partido.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas presentes à galeria, funcionários desta Casa, é com muito orgulho e, evidentemente, com muita responsabilidade que assumimos neste momento a tarefa de liderar a bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Legislativa. Eu gostaria de agradecer a todos os companheiros da bancada do PT que depositaram em mim este voto de confiança e parabenizar a companheira e Deputada Maninha pelo excelente trabalho prestado à frente da nossa liderança durante o ano de 1999.

Eu sei da responsabilidade que agora assumo. Vou tentar, em primeiro lugar, garantir a qualidade de trabalho que a Deputada Maninha impôs à Liderança do PT; em segundo lugar, vou liderar a maior bancada de Oposição na Câmara Legislativa, num momento conjuntural em que o Governo Roriz, atolado pela sua incompetência e pela sua incapacidade de gerenciar os problemas da sociedade do Distrito Federal, não tem demonstrado, até o momento, prioridade à qualidade de vida dos trabalhadores e dos moradores do Distrito Federal.

Sr. Presidente, pretendemos, nos próximos dias, intensificar as fiscalizações, as contas e os programas aplicados no Distrito Federal. Pretendemos acompanhar e transformar a liderança do PT num centro de apoio às lutas populares dos trabalhadores sindicalizados, das associações de moradores e do Movimento Sem-Terra.

Queremos trabalhar em conjunto com o PPS, com o PL, com o PSB, com o PDT e com todos os partidos desta Casa que, porventura,

queiram fazer um processo de oposição conjunta em torno da defesa dos trabalhadores e da população do Distrito Federal.

Sr. Presidente, estaremos lançando, na próxima semana, o nosso disque-denúncia, mais um instrumento para que a população e o cidadão do Distrito Federal possam protestar, reclamar e denunciar os desmandos do Governo Roriz.

Encerro aqui este meu primeiro comunicado como Líder do Partido dos Trabalhadores e espero poder falar ainda hoje no Grande Expediente, pois quero ler o discurso preparado para essa ocasião.

Muito obrigado.

DEPUTADO JORGE CAUHY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de participar a V.Exa. e a todos os Deputados da Casa que acabei de passar a Liderança do PMDB ao nobre Deputado Silvio Linhares.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Silvio Linhares, Líder do PMDB.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Agradeço ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, ao público em geral aqui presente, à imprensa e a todos os servidores da Casa.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de parabenizar e agradecer a essa amiga que eu admirava de longe, por meio da imprensa, pelo trabalho e dedicação, principalmente no que tange à saúde pública do Distrito Federal, que desenvolveu à frente da Secretaria de Saúde. Amiga, porque nos momentos difíceis da minha vida, por doença de filhos e da minha própria doença, sempre esteve ali, *pari passu* comigo, telefonando para mim altas horas da noite, preocupada comigo, e, principalmente, pelo ensinamento que me deu aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal, quando ela era Líder da Oposição pelo Partido dos Trabalhadores. À Deputada Maninha eu só tenho de agradecer pelos ensinamentos que recebi.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o nobre Deputado Paulo Tadeu, um jovem expoente da nossa vida pública, representando muito bem o seu partido. Seja bem-vindo como Líder da Oposição. Nós vamos ter muito o que discutir, porque agora estou assumindo, graças ao nobre Deputado Jorge Cauhy, Líder do PMDB no ano passado, a Liderança do PMDB. Tenho muito orgulho de pertencer a esse partido e de ter ficado sob a batuta de S.Exa. no ano de 1999. Vamos, sim, unir tanto os partidos de Situação quanto os de Oposição para a melhoria de nossa cidade.

Em relação ao pronunciamento do nobre Deputado Paulo Tadeu, eu quero já começar, como Líder do PMDB, dando uma resposta. S.Exa. acabou de dizer que o Governo Roriz era incompetente e que não se preocupa com a cidade. Isso não é a realidade. Todo mundo que anda pela cidade vê as obras que o Governo Roriz está fazendo e os empregos que está gerando, com todas as dificuldades criadas, inclusive por órgãos do Judiciário, mas, principalmente porque ficamos um ano inteiro tentando saber o que tinha no Governo passado, já que encontramos todos os computadores de todas as secretarias apagados, sem nenhuma informação. Conseguimos pagar a dívida de 280 milhões de reais, que nos foi deixada pelo Governo passado. Temos certeza de que, daqui em diante, unindo a Situação e a Oposição, teremos um futuro melhor para a nossa cidade.

Seja bem-vindo, nobre amigo Deputado Paulo Tadeu.

Obrigado, Deputada Maninha, por seus ensinamentos. Obrigado, Mestre Cauhy, por ter me passado essa batuta e por ter me dado durante um ano muitos ensinamentos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - De acordo com o comunicado do nobre Deputado Jorge Cauhy, o Deputado Silvio Linhares é o novo Líder do PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Xavier. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população presente, ocupo a tribuna hoje como Líder do Partido Liberal para falar sobre o estado de insegurança que tomou conta de todo o Distrito Federal. A nossa população está apavorada e assustada com a criminalidade, que a cada dia tem aumentado de forma assustadora em Brasília.

Gosto de fazer reuniões com a comunidade. Ontem fui a quatro reuniões e, em todas, o principal item era a segurança pública. Estamos acompanhando a cada dia crimes violentos, tragédias que vitimam família e que deixam marcas permanentes, como foi o caso do menino César Fabiano, um jovem de 21 anos, filho de um casal de amigos nossos, que teve sua vida tragicamente ceifada.

Isso está ocorrendo por vários motivos. Faço aqui não uma crítica pessoal, apenas uma observação profissional: dos últimos três secretários de segurança que tivemos em Brasília nenhum era profissional da área de segurança. Isso não é nenhuma crítica pessoal, até porque alguns deles são meus amigos, mas nenhum deles é profissional da área de segurança pública. Se não colocarmos profissionais de segurança na área de segurança, a criminalidade vai continuar aumentando no Distrito Federal.

Outra questão fundamental é que os órgãos que combatem o tráfico de drogas, o roubo e furto de veículos e o roubo e furto de forma geral têm que ser mais equipados e receber mais estrutura e efetivo, porque, se combatermos com condições o tráfico de drogas, o furto de veículos e o roubo e furto de uma forma geral, certamente estaremos reduzindo de 60% a 70% a criminalidade, porque o crime organizado no Distrito Federal está baseado nessas três atividades. É preciso dar estrutura à Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, transformando-na numa coordenação e criando uma seção antidrogas em todas as delegacias do Distrito Federal. É preciso urgentemente dotar a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e a Delegacia de Roubos e Furtos de maior efetivo e de maior estrutura para que possam combater o crime organizado de, pelo menos, igual para igual. É preciso aumentar urgentemente o efetivo das instituições, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. Não podemos deixar um efetivo defasado da forma que está para depois se abrir concurso, para preencher as vagas.

É preciso agir imediatamente. A população está apavorada, está insegura. A criminalidade está crescendo, e os criminosos estão tranquilos no Distrito Federal. Precisamos profissionalizar a área de segurança pública com secretários que realmente entendam como fazer um combate à criminalidade com eficiência.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Encerrado o tempo destinado aos Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, eu gostaria de relatar um episódio ocorrido no Detran no qual tivemos oportunidade de interferir para que ele atendesse aos mais de quinhentos deficientes inscritos para obter a carteira de motorista

Sr. Presidente, devido ao grande número de pessoas que desejam se habilitar, foi necessário conversar com o Diretor do Detran, que instituiu de imediato uma comissão de emergência para atender aos mais de quinhentos inscritos. Essa negociação foi realizada durante dois finais de semana e já atendemos a mais de 270 deficientes. O Diretor do Detran determinou a continuidade desta comissão e, com certeza, em tempo breve, todas as pessoas portadoras de deficiência terão a possibilidade de obter a sua habilitação por meio da junta médica.

Então, neste momento, agradeço a atenção do Diretor do Detran no sentido de possibilitar aos deficientes físicos a obtenção da carteira de motorista.

Sr. Presidente, aproveito o momento para informar a todos desta Casa que temos um projeto do nosso companheiro, Deputado Silvio Linhares, que aborda uma forma de atender, com vagas determinadas, os idosos, os portadores de deficiência e, também, os pais que têm uma criança especial. Esse assunto já está sendo avaliado por meio da Coordenação e do Detran e, com certeza, dentro em breve, teremos duas vagas para o portador de deficiência, três vagas para os idosos e uma vaga para o pai ou a mãe da criança especial.

Sr. Presidente, parabeno o colega e amigo Deputado Silvio Linhares, por esse projeto e por estarmos juntos nessa batalha. Dentro em breve a cidade contará com essa disponibilidade de vagas para os portadores de deficiência.

Srs. Deputados, uma das dificuldades do pai ou da mãe de criança especial era que a vaga somente atendia diretamente ao portador de deficiência física de posse da carteira de motorista mas, dentro em breve, esse problema estará resolvido e, com certeza, esse projeto atenderá a todas as pessoas portadoras de deficiência e de necessidades especiais. Com isso será possível resgatar a condição da cidade de ser a cidade do acesso ao portador de deficiência.

Saúdo os deficientes auditivos aqui presentes por intermédio de um grande amigo, o Padre José, companheiro de muitas e muitas lutas, como a do portador de deficiência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Gim Argello.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Parabeno os Deputados Benício Tavares e Silvio Linhares por tão brilhante iniciativa.

Concedo a palavra ao Deputado João de Deus.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público aqui presente, em primeiro lugar, quero adiantar que votarei contra o veto do Governador ao projeto da Deputada Maninha, pois acho uma violência o que este Governo e este Governador velhaco estão fazendo com a população do Distrito Federal, em particular com os deficientes auditivos.

Sr. Presidente, a cidade está entregue aos bandidos. Se já não bastavam os crimes que estão ocorrendo em todo o Distrito Federal, agora fugiram mais dez presos do Núcleo de Custódia da Papuda. Isso é um sinal de que o Governo não tem competência e de que não há pessoas em determinados cargos públicos que possam administrar a segurança pública da Capital de todos os brasileiros.

Ora, o Governador Roriz, em sua campanha, prometeu fazer o Segurança sem Tolerância. Não conseguiu. Mudou para o Segurança da Cidadania. Não está conseguindo. Sete pessoas foram assassinadas no fim-de-semana no Distrito Federal. Sessenta e nove carros foram roubados, muito deles de alguns cidadãos que sobrevivem com eles, que os usam como

instrumentos de sobrevivência.

O Governo Roriz prometeu que iria pagar todas as gratificações para os servidores da Segurança Pública. Ainda não o fez. Agora, o Governo Roriz sinaliza que irá mudar a escala dos policiais militares, bombeiros e policiais civis do Distrito Federal. Os policiais civis trabalharão com uma escala de 12 por 36. Os policiais militares e bombeiros já têm uma carga horária excessiva e, muitas vezes, formam um quadro psicológico que dá trabalho para o Estado e, às vezes, prejudica a sociedade, porque um indivíduo com um quadro psicológico assim não terá condições de fazer a segurança de ninguém.

Agora, batizo o Governador como "Joaquim Rasteira", pois me deu uma rasteira numa votação. Estou esperando para fazer essa reclamação pessoalmente ao Governador. Fui eleito Deputado Distrital não para agradar a governo algum, mas, sim, para representar o povo do Distrito Federal e, em particular, a minha base eleitoral: os policiais militares e bombeiros. Sou representante do povo e não abrirei mão de defender esse povo que está à mercê da criminalidade, da bandidagem, da falta de vergonha das autoridades governamentais, da falta de operações policiais para proteger os cidadãos de bem desta cidade. O governo fica mentindo descaradamente quando vai à televisão e diz que contratou 4 mil policiais. É mentira! Eu desafio o Líder do Governo, o Líder do PMDB, a bancada do Governo, o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, os Deputados Aguinaldo de Jesus, Coronel Rajão e Anilcéia Machado, todos da bancada do Governo: provem que o Governo contratou 4 mil policiais que eu renuncio ao meu mandato!

Quero que o Deputado Jorge Cauhy me prove que o Governo contratou 4 mil policiais. Eu, Deputado João de Deus Silva Carvalho, brasileiro do Estado de Alagoas, representante do povo do Distrito Federal, renuncio ao meu mandato se o Governo me provar que contratou 4 mil policiais, conforme declara na propaganda mentirosa e enganadora divulgada para o povo do Distrito Federal.

Também quero dizer que o Governo não comprou sequer uma viatura policial. As viaturas que foram compradas para os comandantes andarem "escurritando" por aí foram adquiridas por meio do dinheiro dos convênios, porque agora a Polícia Militar virou uma empresa de segurança privada.

Enquanto as pessoas estão sendo assaltadas, molestadas, as mulheres estão sendo estupradas e os cidadãos de bem estão sendo vitimados pela criminalidade, o Governador Roriz mente. Esse é o Governo da mentira, o Governo da trapincolada, o Governo da enganção. É preciso que a imprensa mostre essas mentiras do Governo Roriz. É preciso que a sociedade tome conhecimento de tudo de errado que os governantes fazem. Porque é muito simples, Sr. Presidente, ir à televisão com uma propaganda bonita, com um penteado bonito, com uma maquiagem bonita e ser um cara-de-pau, enganar e mentir para o povo, usar o dinheiro do contribuinte indevidamente. É isso que o Sr. Governador Joaquim Roriz está fazendo! E a bancada do Governo é cúmplice disso porque não denuncia. A bancada do Governo é cúmplice dessas mentiras. Mato a cobra e mostro a cobra. Está aqui o documento de todos os dias oficiais das ocorrências policiais. As cidades, as pessoas, homens e mulheres, de bem estão entregues aos bandidos, são prisioneiros deles mesmos. Temos de ficar reclusos nas nossas casas porque o Estado não nos oferece segurança.

Onde estão as vilas militares? Onde estão as moradias para os policiais civis, para os policiais militares e para os bombeiros? O que se vê é invasão nesta cidade. O Governo, de uma forma ou de outra, está sendo omissivo com as invasões, enquanto os cidadãos de bem que esperam e que têm inscrição no Idhab há mais de vinte anos são preteridos pelos invasores.

Aqueles cidadãos que esperam, dentro da legalidade, chegar sua vez são preteridos pelos invasores e por um governo irresponsável e mentiroso. Vou repetir: se o Governo ou a bancada do Governo me provar - vocês todos que estão aí são testemunhas - que o Governo contratou 4 mil policiais, eu, Deputado João de Deus Silva Carvalho, renuncio ao meu mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Tatiko (Pausa.)

Concedo a palavra a Deputada Maninha, que falará no lugar do Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de solicitar a todos os Deputados presentes que permanecessem nesta sessão para que pudéssemos apreciar o veto do Governador Roriz ao meu projeto de lei, que trata da interpretação da língua de sinais aos nossos deficientes. Alguns deles estão aqui presentes na galeria. Eu gostaria que os demais Deputados que têm leis nessa área, como os Deputados Jorge Cauhy e Lucia Carvalho, pudessem nos ajudar na derrubada desse veto, pois trata-se de um projeto muito importante para os nossos deficientes. Deputado Jorge Cauhy, sei que V.Exa. tem projetos importantes nessa área, eu gostaria de contar com o seu voto para a derrubada do veto.

Eu gostaria de falar aqui sobre o que os jornais e a imprensa vêm publicando nos últimos momentos com relação ao trabalho do Governo do Distrito Federal. Uma denúncia foi apresentada ontem pela TV Globo sobre o ICS: a contratação de parentes de forma indiscriminada pelo Instituto Candango de Solidariedade. Aliás, uma prática que a TV denunciou. E soubemos ontem que houve demissões dessas pessoas, comprovando que o ato, se não foi ilegal, pelo menos foi imoral.

Também recebemos denúncias sobre um terreno que todos os Deputados e assessores podem ver quando trafegam nessa rua que vai até o Setor Hospitalar Norte: o terreno que o Pão de Açúcar está comprando por oito milhões e seiscentos mil reais, com a cobertura do PRÓ-DF. A explicação do Secretário Valdivino, do ponto de vista da legalidade, pode até ser uma explicação que convença, mas, do ponto de vista da moralidade, não há convencimento. Vocês todos se lembram de que há pouco tempo foi denunciado um acordo para se pagar à construtora daquele shopping no Lago Norte, por um terreno menor do que o terreno da W3, vinte milhões de reais. Esse terreno da W3 está sendo vendido, por meio do PRÓ-DF, sem licitação pública. Se houvesse licitação pública, o valor desse terreno subiria talvez para três ou quatro vezes o valor de oito milhões e seiscentos mil reais.

Acreditamos que o ato, não é ilegal, é imoral. Portanto, estamos entrando com um requerimento nesta Casa solicitando que nos seja fornecido o processo junto à Terracap. Mais do que isso, estamos solicitando também que o Ministério Público e o Tribunal de Contas acompanhem a venda e o processo desse terreno.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de finalizar dizendo que uma discussão vai ser aprofundada na próxima quinta-feira sobre reestruturação das comissões nesta Casa. Acho que devemos dar um tratamento correto a essa questão. Todas as vezes que tentamos discutir a estrutura desta Casa, a imprensa trata a questão como se fosse apenas para a criação de novos cargos, e nós não podemos tratar dessa forma. O que queremos aqui é que o processo legislativo seja correto, que as comissões cumpram o seu papel e que possamos fazer até a reformulação da estrutura das comissões.

Portanto, na próxima quinta-feira, está sendo convocada uma Comissão Geral para discutir profundamente a reestruturação das Comissões

nesta Casa. Esperamos que todos os Deputados possam estar presentes e que a imprensa não trate a questão apenas como criação de cargos, pois é um assunto que interessa a nós, Deputados, e, principalmente, à comunidade, que quer que as comissões promovam o debate, a discussão e tratem de assuntos de seu próprio interesse como, por exemplo, a questão da terra e da defesa do consumidor.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra ao Deputado José Edmar.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de manifestar, como Líder do Governo, que o Governo do Distrito Federal entregou, no 21 de fevereiro, 1.030 lotes empresariais pelo programa PRÓ-DF. Com essa medida, o Governo Roriz cria condições para que novas empresas se estabeleçam, gerando cerca de 5.700 empregos diretos e quinze mil empregos indiretos.

O Governo fez mais: baixou decreto simplificando as exigências para que as empresas possam estabelecer e iniciar a construção de seu empreendimento. Com isso, reduziu o prazo para o início do efetivo investimento, que era de 120 dias, para sessenta dias. Deve-se lembrar que, já na fase de construção, muitos empregos serão gerados.

Essa etapa do PRÓ-DF, que agora o Governo transfere para as mãos de cerca de mil empresários, é apenas um começo. Um ótimo começo, é verdade, mas muitos outros empreendimentos estão a caminho. Todo estímulo, aliado a critério, está sendo adotado pelo GDF, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e pelos conselhos criados para esse fim. E o programa está tendo grande apoio do empresariado, conforme pode-se verificar pelos números apresentados pela Secretaria.

Cerca de 600 empresas estão em vias de assinar os termos de adesão ao programa e outras 4.200 propostas estão sendo apreciadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Esses números, Srs. Deputados, refletir-se-ão brevemente em novas empresas que estão sendo instaladas no Distrito Federal nas diversas áreas de desenvolvimento econômico criadas, demonstrando o acerto das medidas do Governo no sentido de dinamizar a economia, aumentando a produção, criando empregos e gerando renda e tributos.

A meta de alcançar 150 mil empregos e gerar investimentos de 2 bilhões de reais já não parece aos incrédulos tão impossível de conquistar.

Os níveis de desemprego estão recuando mês após mês. Esse é um compromisso inadiável do Governo Roriz. Brasília está hoje entre as três cidades brasileiras que oferecem melhores oportunidades de negócios, segundo a revista *Fortune*.

Em 1999, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico atendeu cerca de 24.300 empresários com propostas para investir. Esse número é muito superior aos de anos anteriores: 3.300 em 1998; 5.500 em 1997, e 2.790 em 1996.

Também no tocante a cartas-consulta processadas, a diferença é gritante: foram 5.904 em 1999, contra 525 em 1998 e 162 em 1997.

Esses números demonstram a firme decisão do Governo Roriz de realmente apoiar investimentos geradores de empregos no Distrito Federal e evidenciam a rápida e firme resposta que os empresários estão dando ao PRÓ-DF.

Ao trazer ao conhecimento deste Plenário alguns números sobre a execução da política de desenvolvimento econômico do Distrito Federal, quero deixar uma mensagem de esperança no futuro: haverá drástica e desejável redução do desemprego; maior arrecadação no futuro permitirá o

desenvolvimento de outros programas na área social e de segurança; o emprego e a educação trarão de volta a dignidade e a cidadania para milhares de cidadãos que aqui residem e que se achavam esquecidos.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui, com a apresentação desses números, agradecer também a esta Casa e elogiá-la, porque lembramos bem de quanto debatemos o Pró-DF e, antes, até mesmo o Prodecon, que foram projetos de desenvolvimento econômico discutidos extensamente nesta Casa e aprovados por ela. Hoje, esses projetos possibilitam que o Governo faça esse incremento de aumento de empresas em Brasília e, conseqüentemente, aumento inclusive de arrecadação.

Portanto, acho que esta Casa, ao debater e aprovar projetos dessa natureza, e o Governo, ao implementar essas medidas, atendem às necessidades de Brasília, porque é com a viabilização de empresas que viabilizaremos empregos e, conseqüentemente, recursos, impostos, aumento de arrecadação, enfim, uma dignidade maior até no campo da segurança para todos do Distrito Federal.

Fica aqui meus agradecimentos por essa atitude.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Eu gostaria de agradecer ao Deputado José Edmar pelo reconhecimento da atuação desta Câmara no Pró-DF.

Solicito à equipe de som que melhore a qualidade de som, porque os Deputados não estão conseguindo ouvir bem.

Acredito que dentro de cinco minutos o som estará a contento.

Com a palavra a Deputada Lucia Carvalho.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT) Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, companheiros da imprensa, quero saudar aqui os companheiros portadores de necessidades especiais, nossos queridos alunos da rede pública de ensino, nossos jovens, homens e mulheres. Sou uma Deputada que, com certeza, me compromete-se com a derrubada desse veto, porque temos vários projetos visando os portadores de necessidades especiais. Um deles será votado, em breve, legislando que cada repartição pública tenha um servidor público preparado para receber aqueles que têm deficiência auditiva e visual. Nesta Casa já temos o alfabeto em braille, devido a uma lei de minha autoria; temos o cardápio em Braille, para que todos aqueles que são portadores de necessidades especiais na área visual possam ter autonomia. Então, a vocês, a minha solidariedade e o meu apoio. Parabéns à Deputada Maninha pelo projeto.

Mas vim aqui também para falar a respeito da ação do Governo Roriz frente ao consumo de energia elétrica pela população do Distrito Federal. Para um setor, que é do empresariado, o Governo tem sido condescendente. Vejamos uma matéria do *Correio Braziliense*, Sr. Presidente, que eu quero que seja registrada nos Anais da Casa, datada do dia 10 de fevereiro: "Uma luz que não brilha para todos". Faz um levantamento de propriedades de vários empresários, inclusive do Senador Luiz Estevão - produção de soja, Rádio OK -, que deve muito ao Governo e não é cobrado.

A mesma matéria mostra também que várias pessoas que moram no Recanto das Emas, Riacho Fundo e Samambaia têm tido suas contas cortadas por causa de um mês de atraso. Não é por três, quatro, cinco, seis meses ou dois anos de atraso.

Hoje, temos mais uma matéria, intitulada "Pobres no Escuro", mostrando a realidade daqueles que não têm condições, muitas vezes por terem sido demitidos ou por receberem um pouco de salário mínimo, de pagar as despesas de água e luz. Nesse sentido, eu apresentei nesta Casa um projeto que já é referendado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual tem uma súmula que diz: "Água e luz é um bem essencial à população e não poderá ser

cortado". Portanto, transformamos em lei aquilo que já um direito por uma súmula do Tribunal de Justiça Federal e também estamos respaldados pelo Código de Defesa do Consumidor.

Portanto, os pobres desta cidade terão o mesmo direito à Justiça em casos de atrasos de pagamento que aqueles que têm grandes propriedades. A Defensoria Pública acionará aqueles que também são de baixa renda e não têm condições de pagar. Esses terão o mesmo direito que a Justiça tem dado àqueles que têm condições de pagamento no Distrito Federal. Portanto, por meio de um projeto de nossa autoria, apresentado nesta Casa, estamos resgatando o direito da população de ser tratada com igualdade. Não se cortará a água da D. Maria em Samambaia, do seu José na Ceilândia, enfim, de todos aqueles que têm uma renda pequena e que, muitas vezes, não dá para pagar as contas. Não haverá mais essa proteção aos ricos que tem acontecido no Distrito Federal nem esse descaso àqueles a quem este Governo faz um discurso e, que, na verdade, tem desprezado.

Deputado Daniel Marques, tenho certeza de que, em Planaltina, muitas mães de família têm tido suas contas cortadas. Tenho certeza de que, daqui para frente, os Deputados que de fato protegem aqueles que precisam das leis desta Casa votarão a favor de um projeto que faça justiça social, contra o corte de água e luz, aqueles que são trabalhadores desta cidade, desempregados e donas de casa e, não, aqueles que são donos de rádio, donos de produção industrial.

Estamos aqui, como disse o Deputado João de Deus, a serviço da população. Este Governo diz que está a serviço dos pobres. É um governo hipócrita, porque faz o contrário. Está aqui registrado e faço questão de fazer o registro também nesta tribuna, nesta Casa de leis.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(MATÉRIA A QUE SE REFERE A ORADORA)

Uma luz que não brilha para todos

A Companhia Energética de Brasília (CEB) atende 531 mil domicílios e fatura R\$ 520 milhão por ano. Há, atualmente, 32.534 usuários com suas contas de luz em atraso e, estima-se, pelo menos metade desses domicílios está no escuro: tiveram a energia cortada por falta de pagamento. Há seis meses, Desufla Vieira Guimarães, 45 anos, desempregada, dona de um lote no Riacho Fundo II, ficou sem luz durante quase uma semana. Devendo R\$ 12,00, teve de pedir ajuda a amigos para saldar a dívida. Agora, está de volta à mesma situação. Deve R\$ 16,72 e, em menos de 30 dias, recebeu dois avisos de que a energia está prestes a ser cortada de novo.

A saga de viver no escuro por falta de dinheiro para pagar a conta de luz não é para todos. A

Associação dos Criadores do Planalto (ACP), que tem entre seus 1,2 mil sócios a empresa Agropecuária Palma, do governador Joaquim Roriz, deve R\$ 126.430,57 à CEB, dívida que se acumula desde 1992. Conforme registros da CEB obtidos pelo *Correio Braziliense*, a ACP não pagou suas contas entre maio de 1992 e agosto de 1994, durante o primeiro governo de Joaquim Roriz. Depois, ficou devendo o mês de setembro de 1995 e entre março e junho de 1996, já no governo de Cristovam Buarque, e voltou a não pagar a partir de junho de 1999, no atual governo Roriz. Ao contrário do que acontece na casa de dona Desufla, a energia continua ligada.

A Rádio OK FM, uma das empresas do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), não paga as faturas da CEB desde 22 de abril de 1999.

A dívida chega a R\$ 37.519,99, segundo atesta uma via da conta obtida pelo Correlo nos computadores da CEB nesta terça-feira (17/2). A diferença para a situação de dona Desueta é que, apesar do atraso de quase dez meses, a energia elétrica nos estúdios da Rádio OK FM continua sendo fornecida normalmente.

Pelas normas da CEB, a luz é cortada depois de 20 dias sem pagamento. A regra vale para residências, empresas e até mesmo entidades de utilidade pública.

Em alguns casos, se o usuário está renegociando o débito ou nunca antes atrasou o pagamento, a empresa espera que vença a segunda fatura. A portaria 466 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no entanto, permite às empresas de energia que cortem a luz depois de apenas uma semana de atraso. A CEB costuma fazê-lo depois de 20 a 60 dias.

Foi o caso do atual secretário de Administração, Manoel Paulo de Andrade Neto, o *Manoelzinho*. A conta de luz da chácara do secretário é debitada automaticamente na sua conta bancária do BRB. Um problema de comunicação entre a CEB e o banco fez com que as contas vencidas em 10 de dezembro e 10 de janeiro passados deixassem de ser pagas. A energia elétrica, no entanto, não chegou a ser cortada, tendo em vista que Manoelzinho é bom pagador e que o problema foi comunicado à CEB.

SE DISCUTIR, RELIJA

AACP informa que está renegociando sua dívida, de R\$ 126 mil. Há oito anos. "Nós estamos discutindo a dívida porque há órgãos públicos na ACP, como delegacia de polícia, que não podem entrar na nossa conta", diz Osvaldo Rocha Melo, que preside a entidade desde agosto passado. "Eles vivem cortando a nossa luz. Já cortaram centenas de vezes. Mas nós vamos até lá, discutimos e conseguimos religar."

No caso da Rádio OK FM, a explicação para a dívida de R\$ 37 mil é outra. "Já encaminhamos à CEB todos os comprovantes demonstrando que nossas contas estão em dia e espero uma explicação da empresa", diz Luiz Estevão. Neste caso, o senador sugere que os registros da CEB estejam errados. A dívida da emissora consta de extrato oficial emitido pela CEB com data de anteontem (veja fac-

simile). O senador diz que não tem como mostrar os comprovantes de pagamento. "Não tenho cópias. Está tudo com a CEB."

Mas há outras quatro faturas em nome de Luiz Estevão atrasadas, somando um débito de R\$ 15.696,37. Trata-se da energia que abastece seus lotes no Núcleo Rural Plano de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD/DF), onde o senador planta milho e feijão. Todos estão recebendo energia, apesar dos atrasos que variam de cinco a dez meses. O senador afirma

que essas contas também já estão pagas e os computadores geraram de novo.

O único débito que confere há conta do senador e nos computadores da CEB refere-se à fazenda Santa Prisca, de propriedade do Grupo OK. A dívida, a maior das empresas do senador, é de R\$ 101.228,87, decorrente da falta de pagamento de agosto a novembro de 1996. Segundo Luiz Estevão, o débito está sendo discutido na Justiça. "Quando o governo do PT passou a nos cobrar a tarifa cheia no lugar da tarifa verde, para imóveis de produção agrícola entramos na Justiça. Estamos esperando a decisão para ver o que devemos pagar." Somando-se a dívida da Rádio OK FM à dos lotes do PAD/DF e à da Santa Prisca, o débito chega a R\$ 151.445,23.

Procurada pelo Correlo, a CEB informou que não fala sobre o assunto. Não confirma os débitos nem se realmente o senador está com a razão. "Observando o Código de Defesa do Consumidor, a CEB não pode expor seus clientes ao ridículo, informando débitos e inadimplência", explica Robinson Cipriano, assessor da empresa.

O rigor da CEB com a falta de pagamento faz com que a inadimplência seja relativamente baixa, de 6% dos usuários. Mas em nenhum lugar está escrito que atrasos de meses e até anos podem arrastar-se sem corte no fornecimento de energia. É por isso que Desueta Vieira Guimarães, a desempregada de Machucado II, mãe de duas filhas, uma delas surda-muda, espera pelo corte de luz na sua casa a qualquer momento. "Não paguei dezembro porque não tinha dinheiro. Estou só esperando o pessoal da CEB, mas não posso fazer nada, não tenho como pagar", lamenta.

NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇOS

Rua 01 - Quadra 001 - Anexo 01

CEP: 70000-000 - Brasília - DF

Para contato com a CEB:

0800 227 07 8

ASSOCIAÇÃO CRIADORES DO PLANALTO
 GRANDE DO TORRE VELHAS, BRASILIA
 BRASILIA

IDENTIFICAÇÃO

000029 DV 8

Valor devido

Valor devido

*** SEGUNDA VIA MULTÍPLA ***

Período	Data Início	Data Fim	Valor	Total
01/1996	01/01/1996	01/01/1996	100,00	100,00
02/1996	02/01/1996	02/01/1996	100,00	200,00
03/1996	03/01/1996	03/01/1996	100,00	300,00
04/1996	04/01/1996	04/01/1996	100,00	400,00
05/1996	05/01/1996	05/01/1996	100,00	500,00
06/1996	06/01/1996	06/01/1996	100,00	600,00
07/1996	07/01/1996	07/01/1996	100,00	700,00
08/1996	08/01/1996	08/01/1996	100,00	800,00
09/1996	09/01/1996	09/01/1996	100,00	900,00
10/1996	10/01/1996	10/01/1996	100,00	1000,00
11/1996	11/01/1996	11/01/1996	100,00	1100,00
12/1996	12/01/1996	12/01/1996	100,00	1200,00
01/1997	01/01/1997	01/01/1997	100,00	1300,00
02/1997	02/01/1997	02/01/1997	100,00	1400,00
03/1997	03/01/1997	03/01/1997	100,00	1500,00
04/1997	04/01/1997	04/01/1997	100,00	1600,00
05/1997	05/01/1997	05/01/1997	100,00	1700,00
06/1997	06/01/1997	06/01/1997	100,00	1800,00
07/1997	07/01/1997	07/01/1997	100,00	1900,00
08/1997	08/01/1997	08/01/1997	100,00	2000,00
09/1997	09/01/1997	09/01/1997	100,00	2100,00
10/1997	10/01/1997	10/01/1997	100,00	2200,00
11/1997	11/01/1997	11/01/1997	100,00	2300,00
12/1997	12/01/1997	12/01/1997	100,00	2400,00
01/1998	01/01/1998	01/01/1998	100,00	2500,00
02/1998	02/01/1998	02/01/1998	100,00	2600,00
03/1998	03/01/1998	03/01/1998	100,00	2700,00
04/1998	04/01/1998	04/01/1998	100,00	2800,00
05/1998	05/01/1998	05/01/1998	100,00	2900,00
06/1998	06/01/1998	06/01/1998	100,00	3000,00
07/1998	07/01/1998	07/01/1998	100,00	3100,00
08/1998	08/01/1998	08/01/1998	100,00	3200,00
09/1998	09/01/1998	09/01/1998	100,00	3300,00
10/1998	10/01/1998	10/01/1998	100,00	3400,00
11/1998	11/01/1998	11/01/1998	100,00	3500,00
12/1998	12/01/1998	12/01/1998	100,00	3600,00
01/1999	01/01/1999	01/01/1999	100,00	3700,00
02/1999	02/01/1999	02/01/1999	100,00	3800,00
03/1999	03/01/1999	03/01/1999	100,00	3900,00
04/1999	04/01/1999	04/01/1999	100,00	4000,00
05/1999	05/01/1999	05/01/1999	100,00	4100,00
06/1999	06/01/1999	06/01/1999	100,00	4200,00
07/1999	07/01/1999	07/01/1999	100,00	4300,00
08/1999	08/01/1999	08/01/1999	100,00	4400,00
09/1999	09/01/1999	09/01/1999	100,00	4500,00
10/1999	10/01/1999	10/01/1999	100,00	4600,00
11/1999	11/01/1999	11/01/1999	100,00	4700,00
12/1999	12/01/1999	12/01/1999	100,00	4800,00
01/2000	01/01/2000	01/01/2000	100,00	4900,00
02/2000	02/01/2000	02/01/2000	100,00	5000,00
03/2000	03/01/2000	03/01/2000	100,00	5100,00
04/2000	04/01/2000	04/01/2000	100,00	5200,00
05/2000	05/01/2000	05/01/2000	100,00	5300,00
06/2000	06/01/2000	06/01/2000	100,00	5400,00
07/2000	07/01/2000	07/01/2000	100,00	5500,00
08/2000	08/01/2000	08/01/2000	100,00	5600,00
09/2000	09/01/2000	09/01/2000	100,00	5700,00
10/2000	10/01/2000	10/01/2000	100,00	5800,00
11/2000	11/01/2000	11/01/2000	100,00	5900,00
12/2000	12/01/2000	12/01/2000	100,00	6000,00
01/2001	01/01/2001	01/01/2001	100,00	6100,00
02/2001	02/01/2001	02/01/2001	100,00	6200,00
03/2001	03/01/2001	03/01/2001	100,00	6300,00
04/2001	04/01/2001	04/01/2001	100,00	6400,00
05/2001	05/01/2001	05/01/2001	100,00	6500,00
06/2001	06/01/2001	06/01/2001	100,00	6600,00
07/2001	07/01/2001	07/01/2001	100,00	6700,00
08/2001	08/01/2001	08/01/2001	100,00	6800,00
09/2001	09/01/2001	09/01/2001	100,00	6900,00
10/2001	10/01/2001	10/01/2001	100,00	7000,00
11/2001	11/01/2001	11/01/2001	100,00	7100,00
12/2001	12/01/2001	12/01/2001	100,00	7200,00
01/2002	01/01/2002	01/01/2002	100,00	7300,00
02/2002	02/01/2002	02/01/2002	100,00	7400,00
03/2002	03/01/2002	03/01/2002	100,00	7500,00
04/2002	04/01/2002	04/01/2002	100,00	7600,00
05/2002	05/01/2002	05/01/2002	100,00	7700,00
06/2002	06/01/2002	06/01/2002	100,00	7800,00
07/2002	07/01/2002	07/01/2002	100,00	7900,00
08/2002	08/01/2002	08/01/2002	100,00	8000,00
09/2002	09/01/2002	09/01/2002	100,00	8100,00
10/2002	10/01/2002	10/01/2002	100,00	8200,00
11/2002	11/01/2002	11/01/2002	100,00	8300,00
12/2002	12/01/2002	12/01/2002	100,00	8400,00
01/2003	01/01/2003	01/01/2003	100,00	8500,00
02/2003	02/01/2003	02/01/2003	100,00	8600,00
03/2003	03/01/2003	03/01/2003	100,00	8700,00
04/2003	04/01/2003	04/01/2003	100,00	8800,00
05/2003	05/01/2003	05/01/2003	100,00	8900,00
06/2003	06/01/2003	06/01/2003	100,00	9000,00
07/2003	07/01/2003	07/01/2003	100,00	9100,00
08/2003	08/01/2003	08/01/2003	100,00	9200,00
09/2003	09/01/2003	09/01/2003	100,00	9300,00
10/2003	10/01/2003	10/01/2003	100,00	9400,00
11/2003	11/01/2003	11/01/2003	100,00	9500,00
12/2003	12/01/2003	12/01/2003	100,00	9600,00
01/2004	01/01/2004	01/01/2004	100,00	9700,00
02/2004	02/01/2004	02/01/2004	100,00	9800,00
03/2004	03/01/2004	03/01/2004	100,00	9900,00
04/2004	04/01/2004	04/01/2004	100,00	10000,00
05/2004	05/01/2004	05/01/2004	100,00	10100,00
06/2004	06/01/2004	06/01/2004	100,00	10200,00
07/2004	07/01/2004	07/01/2004	100,00	10300,00
08/2004	08/01/2004	08/01/2004	100,00	10400,00
09/2004	09/01/2004	09/01/2004	100,00	10500,00
10/2004	10/01/2004	10/01/2004	100,00	10600,00
11/2004	11/01/2004	11/01/2004	100,00	10700,00
12/2004	12/01/2004	12/01/2004	100,00	10800,00
01/2005	01/01/2005	01/01/2005	100,00	10900,00
02/2005	02/01/2005	02/01/2005	100,00	11000,00
03/2005	03/01/2005	03/01/2005	100,00	11100,00
04/2005	04/01/2005	04/01/2005	100,00	11200,00
05/2005	05/01/2005	05/01/2005	100,00	11300,00
06/2005	06/01/2005	06/01/2005	100,00	11400,00
07/2005	07/01/2005	07/01/2005	100,00	11500,00
08/2005	08/01/2005	08/01/2005	100,00	11600,00
09/2005	09/01/2005	09/01/2005	100,00	11700,00
10/2005	10/01/2005	10/01/2005	100,00	11800,00
11/2005	11/01/2005	11/01/2005	100,00	11900,00
12/2005	12/01/2005	12/01/2005	100,00	12000,00
01/2006	01/01/2006	01/01/2006	100,00	12100,00
02/2006	02/01/2006	02/01/2006	100,00	12200,00
03/2006	03/01/2006	03/01/2006	100,00	12300,00
04/2006	04/01/2006	04/01/2006	100,00	12400,00
05/2006	05/01/2006	05/01/2006	100,00	12500,00
06/2006	06/01/2006	06/01/2006	100,00	12600,00
07/2006	07/01/2006	07/01/2006	100,00	12700,00
08/2006	08/01/2006	08/01/2006	100,00	12800,00
09/2006	09/01/2006	09/01/2006	100,00	12900,00
10/2006	10/01/2006	10/01/2006	100,00	13000,00
11/2006	11/01/2006	11/01/2006	100,00	13100,00
12/2006	12/01/2006	12/01/2006	100,00	13200,00
01/2007	01/01/2007	01/01/2007	100,00	13300,00
02/2007	02/01/2007	02/01/2007	100,00	13400,00
03/2007	03/01/2007	03/01/2007	100,00	13500,00
04/2007	04/01/2007	04/01/2007	100,00	13600,00
05/2007	05/01/2007	05/01/2007	100,00	13700,00
06/2007	06/01/2007	06/01/2007	100,00	13800,00
07/2007	07/01/2007	07/01/2007	100,00	13900,00
08/2007	08/01/2007	08/01/2007	100,00	14000,00
09/2007	09/01/2007	09/01/2007	100,00	14100,00
10/2007	10/01/2007	10/01/2007	100,00	14200,00
11/2007	11/01/2007	11/01/2007	100,00	14300,00
12/2007	12/01/2007	12/01/2007	100,00	14400,00
01/2008	01/01/2008	01/01/2008	100,00	14500,00
02/2008	02/01/2008	02/01/2008	100,00	14600,00
03/2008	03/01/2008	03/01/2008	100,00	14700,00
04/2008	04/01/2008	04/01/2008	100,00	14800,00
05/2008	05/01/2008	05/01/2008	100,00	14900,00
06/2008	06/01/2008	06/01/2008	100,00	15000,00
07/2008	07/01/2008	07/01/2008	100,00	15100,00
08/2008	08/01/2008	08/01/2008	100,00	15200,00
09/2008	09/01/2008	09/01/2008	100,00	15300,00
10/2008	10/01/2008	10/01/2008	100,00	15400,00
11/2008	11/01/2008	11/01/2008	100,00	15500,00
12/2008	12/01/2008	12/01/2008	100,00	15600,00
01/2009	01/01/2009	01/01/2009	100,00	15700,00
02/2009	02/01/2009	02/01/2009	100,00	15800,00
03/2009	03/01/2009	03/01/2009	100,00	15900,00
04/2009	04/01/2009	04/01/2009	100,00	16000,00
05/2009	05/01/2009	05/01/2009	100,00	16100,00
06/2009	06/01/2009	06/01/2009	100,00	16200,00
07/2009	07/01/2009	07/01/2009	100,00	16300,00
08/2009	08/01/2009	08/01/2009	100,00	16400,00
09/2009	09/01/2009	09/01/2009	100,00	16500,00
10/2009				

isentava, por seis meses, os desempregados do pagamento das contas de água e luz, e S.Exa. votou contra esse projeto. Parabéns, Deputada Maninha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para elogiar uma das maiores entidades educacionais de ensino médio e superior, o UniCeub, muito bem presidido e dirigido pelo nosso companheiro João Herculino.

No Ministério da Educação está um dos melhores e maiores ministros que por lá já passaram. O Ministro tem feito justiça e feito da nossa educação modelo em diversas áreas no mundo inteiro. Mas é lamentável o que está acontecendo com dois cursos do UniCeub. Como formando da primeira turma do Ceub do Prof. Alberto Pérez, de João Herculino e dos grandes professores que lá lecionaram, considero uma injustiça o UniCeub ter suspensos dois de seus cursos. Eu gostaria que o Ministério da Educação reformulasse essa situação, desse tempo e não paralisasse os dois cursos.

Sabemos que outras faculdades do Distrito Federal vendem vestibular ou cobram por transferência. E, se me apertarem muito, eu digo quais são essas faculdades. Há faculdades que têm mais de cem alunos em uma única turma. Isso é injusto. Há faculdades que, sem a menor condição e ao arrepio da lei, constroem quatro pavimentos para agasalhar mais alunos. Visam a quantidade, enquanto o João Herculino - pioneiro, homem sério e honesto do UniCeub, instituição que glorifica o estudante do Distrito Federal - está passando por isso.

João Herculino, meu irmão, votei em você para Deputado Federal uma vez. Você continua no meu coração e nas minhas orações. O nosso glorioso Partido Trabalhista Brasileiro é solidário a você, que já foi do nosso partido.

João Herculino e a sua família dignificam a educação!

Muito obrigado.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, tenho em mãos um abaixo-assinado dos alunos da Escola nº 1 de Brazlândia, presentes no auditório. Esse abaixo-assinado conta com mais de três mil assinaturas e deve ser entregue a V.Exa., Vice-Presidente desta Casa, e encaminhado ao Governador Roriz. Trata-se do novo horário de funcionamento das escolas que impede os alunos que trabalham de assistir ao primeiro turno.

Esses alunos são portadores de necessidades especiais e têm horário especial. Portanto, solicito a V.Exa. que apreciemos o veto após os Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputada Maninha, assim será feito.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a concordância do Deputado César Lacerda, solicito que seja registrado nos Anais desta Casa que o projeto de S.Exa. não veio à votação constando seis meses sem corte de água. Em função do relatório do Deputado João de Deus, o Deputado César Lacerda retirou essa disposição do projeto de lei. Então, não houve nenhum Parlamentar que tenha se pronunciado contra o projeto do Deputado César Lacerda. O meu projeto de lei, apresentado hoje em plenário, abrange água e luz e segue a definição do Tribunal de Justiça.

Sr. Presidente, o Deputado César Lacerda concordou que eu fizesse esse registro a V.Exa. e aos Parlamentares presentes.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pronuncio-me a respeito de um assunto sério para esta Casa. Refiro-me à redação final de alguns projetos que estão sendo votados aqui. Aponto dois deles. Já comuniquei isso à Mesa.

A redação final deve ser precisa e expressar a vontade dos Parlamentares desta Casa. O Projeto de Lei Complementar nº 451, de minha autoria, que estabelece nova carga horária para os servidores da Fundação Hospitalar, foi aprovado nesta Casa com uma emenda de plenário, e a redação final foi feita faltando essa emenda. Ou seja, saiu daqui uma redação final totalmente errada da forma como que foi aprovada. Foi encaminhada ao Sr. Governador e vetada por ele. Vetou de forma errada porque a redação final não é essa. Eu apresentei um requerimento solicitando que se faça nova redação final e que seja novamente encaminhada ao Governador.

Outro projeto também foi encaminhado com redação final errada. trata-se do projeto Simples Candango, que é importante para Brasília. Refiro-me especialmente aos arts. 28 e 29, cuja redação final foi acordada depois de ampla discussão. O projeto teve redação final totalmente diferenciada do que foi votada nesta casa. O Governador sancionou, vetou alguns artigos, e novamente terá de ser feito novo encaminhamento. Já apresentei os dois requerimentos.

Há um outro projeto que estamos apresentando que também está errado. Solicito que seja feito novo encaminhamento de redação final para os projetos cujos requerimentos já foram apresentados.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Encaminharei a solicitação de S.Exa. à CCJ para que a comissão apresente explicações no prazo de uma semana. Caso S.Exa. esteja correto, solicitarei que se faça a correção e que a explicação seja feita por escrito.

Com a palavra o Deputado Xavier. (Pausa)

Com a palavra o Deputado Jorge Cauhy. (Pausa)

Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes na nossa Câmara Legislativa, hoje venho a esta tribuna disposto a elogiar o Governo do Distrito Federal pelo PRÓ-DF, que, segundo matéria de jornal, já conquista 1.030 empresas no Distrito Federal. Fiquei surpreso com a observação de meu amigo Deputado Daniel Marques, que disse: "Por que o *Correio Braziliense* não publica nada sobre isso, uma coisa positiva para o Distrito Federal?"

Parece que a proibição que o Governador Joaquim Roriz fez a todos do Governo para que não lessem o *Correio Braziliense* está atingindo também a bancada governista desta Casa. Foi através do *Correio Braziliense* que eu fiquei informado sobre as 1.030 empresas conquistadas pela Pró-DF."

Foi também por meio do *Correio Braziliense* que li a matéria: "Começa processo contra o Senador Luiz Estevão." Hoje a Comissão de Ética do Senado começa a se reunir para definir a cassação do Senador. Como também é o *Correio Braziliense* que publica na página 2 que a Procuradoria vai investigar Tadeu Filippelli, Secretário de Estado, por ser, no mínimo, omissor com relação ao massacre da Novacap, já que S.Exa. passou uma hora e meia no local sem tomar nenhuma providência.

Por isso eu sugiro à bancada do Governo, especialmente ao Deputado Daniel Marques, que não aceite essa recomendação do Governador Joaquim Roriz porque uma das formas de estar bem informado é lendo jornal e o *Correio Braziliense*, que circula nacionalmente, é reconhecido, publica notícias positivas como a que mencionei sobre o Pró-DF, e também notícias negativas, que falam da Comissão de Ética analisando o processo de cassação do Senador Luiz Estevão e do envolvimento do Secretário Tadeu Fillipeli no massacre da Novacap.

É fundamental que os Parlamentares desta Casa, mais do que ninguém, estejam informados do que acontece no Distrito Federal.

É importante saber que o Tribunal de Contas do Distrito Federal está fazendo auditoria na Secretaria de Esportes e nós estamos ansiosos aguardando o resultado de um pedido de informações que fizemos àquela Secretaria, em função de uma denúncia grave de que parcela significativa de recurso destinado à Federação de Capoeira para um evento, teve de ser devolvida ao Secretário-Adjunto de Esportes para utilização que ainda não sabemos qual foi.

Não queremos trazer nenhuma opinião antes de termos essa prestação de contas. O que queremos com o nosso requerimento de informações é saber quanto cada federação recebeu, em função de que projeto recebeu e ainda qual foi gasto esse recurso público. Nós temos a obrigação de fiscalizar a sua boa utilização.

Deputado Daniel Marques, sugiro a V.Exa. que, antes de sair da querida Planaltina, procure ler o *Correio Braziliense*, o *Jornal de Brasília*, a *Gazeta Mercantil*, pois isso vai fazer com que a bancada do Governo possa estar melhor informada sobre o que está acontecendo nesta cidade.

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Sr. Presidente, peço a palavra para usar do direito de resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Para usar do direito de resposta. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer ao correspondente do *Correio Braziliense* nesta Casa, Deputado Rodrigo Rollemberg, que este jornal é de fato um veículo de comunicação muito ligado às esquerdas. E eu explico o porquê, Deputado Rodrigo Rollemberg. Eu falei simplesmente que o *Correio Braziliense* deu pouco enfoque ao assunto mais importante hoje no Distrito Federal, que é o combate ao desemprego. São quase 150 mil pessoas desempregadas, isso porque o Governo atual já gerou mais de trinta mil empregos. As 1.030 empresas mereciam a primeira página. As obras lançadas pelo Governador Roriz também não ganham uma linha deste jornal. Quero dizer que ontem o *Correio Braziliense* estava presente no lançamento de mais um viaduto no Lago Norte, e hoje não há uma linha sobre o assunto.

O Governo passado inaugurou pouquíssimas obras e foi para a primeira página deste jornal depois da inauguração de um semáforo.

Agora as obras importantes estão sendo feitas para um trânsito inteligente no Distrito Federal. Dezesseis viadutos estão sendo construídos na cidade.

Acho que qualquer veículo de comunicação tem de ser isento, não tem de ter só estrela. Além de ter estrela, ele deve estar a serviço do Distrito Federal, Deputado Rodrigo Rollemberg, correspondente do *Correio Braziliense* nesta Casa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, eu gostaria de ter o mesmo tratamento do Deputado Daniel Marques e ter o direito de resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputado Rodrigo

Rollemberg, V.Exa. citou oito vezes o Deputado Daniel Marques durante o seu discurso.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - E S.Exa. citou-me várias vezes. Eu solicito apenas trinta segundos S. Exa. teve cinco minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Convido a fazer uso da palavra o nobre Deputado Wasny de Roure, penúltimo inscrito no período destinado aos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer mais uma denúncia sobre a questão da invasão de terras.

Recebemos, em nosso Gabinete, alguns e-mails e fax sobre a invasão da APA do Descoberto, invasão deliberadamente desrespeitosa aos interesses da cidade. Não se trata de uma questão ambiental, mas diz respeito também à sobrevivência de 70% da população do Distrito Federal, que é abastecida pelas águas do Descoberto. Não podemos entender e aceitar que algumas pessoas já bem-alimentadas e bem-posicionadas socialmente na cidade, com carro, com emprego, com residência instalada, possam ocupar a APA do Descoberto, comprometendo o aquífero que alimenta a bacia do Descoberto e, conseqüentemente, a população de Brazlândia, Ceilândia e Taguatinga, que dependem substancialmente da água do Descoberto.

Nós exigimos que o SivSolo possa agir de maneira eficiente, responsável, punindo os que hoje invadem, que amanhã são retirados, que invadem novamente e que passam despercebidos pelas autoridades, a não ser quando a imprensa denuncia, chamando a atenção do Governo, que, às vezes, encaminha alguma medida de natureza policial para a retirada desse tipo de invasão: invasão em área ambiental, que afeta, sobretudo, o abastecimento de água no Distrito Federal. Isso é um crime inafiançável. Nós não podemos fazer "vista grossa" frente a esse quadro, a esse cenário no Distrito Federal. Deixo registrada, mais uma vez, essa denúncia.

O Deputado Chico Floresta e o Deputado Rodrigo Rollemberg vêm batendo de frente com relação a essa questão da água no Distrito Federal.

Eu gostaria de cumprimentar o companheiro Adelmo Siqueira de Lima, Presidente da Fundação Futuro Verde.

Aproveito a oportunidade para informar que foi anunciado na última semana que o fórum das ONGs irá reunir-se no próximo dia 14, no auditório do Confea, para debater vários assuntos. Com certeza, esse assunto deverá ser levado à pauta das discussões, e esta Casa tem de acompanhar o debate desse fórum pela importância do assunto.

Sr. Presidente, faço um comentário de que fiquei estarecido no dia de ontem ao ler os jornais, principalmente a *Gazeta Mercantil* e o *Jornal de Brasília*. Eu admiro e reconheço a importância do esforço que o Governo vem fazendo no sentido de gerar empregos e trazer novas empresas para o Distrito Federal. Essa é uma política acertada. Agora, eu entendo que temos de trabalhar com princípios, com valores da sociedade. Entendo que a questão da probidade fiscal, do uso do dinheiro público, da responsabilidade da arrecadação dos impostos, tudo isso é uma tarefa fundamental para a sociedade, mas estranhei muito uma declaração feita pelo Secretário Lázaro Marques. Deputado José Edmar, Líder do Governo, registro a minha profunda preocupação sobre isso. Não faço prejulgamento, não tenho elementos objetivos para acusar, mas quero manifestar a minha preocupação.

Sr. Presidente, a foto de V.Exa. aparece neste jornal compondo a Mesa dos trabalhos dessa reunião - suponho eu. Diz o Secretário: "Constatamos que a maioria das empresas deve às instituições financeiras ou a fornecedores. Então, estamos cobrando apenas exigências constitucionais, ou seja, situação regular em relação ao Fisco e ao pagamento de impostos federais e estaduais. Também vamos verificar a legalidade por meio da inscrição do CGC e do contrato social. Um fornecedor pode não ser importante pelo seu tamanho, mas é uma responsabilidade de quem se instala. Não podemos simplesmente criar um paraíso de inadimplentes, não podemos criar um paraíso para aqueles que fazem da prática da irregularidade algo sucessivo, porque quem não paga a iniciativa pela qual fornecedores viabilizaram a produção, viabilizaram a situação de determinada empresa naturalmente são potenciais devedoras do Governo e do Fisco. Duvido que quem não deve a algum fornecedor ou a alguma empresa deva ao Fisco.

Lembro ao Governo do Distrito Federal que devemos apoiar o processo de vinda de novas empresas para o Distrito Federal, mas isso não significa alimentar os inadimplentes, aqueles que simplesmente não recolhem os tributos junto à receita local ou à Receita Federal. É por isso que, nos meus pronunciamentos acerca de perdão de dívida e redução de multa, tenho chamado a atenção dos Srs. Deputados para que esses projetos e essas leis não se tornem leis antipedagógicas ao processo de arrecadação tributário, porque a existência do Estado depende, sobretudo, do seu potencial de arrecadação. Caso contrário, o primeiro ato do Estado será a demissão dos servidores públicos, e não podemos admitir isso.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados porque temos de fazer uma distinção clara de tributo. Eu gostaria de chamar a atenção do Deputado Silvío Linhares. O ICMS e o ISS são impostos, são tributos que, quando o serviço é prestado ou a mercadoria é vendida, já são incluídos no preço do produto. O empresário tem a tarefa de restituir ao Fisco aquilo que o consumidor já pagou. É por isso que não podemos admitir, em hipótese alguma, um processo desenfreado de inadimplência com o Estado e a não-arrecadação do que é devido à população do Distrito Federal.

Deixo essas considerações para que o Governo se preocupe em ter empresas, sim, mas empresas que sejam sérias com os fornecedores, com o Fisco e com os trabalhadores. Não acredito que quem não é sério com os fornecedores possa ser sério com os trabalhadores e com o Fisco.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, solicito a inclusão, nos Anais desta Casa, do artigo do *Correio Braziliense*: "Pró-DF conquista 1.030 empresas". Esse artigo faz uma série de considerações críticas e uma análise da importância desse projeto e de cuidados que o Governo tem de ter com um projeto dessa natureza.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. Faço das suas preocupações as nossas com relação à denúncia feita por S.Exa. acerca da APA do Descoberto. O Deputado Renato Rainha já apresentou documentos pedindo providências.

Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. quanto a inclusão do artigo nos Anais desta Casa.

(Documento a que se refere o Deputado Wasny de Roure:)

Pró-DF conquista 1.030 empresas

Governo local dispensa apresentação de certidões e alvarás para companhias que querem se instalar em Brasília

Da Redação

O Programa de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do DF (Pró-DF), iniciativa do governo local que pretende atrair empresas e criar empregos no Distrito Federal, finalmente começa a sair do papel. Na segunda-feira, o governador Joaquim Roriz assinou os dez primeiros contratos de adesão ao programa. Ao todo, 1.030 empresas formalizaram o ingresso no programa e deverão se instalar nos próximos dois meses em 12 Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs) localizadas nas cidades do DF. A expectativa do governo é de que essas empresas criem cerca de nove mil postos de trabalho. Somente as dez maiores deverão investir na cidade R\$ 55,1 milhões.

Roriz também assinou um decreto que incentiva, por meio de isenção de impostos e concessão de créditos, a instalação de empresas na região. Com o argumento de que vai facilitar a abertura de novos empreendimentos, o governador anunciou que, a partir de agora, não será necessária a apresentação de certidão negativa, nem alvará de funcionamento para as empresas que quiserem se instalar nas ADEs.

Segundo o secretário de Desenvolvimento, Lázaro Marques, para conceder os incentivos, o governo exigirá apenas que as candidatas estejam em dia com o Fisco, sem débitos com governos municipais, estaduais, federal e com o próprio GDF. Ou seja, para o governo local não importa que as empresas que pretendem se instalar na cidade tenham dé-

bitos com fornecedores privados ou instituições bancárias. "Entendemos que cobrar de empresas que têm dívidas com fornecedores não é atribuição do governo", disse o secretário. "Mas se ficar provado que determinada empresa não tem condições de receber os incentivos, ela não

EMPREGOS

As 1.030 empresas interessadas em se instalar em Brasília devem criar cerca de

9 mil

postos de trabalho

receberá", ponderou.

A iniciativa do GDF não contraria as leis. Mesmo assim, o pesquisador do departamento de Estudos Urbanos e Regionais de Uni-

versidade de Brasília (UnB), Aldo Paviani, considera temerária a concessão de incentivos a empresas que têm débitos junto à iniciativa privada. "Acho estranho o governo não checar toda a

idoneidade financeira, e não só os débitos com o governo, das empresas que querem se instalar na cidade", argumentou.

Segundo o pesquisador, para geração de empregos e desenvolvimento, o recomendável é a concessão de incentivos a compa-

nhas que estejam com boa saúde financeira. "Se houver concordância ou falência, isso pode frustrar a expectativa de geração de empregos, além de significar dinheiro público jogado fora com os incentivos fiscais."

Na avaliação do economista Julio Miragaya, presidente do Sindicato dos Economistas do DF, a concessão de incentivos às empresas pode comprometer a arrecadação futura do governo. Miragaya argumentou que o GDF deveria estabelecer critérios mais rigorosos para concessão de benefícios aos empresários interessados em se estabelecer na capital do país. Ele citou como exemplo a exigência de que as candidatas aos benefícios renegociem dívidas com fornecedores privados e bancos. "Pode ser que entre as interessadas em vir para a cidade existam algumas em dificuldades financeiras, mas tam-

bém pode haver aproveitadores", disse Miragaya.

Pelo decreto assinado por Boriz, as empresas que aderiram ao Pró-DF serão obrigadas a construir suas instalações num prazo de 60 dias, sob o risco de perder o negócio. "Se o objetivo é só lote, esqueçam", advertiu o governador. Entre os incentivos oferecidos pelo programa estão descontos de até 90% no preço de terrenos, isenção total do Imposto de Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), cinco anos de isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), além de facilidades de créditos com taxas de juros atrativas e redução nas contas de água e luz. Segundo Lázaro Marques, dependendo do valor investido e do número de empregos gerados, as empresas podem ter redução de até 70% no pagamento de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a ausência do Deputado Chico Floresta, que, neste momento, encontra-se de licença médica. Esperamos que o Deputado Chico Floresta se recupere o mais rápido possível para que possa retornar a esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Esta é a vontade de todos nós.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Cauhy.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que o pessoal do PT tem memória curta. Eles falam tanto do problema da Novacap e se esqueceram do problema da Estrutural. O Governo passado matou seis pessoas na Estrutural. Esqueceram isso? Também feriram trinta e nove pessoas, um ficou cego, outro ficou com o braço arrebentado e outro tomou dois tiros na cabeça e por milagre, se salvou. Agora arranjaram um defunto para agredir o Governador Roniz. Mas não vai atingi-lo, não. Agora pegaram no pé do Senador Luiz Estevão, que está sendo julgado. Atire a primeira pedra quem nunca pecou. Não julgueis para não ser julgado. Vamos aguardar os fatos para depois julgar.

Estão querendo prejudicar o Sr. Secretário Tadeu Filippelli, homem sério, trabalhador, que não pertence à polícia, não é comandante nem nada, só foi lá para apaziguar. Estão querendo agredi-lo também, que não tem nada com o caso.

Vamos aguardar os fatos, o criminoso aparecerá, tem de aparecer. Quem foi que matou? Ninguém sabe, mas vai aparecer. Agora, ficam julgando o Governador, o seu Secretário de Obras, Tadeu Filippelli e outros. Vamos aguardar as investigações, mas vamos lembrar, de vez em quando, o problema da Estrutural. Lá mataram seis, feriram trinta e nove, um ficou cego, outro ficou com o braço mutilado, acabado, outro tomou dois tiros na cabeça. Lembrem disso. Está na memória de cada um, jamais será apagado.

Sr. Presidente, agredir um homem como Tadeu Filippelli é uma vergonha, porque é o homem que mais tem trabalhado por Brasília. Este é o Governo que mais tem trabalhado por Brasília, pois o governo passado deixou Brasília depredada, acabada. O Governo Roniz está consertando tudo, está pagando dívida, pagou mais de trezentas e cinquenta milhões de reais em dívidas, está consertando o governo, e agora ficam arranjando picuinhas para tentar agredir o Governador.

Para encerrar meu pronunciamento, eu gostaria de pedir a V. Exa., Sr. Presidente, que coloque em votação uma moção de minha autoria e do Deputado Rodrigo Rollemberg. Essa moção é muito importante, pois sugere que a Câmara Legislativa do Distrito Federal formule manifestação de apoio à Petrobrás S.A. pelo patrocínio prestado à Força Olímpica de Brasília, pois trata-se de uma instituição esportiva formada por atletas que jogam vôlei e basquete. É algo fantástico.

Peço que essa moção seja votada ainda hoje, se possível.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Nobre Deputado Jorge Cauhy, votaremos essa moção logo depois da apreciação dos vetos constantes da Ordem do Dia.

Passa-se aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

Expediente.

COMUNICADO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

De acordo com o art. 10 parágrafo 1º e art. 12 do Regimento Interno da Câmara Legislativa, temos a honra de comunicar a V. Exa., aos demais membros da Mesa Diretora, aos Líderes de Partido e a todos os nobres pares desta Casa a constituição, nesta data, do **Bloco Trabalhista Cristão**, integrada pelos Deputados Distritais que subscrevem o presente:

Sala de Sessões,

fevereiro de 2000.

Dep. Benício Tavares PTB
Dep. César Lacerda PTB
Dep. José Tatício PSC

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - O Expediente lido vai à publicação.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

*Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 702, de 1995, de autoria da Deputada Maninha que determina a habilitação de servidores

públicos do Distrito Federal para interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes da fala ou de sua compreensão e dá outras providências'.

Relator: Deputado Benício Tavares

Com a palavra o Relator, Deputado Benício Tavares, para proferir relatório sobre a matéria.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto total aposto ao Projeto de Lei nº 702, de 1995, que "determina habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes de fala ou de sua compreensão e dá outras providências":

RELATÓRIO Nº DE

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL
oposto ao Projeto de Lei nº 702/95, que
"determina a habilitação de servidores
públicos do Distrito Federal para
interpretação da expressão gestual
utilizada como meio de comunicação
pelos deficientes da fala ou de sua
compreensão e dá outras
providências."

RELATOR: Deputado Benício
Tavares

Com a Mensagem nº 443, de 23 de novembro de 1999, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, após veto total ao Projeto de Lei nº 702/95.

A proposição em comento, de autoria da nobre Deputada Maria José - Maninha, versa a respeito da habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para interpretação da expressão gestual utilizada por deficientes da fala. Fixa o Projeto que o treinamento dos servidores públicos far-se-á sob responsabilidade da Secretaria de Educação e que os mesmos não constituem categoria funcional específica.

O Projeto nº 702/95 foi aprovado por esta Casa em Sessão Extraordinária, em 19 de outubro de 1999, com emenda modificativa do Deputado Luiz Estevão. O mesmo foi encaminhado ao Governador do Distrito Federal em 28 de outubro de 1999.

O Governador do Distrito Federal, ao expor os motivos do veto total, afirma que o projeto em questão fere o artigo 71, § 1º, I da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), que determina ser de competência privativa do Chefe do Executivo lei que disponha a respeito dos servidores públicos do Distrito Federal. Ademais, salienta que a proposição desrespeita o art. 53 da LODF, que estabelece o princípio de independência e harmonia entre os poderes.

Estas são as considerações que entendemos necessárias para a apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, em

Deputada ANILCÉIA MACHADO
Presidente


Deputado BENÍCIO TAVARES
Relator

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para a bancada de Governo faz-se necessário solicitar a V.Exa. um prazo de três minutos para que possamos nos reunir e discutir a posição de manifestação ao veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em virtude da relevância da matéria, esta Presidência vai suspender os trabalhos por cinco minutos.

(Suspensa às 11h01min, a sessão é reaberta às 11h19min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está reaberta a sessão.

Em discussão o veto total ao Projeto de Lei nº 702, de 1995, de autoria da Deputada Maninha.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado José Edmar.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada ficou extremamente sensibilizada com a exposição e a interpelação feitas pelo Deputado Benício Tavares, que também tem as suas dificuldades e que, nesse momento, trabalhou para que pudéssemos entender a importância desse projeto.

Esse projeto, em nenhum momento, determina em que quantidade e em qual localidade serão realizados os testes, o que serão determinados por meio de uma regulamentação do Executivo. Pelas afirmações feitas pelo Deputado Benício Tavares, a bancada entendeu que poderíamos, nesse momento, deixar livre a expressão de voto da maioria dos Deputados da bancada, para atendermos não só à Deputada Maninha mas ao pedido do Deputado Benício Tavares.

Portanto, a bancada está liberada para apreciar o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Com a palavra a Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade não vou discutir o projeto, pois ele já foi devidamente debatido neste Plenário.

Agradeço à bancada da Situação, liderada pelo companheiro Silvio Linhares, ao Líder do Governo, Deputado José Edmar, e aos demais Deputados por esse acordo construído em função da derrubada do veto.

Muito obrigada! Tenho certeza de que esse é um projeto de cunho social, e esta Casa está cumprindo com o seu dever ao permitir que esses portadores de deficiência possam ter um intérprete gestual para terem acesso aos serviços públicos.

Muito obrigada antecipadamente pelo voto de V.Exas.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solicitei para falar porque tenho um projeto que procura valorizar os servidores que, por meio da promoção em suas carreiras, detêm habilidades da linguagem adequada para se comunicarem com esse segmento da sociedade.

Eu gostaria de ressaltar a importância do projeto apresentado pela Deputada Maninha. Entendo, Sr. Presidente, que hoje a sociedade desenvolvida, não do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista cultural, está se adaptando de forma crescente a essa linguagem, à comunicação com esse segmento, não apenas pelo número, pela dimensão do segmento, mas pelo respeito humano a essa parcela da sociedade, que infelizmente foi privada de uma capacidade sensorial. Mas essa deficiência, em aspecto algum, dificulta a inserção deles na sociedade, para que possam dar a sua contribuição, para que possam dar a sua vitalidade à sociedade como um todo.

Portanto, Deputada Maninha, meus cumprimentos à categoria que veio aqui defender a derrubada do veto. Lamentavelmente o Governo não teve a grandeza de identificar nesse projeto uma forma de valorizar essa parcela de nossa população, utilizando essa linguagem para que seja implantada em todo segmento, sobretudo no sistema de televisão em nosso país. Lamentavelmente o Brasil ainda não evoluiu para que o sistema de televisão tenha essa linguagem na comunicação da população.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado José Edmar.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de compreender o referido projeto em questão. Sob o ponto de vista jurídico, há um erro de iniciativa, pois, conforme o inciso I do § 1º do art. 71, a iniciativa deveria ser do Poder Executivo, mas o entendimento da nossa bancada é de que o projeto cria algo e deixa para o Executivo estabelecer, na sua regulamentação, a quantidade e a localidade em que isso deve ser realizado. Ou seja, o projeto é extremamente aberto e não obriga o Governo, em nenhum momento, a criar gratificações e a escolher as pessoas que deverão ser treinadas. Entendemos que, pela grandeza e importância de as pessoas com deficiência auditiva estarem aqui, devemos votar para que o projeto possa prevalecer.

Esse é o nosso entendimento e não concordamos com as palavras do Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado João de Deus.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou votar "não" ao veto do Governador porque - mais uma vez, eu repito - este veto é uma violência contra os portadores de deficiência auditiva. O Governador, como um homem velho, não teve a sensibilidade de ver que essas pessoas precisam de uma melhor qualidade de vida, para que possamos construir uma sociedade mais justa e fraterna.

Por isso, votarei "não" e meu voto é aberto para mostrar que estou do lado do povo e não do Governo, que comete essa violência contra os portadores de deficiência auditiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população aqui presente, quero declarar meu voto pela derrubada do veto, para que o projeto da nobre Deputada Maninha possa se converter em lei, em se tratando de uma lei importante para Brasília.

Parabenizo a nobre Deputada Maninha por ter apresentado esse

projeto para que o nosso serviço público tenha, realmente, pessoas capacitadas para atender aos portadores de necessidades especiais dos aparelhos auditivo e fonador. Parabenizo, também, os Parlamentares desta Casa que, de forma consciente, responsável, sem questões de ideologias político-partidárias, analisaram a matéria e definiram - tenho certeza - pela derrubada do veto, para que esse projeto possa se transformar em lei, atendendo principalmente ao interesse da sociedade.

Tenho um projeto tramitando nesta Casa que obriga todas as propagandas oficiais do Governo a serem feitas com linguagem para os portadores de necessidades especiais dos aparelhos auditivo e fonador. Esperamos ver esse projeto aprovado o mais rápido possível. Contem com meu voto para a derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alirio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente parabenizo a Deputada Maninha pela proposta, que mostrou bastante sensibilidade para os problemas da nossa sociedade, principalmente aos seus segmentos minoritários.

Aproveito a oportunidade para manifestar meu voto de apoio aos deficientes auditivos que estão nesta Casa reivindicando seus direitos. E manifesto, desde já, que apoiarei o projeto na derrubada do veto do Governador.

Parabenizo os Deputados por esse acordo que foi alcançado, principalmente porque o que a sociedade espera da Câmara Legislativa é isto: que tenhamos a oportunidade de debater e chegar a um consenso daquilo que é melhor para a sociedade de Brasília, independentemente das nossas diferenças ideológicas. O importante é que a política venha a construir algo positivo para a sociedade de Brasília e, principalmente, para toda a população do Distrito Federal.

Para encerrar, eu gostaria de manifestar a necessidade de uma presença mais marcante de nossa população nas galerias. Parabenizo as pessoas que se encontram aqui hoje acompanhando esta votação, porque assim elas podem perceber a importância do Poder Legislativo, para que possamos discutir com elas, que estão aqui hoje, e manifestar-lhes a nossa opinião, para que elas conheçam-na, divulguem as nossas propostas e a nossa maneira de votar.

Parabenizo todos os deficientes auditivos que aqui se encontram.

Muito obrigado pela presença e contem comigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Sílvio Linhares.

DEPUTADO SÍLVIO LINHARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros da imprensa, funcionários e, principalmente, platéia presente, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar a nobre Deputada Maninha pela preocupação que S.Exa. sempre tem - o que é muito justo - com os deficientes auditivos.

Foi realizado, mais uma vez nesta Casa, um acordo entre a Situação e a Oposição, para que pudéssemos beneficiar a sociedade. É bom frisar que já é a segunda vez, Sr. Presidente, que isso acontece este ano. O primeiro acordo se deu com relação ao projeto do Park Way, apesar de a imprensa achar que apenas os partidos de Oposição fizeram com que o projeto fosse retirado, o que não é verdade. Foi feito um acordo entre o Governo e a Oposição, e a imprensa não quis tomar conhecimento disso.

Parabenizo V.Exa., Sr. Presidente, o Líder do Governo, Deputado José Edmar, e os demais Deputados por manifestarmos juntos, com muita clareza, o apoio ao projeto de intérprete da língua de sinais, de autoria da Deputada Maninha.

Por gentileza, senhora intérprete presente na galeria, diga a todos que está tudo bem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto, os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO- ASSP

☐ VETO MANTIDO

☒ VETO REJEITADO

☒ SESSÃO ORDINÁRIA

☐ SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Data 22/02/2000

VETO total ao Projeto de Lei nº 702/95
Parcial ao(s)

Autor: Deputado (a) Maninha ☐ Poder Executivo

Relator: Deputado (a) Renato Teixeira

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PFL	X	
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL		X
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS	X	
DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PSDB	X	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	X	
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB		X
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT		X
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	X	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL	X	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	X	
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	X	
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	X	
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC	X	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT	X	
DEPUTADA MANINHA - PT	X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X	
DEPUTADO RAJÃO - PSDB		X
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X	
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	X	
DEPUTADO XAVIER - PPB	X	
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	X	
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X	
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X	
TOTAL	20	04

RESULTADO DA VOTAÇÃO

VOTOS "SIM"	03
VOTOS "NÃO"	17
ABSTENÇÕES	
AUSENTES	04

SECRETÁRIO

RELATÓRIO Nº DE

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 2.433/96, que "Concede remissão de débitos relativos ao IPVA a partir do exercício de 1994, para os proprietários de veículos sinistrados, roubados, furtados ou objeto de outros crimes contra o patrimônio no âmbito do Distrito Federal".

RELATORA: Deputada Anilcéia Machado.

Com a Mensagem nº 457/99-GAG, de 24 de novembro de 1999, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos do veto parcial oposto ao Projeto de Lei em epígrafe, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A proposição em exame, de autoria do Deputado Adão Xavier, concede remissão de débitos relativos ao IPVA a partir do exercício de 1994, para os proprietários de veículos sinistrados, roubados, furtados ou objeto de outros crimes contra o patrimônio no âmbito do Distrito Federal.

O projeto de autoria dos Deputados Renato Rainha, Adão Xavier e Poder Executivo tramitou pela CCJ e CEOF sendo aprovado na forma do substitutivo, o qual foi apresentado por esta Relatora.

Informa o Chefe do Executivo que consoante estudos técnicos levados a efeito em razão de alterações procedidas na proposta original do Poder Executivo, verificou-se que o § 3º do art. 1º é contrário ao interesse público, na medida em que, ao recolher imposto aos cofres públicos, o contribuinte cumpriu sua obrigação tributária, inexistindo razão para restituir-lhe o que restou corretamente recolhido enquanto era devido.

Acrescenta que, em relação ao art. 2º cumpre observar que a alteração procedida cria obrigação burocrática para a Polícia Civil do Distrito Federal de comunicar à Secretaria de Fazenda as ocorrências policiais envolvendo veículos, aumentando a carga de trabalho já desenvolvido pela polícia local, desviando-a da sua função precípua prevista na Lei Orgânica. Aduz, que, além de dispendiosa, a medida pode perfeitamente ser adotada pelo próprio contribuinte, comparecendo e comunicando à Secretaria da Fazenda a ocorrência e requerendo, por consequência, a suspensão do lançamento tributário, conforme previsão legal que já consta da Lei nº 1.351, de 27 de dezembro de 1996.

Assim, o Chefe do Executivo, opõe veto ao § 3º do art. 1º e ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.433/96, pugnando por sua manutenção nesta Câmara Legislativa.

São estas as informações que consideramos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, de dezembro de 1999.

Deputada Anilcéia Machado
Relatora

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Convido o Deputado Agrício Braga a servir como escrutinador. (Pausa)
(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Foram encontrados 20 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa)

(Procede-se à apuração)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 3 votos favoráveis e 17 votos contrários.

Total de votantes: 20.

Fica rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Item nº 2:

*Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.433, de 1996, de autoria do Deputado Xavier que 'isenta de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos'.

Relatora: Deputada Anilcéia Machado - CCJ*

Com a palavra a Deputada Anilcéia Machado para apresentar o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PFL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a apreciação em bloco dos vetos parciais.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Esta Presidência defere a solicitação de V.Exa.

Em discussão o relatório da CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto de lei objeto deste veto tem três autores por ser oriundo da fusão de três projetos: um de autoria do Poder Executivo, outro de autoria do Deputado Xavier e outro de minha autoria.

Esse projeto de lei tem por finalidade dar remissão, ou seja, perdão das dívidas de IPVA dos veículos furtados, sinistrados ou envolvidos em qualquer tipo de crime contra o patrimônio enquanto não estiverem em poder da vítima.

Os vetos foram dados parcialmente ao § 3º do art. 1º e ao art. 2º de forma correta, sem qualquer prejuízo ao objetivo do projeto de lei, razão pela qual não há necessidade de derrubarmos o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão o relatório da CCJ. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO- ASSP

☒ VETO MANTIDO

☐ VETO REJEITADO

☒ SESSÃO ORDINÁRIA

☐ SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Data 23/03/2000

VETO *Renato* ao Projeto de Lei nº 2433/96
Parcial ao(s) *§ 3º do art. 1º e art. 2º*

Autor: Deputado (a) *Xavier* ☐ Poder Executivo

Relator: Deputado (a) *Anilcéia Machado*

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PFL	☒	
DEPUTADO AGUIALDO DE JESUS - PFL		☒
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS		☒
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	☒	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB		☒
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB		☒
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT		☒
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	☒	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL		☒
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT		☒
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	☒	
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	☒	
DEPUTADO JOSÉ TÁTICO - PSC	☒	
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT	☒	
DEPUTADA MANINHA - PT	☒	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	☒	
DEPUTADO RAJÃO - PSDB		☒
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	☒	
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	☒	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	☒	
DEPUTADO XAVIER - PPB		☒
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	☒	
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD		☒
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	☒	
TOTAL	14	10

RESULTADO DA VOTAÇÃO	VOTOS "SIM"	11
	VOTOS "NÃO"	2
	ABSTENÇÕES	4
	AUSENTES	10

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Convido o Deputado Agrício Braga a servir como escrutinador. (Pausa)

(Abertura e contagem dos envelopes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Foram encontrados 14 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa)

(Procede-se à apuração)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 11 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Item nº 3:

*Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 3.953, de 1998, de autoria da Deputada Maninha que 'institui no Distrito Federal o dia do adolescente, e dá outras providências'.

Relator: Deputado Renato Rainha - CCJ*

Solicito ao Relator, Deputado Renato Rainha, que apresente o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para emitir relatório) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte relatório:

RELATÓRIO Nº 99

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL, oposto ao Projeto de Lei nº
3.953, de 1998, que " Institui no Distrito Federal o
Dia do Adolescente, e dá outras providências".

Relator: Deputado Renato Rainha

Com a Mensagem nº 462/99 - GAG, de 24 de novembro, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa que vetou totalmente o Projeto em anexo, nos termos do disposto no art. 64, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto, de autoria da Deputada Maninha, institui no Distrito Federal o Dia do Adolescente, a ser comemorado no dia 23 de setembro, e determina que os órgãos responsáveis pela implementação da política de assistência ao adolescente adotem as providências necessárias para a realização das atividades comemorativas.

Na justificativa da iniciativa, a autora afirma que o dia indicado coincide com o dia que marca o início da primavera, expressão do "Desabrochar de novos tempos". Além disso, refere-se ao Programa de Atenção Integral ao Adolescente - PRAIA, ao sucesso de suas atividades e sua aceitação entre os adolescentes, concluindo que tudo isso atesta a importância da existência de políticas específicas de atenção ao adolescente.

Apreciado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais, o projeto recebeu pareceres do Deputado Renato Rainha e Jorge Cauhy, respectivamente, pela unanimidade e aprovação nos termos originais. Apreciado em 1º e 2º turnos em sessão conjunta, o projeto foi aprovado sem emendas.

Publicada a redação final, a proposição foi encaminhada em autógrafo ao Governador, para os fins do art. 74, caput. Em 24 de novembro de 1999, o Chefe do Executivo vetou integralmente por inconstitucionalidade e comunicou o fato a esta Casa.

No julgamento de Sua Excelência, o Projeto contraria o art. 74, § 1º, IV, da Lei Orgânica, uma vez que contém atribuições a órgão do Poder Executivo.

Por considerações que julga necessárias a deliberação desta Casa sobre a matéria em questão.

Sala das Sessões, em

DEPUTADA ANILCEIA MACHADO

Presidente


DEPUTADO RENATO RAINHA
Relator

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos um dia do adolescente que eu considero uma data referencial para a discussão, sobretudo, de assuntos concernentes à saúde e à violência na adolescência. A adolescência exerce um papel decisivo com relação ao crescimento de consumo de drogas em nossa cidade. Acho esse projeto extremamente interessante.

Não sou autor do projeto, mas eu gostaria de pedir aos Deputados que votem pela derrubada do veto porque ele trata apenas do dia do

adolescente. Essa é uma forma de se chamar a atenção de cidade para discutir uma problemática crescente em nossa sociedade.

Acho o projeto correto, defendo-o e peço aos Deputados que derrubem o veto porque o projeto trata, simplesmente, de uma data para discutir a problemática da idade do adolescente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO- ASSP

☒ VETO MANTIDO
☐ VETO REJEITADO

☒ SESSÃO ORDINÁRIA
☐ SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Data 23/10/2000

VETO *total* ao Projeto de Lei nº 3953/98
Parcial ou(s)

Autor: Deputado (a) *Maninha* [] Poder Executivo
Relator: Deputado (a) *Renato Rainha*

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PFL	☒	
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL		☒
DEPUTADO ALIRIO NETO - PPS		☒
DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PSDB	☒	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	☒	☒
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB		☒
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT		☒
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	☒	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL		☒
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT		☒
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	☒	
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	☒	
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC	☒	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT	☒	
DEPUTADA MANINHA - PT	☒	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	☒	
DEPUTADO RAJÃO - PSDB		☒
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	☒	
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB		☒
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	☒	
DEPUTADO XAVIER - PPB		☒
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	☒	
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD		☒
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	☒	
TOTAL	14	10

RESULTADO DA VOTAÇÃO
VOTOS "SIM" 9
VOTOS "NÃO" 5
ABSTENÇÕES 1
AUSENTES 10

SECRETÁRIO

SAÍN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília DF

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Convido o Deputado Agrício Braga a servir como escrutinador. (Pausa.)

(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Foram encontrados 14 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 9 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14 votantes.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Conforme acordo de lideranças, esta Presidência irá encerrar esta sessão, convocando as Sras. e os Srs. Deputados para realização de sessão extraordinária logo após esta com seguinte Ordem do Dia: projeto de resolução que cria cargos que especifica no quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências; e projeto de resolução que restabelece a categoria de cargos de Agente e Apoio previstos no Edital nº 135/92 e dá outras providências.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h58min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 4ª
(QUARTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 23 DE FEVEREIRO DE 2000.**

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Edimar Pireneus.

SECRETARIA: Deputados Agrício Braga e Wasny de Roure.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 11 horas e 59 minutos.

TÉRMINO: 12 horas e 20 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 - COMUNICADOS DA MESA

- **Projeto de Resolução nº 36, de 2000**, de autoria da Mesa Diretora.
- **Projeto de Resolução nº 37, de 2000**, de autoria da Mesa Diretora.
- **Moção nº 2.674, de 2000**, de autoria dos Deputados Rodrigo Rollemberg e Jorge Cauhy.
- **Requerimento nº 780, de 2000**, de vários Deputados.
- **Comunicado** da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a distribuição de lotes.

2 - ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1:** Discussão e votação da **Moção nº 2.674, de 2000**, de autoria dos Deputados Rodrigo Rollemberg e Jorge Cauhy, que "Sugerem que a Câmara Legislativa do Distrito Federal formule manifestação de apoio à PETROBRÁS S.A. pelo patrocínio prestado à FORÇA OLÍMPICA". **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(2º) **ITEM 2:** Discussão e votação do **Requerimento nº 780, de 2000**, de autoria de vários deputados, que "Requer a realização de Comissão Geral em 24/2/2000 para discussão do processo legislativo e comissões permanentes da CLDF". **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(3º) **ITEM 3:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Resolução nº 36, de 2000**, de autoria da Mesa Diretora, que "Cria os cargos que especifica no quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima.

APROVADO por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

- Parecer favorável do relator da Mesa Diretora, Deputado Benício Tavares.

APROVADO por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

- Votação do projeto em 1º turno: **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(4º) **ITEM 4:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Resolução nº 37, de 2000**, de autoria da Mesa Diretora, que "Restabelece as categorias do cargo de agente de apoio previstas no edital nº 135/92 e dá outras providências".

- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Benício Tavares.

APROVADO por votação em processo simbólico (13 deputados presentes). Houve 3 votos contrários.

- Parecer favorável do relator da Mesa Diretora, Deputado Gim.

APROVADO por votação em processo simbólico (15 deputados presentes). Houve 4 votos contrários.

- Votação do projeto em 1º turno: **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes). Houve 4 votos contrários.

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Convoca os Srs. Deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agrício Braga a secretariar os trabalhos da Mesa.

Passa-se aos

Comunicados da Mesa

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

Expediente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° PR 36/2000
(Da Mesa Diretora)

Cria os cargos que especifica no Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1° Ficam criados no Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal 3 (três) vagas para o cargo de Assessor Técnico, categoria Revisor Taquigráfico, com lotação no Setor de Taquigrafia.

Art. 2° Fica autorizado o provimento imediato das vagas criadas por esta Resolução.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Resolução n° 158/99.

Sala de Reuniões, de de 2000.

Deputado **EDIMAR PIRENEUS**
Presidente

Deputado **GIM ARGELLO**
Vice-Presidente

Deputado **DANIEL MARQUES**
Segundo-Secretário

Deputado **WASNY DE ROURE**
Primeiro-Secretário

Deputado **BENÍCIO TAVARES**
Terceiro-Secretário

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução pretende suprir a necessidade de pessoal no Setor de Taquigrafia, bem como revogar a resolução n° 158/99 que não pôde gerar efeitos pelo fim da validade do concurso de Revisor de Texto.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° PR 37/2000
(AUTOR: MESA DIRETORA)

Restabelece as categorias do cargo de agente de apoio previstas no edital n° 135/92 e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal resolve:

Art. 1° - Fica restabelecida as categorias do cargo de agente de apoio previstas no edital do concurso n° 135/92 - IDR.

Art. 2° - Deverá ser feito um estudo visando subsidiar a revisão do Plano de Carreira da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução n° 153, de 1998.

JUSTIFICATIVA

A Resolução n° 153/98 visando corrigir um erro ocorrido quando na elaboração do quadro de Função da Câmara Legislativa do Distrito Federal que causava grande insatisfação entre os servidores efetivos do cargo de agente de apoio, que possuem curso de especialização alterou as categorias do cargo de agente de apoio transpondo, sem concurso público, categorias com formações distintas, eletricitista, bombeiro, operador de corte para uma só categoria, a de auxiliar operacional, com remuneração diferenciada da categoria auxiliar de serviços gerais, ferindo de morte o princípio constitucional da isonomia bem como o seu art. 169 uma vez que não havia previsão na lei de diretrizes orçamentárias para tal despesa.

Além disso, a citada Resolução criou demanda de diversos servidores de diferentes cargos solicitando também tratamento diferenciado face a alguma peculiaridade de suas formações.

Assim, faz-se necessário que esta Casa promova um estudo que possa subsidiar a reformulação do Quadro de Cargos e Salários de forma a resolver definitivamente as diversas distorções apresentadas bem como revogar a Resolução n° 153/98 face a sua flagrante inconstitucionalidade.

Sala das Sessões, Brasília, de agosto de 1999.

Dep. Edmar Pireneus
Presidente

Dep. Gim Argello
Vice-Presidente

Dep. Wasny de Roure
1° Secretário

Dep. Daniel Marques
2° Secretário

Dep. Benício Tavares
3° Secretário

MOÇÃO N° MOÇ 2674/2000
(Dep. Rodrigo Rollemberg e Dep. Jorge Cauhy)

Sugerem que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, formule manifestação de apoio à PETROBRAS S.A pelo patrocínio prestado à FORÇA OLÍMPICA.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no artigo 109 do Regimento Interno, sugerimos que a Câmara Legislativa, formule manifestação de apoio à Petrobras S.A., pelo patrocínio prestado à FORÇA OLÍMPICA.

JUSTIFICAÇÃO

O espírito do projeto esportivo desenvolvido pela FORÇA OLÍMPICA, sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 1992, tem como um dos pilares fundamentais o desenvolvimento desportivo e social de jovens atletas no Distrito Federal.

Trabalha atualmente com 64 (sessenta e quatro) atletas oriundos das várias Regiões Administrativas do Distrito Federal, onde o talento e a obrigatoriedade de frequentar a escola, são os únicos requisitos exigidos para que o jovem atleta ingresse no projeto.

Indago a V.Exa se já temos data prevista para a oitiva do jornalista.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Não temos data marcada, Deputado. A Presidência vai se informar com a assessoria e volta a falar com V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, corroborando com o que o nobre Deputado Renato Rainha falou, na edição seguinte do jornal *DF Notícias*, o jornalista disse que não estava acusando ninguém e que aquilo servia como alerta. Eu acho que esse cidadão deve vir aqui para prestar contas do que falou.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Item nº 2:

"Discussão e votação do Requerimento nº 780, de 2000, de autoria de vários Deputados, que 'requer a realização de Comissão Geral no dia 24/02/2000 para discussão do processo legislativo e de comissões permanentes na CLDF'."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 3:

"Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 36, de 2000, de autoria da Mesa Diretora, que 'cria os cargos que especifica no Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências'."

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Anilcéia Machado, que designe relator para a matéria.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, indico o Deputado Wilson Lima.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 36/2000, que "cria os cargos que especifica no Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito dessa Comissão, não vislumbramos nada que inviabilize a aprovação do projeto.

Somos pelo seu acatamento.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito ao Deputado Benício Tavares que profira parecer pela Mesa Diretora.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 36/2000, que "cria os cargos que especifica no Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Mesa Diretora, informamos aos nobres colegas que somos de parecer favorável à aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão o parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 36/2000. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 36/2000.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Item nº 4:

"Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 37, de 2000 de autoria da Mesa Diretora, que 'restabelece as categorias do cargo de agente de apoio previstas no Edital nº 135/92 e dá outras providências'."

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Anilcéia Machado, que designe relator para a matéria.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, indico o Deputado Benício Tavares.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 37/2000, de autoria da Mesa Diretora, que "restabelece as categorias do cargo de agente de apoio previstas no Edital nº 135/92 e dá outras providências".

O referido projeto atende aos princípios de constitucionalidade e boa técnica legislativa.

Portanto, somos pela sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares. Houve 3 votos contrários.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. o registro do meu voto contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Acato a solicitação de V.Exa. Votarão contrariamente ao parecer os Deputados Renato Rainha, Wasny de Roure e Paulo Tadeu.

Solicito ao Deputado Gim Argello que apresente o parecer pela Mesa Diretora.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PFL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 37, de 2000, que "restabelece as categorias do cargo de agente de apoio previsto no Edital nº 135, de 1992, e dá outras providências", de autoria da Mesa Diretora.

Sr. Presidente, como esta matéria está sendo bastante discutida, pela Mesa Diretora, o parecer é favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão o parecer da Mesa Diretora.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu costumo dizer que a atividade política é passageira. Hoje temos mandato, amanhã não o temos mais. Permanentes são as nossas posições, são os votos que damos aqui e a história legislativa que fazemos nesta Casa. Por isso, o voto a ser dado deve ser bem pensado, inclusive seus reflexos e consequências.

Temos um projeto de resolução concedendo o CL1 a determinada categoria de servidores. Posteriormente, outros servidores se sentiram injustiçados e foram ao Poder Judiciário para conseguir isonomia de tratamento. Há decisões judiciais de mérito determinando a extensão.

O que eu quero dizer é que a Constituição Federal diz que o salário e a remuneração dos servidores são irredutíveis. Então, o fato de se acabar com esta resolução não vai reduzir o salário dos servidores.

Esta resolução já foi analisada do ponto de vista judicial e o Poder Judiciário entende que ela é constitucional, que está correta, que seu grande erro foi não ter estendido o benefício aos demais servidores da Câmara Legislativa. As decisões judiciais estão chegando aqui, e a Câmara Legislativa vai ter de cumpri-las.

Então, revogar esta resolução é um erro, é um retrocesso, que não vai trazer nenhum benefício para esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Lucia Carvalho.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu era Presidente da Câmara Legislativa quando, num dos últimos atos da nossa administração, e sob a pressão dos servidores e com a concordância dos Líderes, entendemos que deveríamos transformar os servidores concursados que faziam atividades qualificadas nesta Casa - eletricitas, operadores de máquinas, serralheiros e outros - embora recebessem como agentes de apoio.

Encontramos, por meio do debate com todos os assessores desta Casa, capitaneados pelo Dr. Arlécio, esta resolução, a qual foi apresentada uma emenda que sana o vício de inconstitucionalidade. Essa emenda não modificou o conteúdo do projeto.

A emenda diz no art. 4º: "Sobre a remuneração da categoria auxiliar operacional, incidirá parcela correspondente a um CL1. Justificativa - É necessário adequar o teor do dispositivo, renumerando aos comandos constitucionais e ao ordenamento jurídico em geral."

Portanto, todos os membros da Mesa que estavam presentes assinaram e todos os Deputados presentes votaram.

Na verdade nós já tínhamos passado pelo processo eleitoral, pois já estávamos no final de 1998. Para debater todos os projetos que trariam ônus para o futuro governo, eu promovi um debate com o Líder da Oposição, que seria de Situação.

Portanto, neste momento, encontro-me impossibilitada de votar contra essa resolução. Concorro com a opinião do Deputado Renato Rainha de que não vai se corrigir. Acho que foi correto o ato da Mesa de entrar com um Adin. Lembro que não podemos mexer em salários com projeto de resolução, mas, sim, com projeto de lei, e que devemos aguardar o mérito desta ação no Supremo Tribunal Federal. Aliás, a Mesa Diretora, já tomou essa iniciativa. Não devemos retirar o legítimo direito daqueles auxiliares, que entendendo têm o direito de ganhar a CL1.

Portanto, não votarei contra um princípio que eu defendo. Fizemos de forma equivocada. Esta Casa não teve a competência técnica de transmitir para o papel a idéia de reclassificação dos servidores. Temos de lutar até o fim por essa idéia e, não, por causa dos que entraram na Justiça, deixarmos de beneficiar aqueles que, de fato, têm o direito.

Sr. Presidente, preciso fazer esse depoimento para que as coisas não sejam jogadas nas costas de uma ou duas pessoas. Precisamos entender que esta foi uma discussão de todos os 24 Parlamentares e que o Governo que então tomaria posse foi o que mais pressionou seus representantes para que nós aprovassemos o projeto desta maneira, por entendê-lo ser legítimo e correto.

Eu continuo achando o projeto correto e legítimo, embora tenhamos de lutar para que esse direito não se estenda de forma incorreta para os demais servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, votarei contra o projeto e entendo as dificuldades que a Mesa Diretora vem enfrentando no cenário junto ao Poder Judiciário. Nesse sentido, meu encaminhamento, como Primeiro Secretário, foi de que a Mesa estabelecesse um processo de negociação com os servidores para que nós pudéssemos quitar esse passivo trabalhista, naturalmente, encontrando uma saída para o problema.

Não entendo que, simplesmente extinguindo essa resolução, resolve-se o problema. O problema já foi criado e nós precisamos, por meio de uma negociação com os servidores desta Casa, encontrar uma saída para o problema, porque as decisões judiciais estão transcorrendo e estão definindo parâmetros para esta Casa se posicionar.

Nesse sentido, eu votarei contrário ao referido projeto de resolução.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão. (Pausa)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa)

O parecer foi aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa)

O Projeto de Resolução nº 37 foi aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

A Presidência encerra a presente sessão, convocando sessão extraordinária para imediatamente após esta.

(Levanta-se a sessão às 12h20min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 5ª
(QUINTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**

EM 23 DE FEVEREIRO DE 2000.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Edimar Pireneus.

SECRETARIA: Deputado Wasny de Roure.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 12 horas e 21 minutos.

TÉRMINO: 12 horas e 35 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 - COMUNICADOS DA MESA

- **Moção nº 2.675, de 2000**, de autoria dos Deputados Benício Tavares, José Edmar e Jorge Cauhy.
- **Ofício nº 1, de 2000**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

2 - ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Resolução nº 36, de 2000**, de autoria da Mesa Diretora, que "Cria os cargos que especifica no quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(2º) **ITEM 2:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Resolução nº 37, de 2000**, de autoria da Mesa Diretora, que "Restabelece as categorias do cargo de agente de apoio previstas no edital nº 135/92 e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes). Houve 4 votos contrários.

(3º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação, em bloco, das seguintes redações finais:

- **Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 2000**, de autoria da Mesa Diretora, que "Cria os cargos que especifica no quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

- **Redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 2000**, de autoria da Mesa Diretora, que "Restabelece as categorias do cargo de agente de apoio previstas no edital nº 135/92 e dá outras providências".

APROVADAS nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(4º) **ITEM 3:** Discussão e votação da **Moção nº 2.675, de 2000**, de autoria dos Deputados Benício Tavares, José Edmar e Wilson Lima, que "Reivindica ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Transporte, providências no sentido de garantir a manutenção dos atuais permissionários prestadores de serviços, nas dependências da rodoviária de Brasília". **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 36 de 2000, de autoria da Mesa Diretora, que 'cria os cargos que especifica no Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências'."

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa)

O projeto foi aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Item extrapauta.

"Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 37, de 2000, de autoria da Mesa Diretora, que 'restabelece as categorias do cargo de agente de apoio previstas no Edital nº 135/92, e dá outras providências'."

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto foi aprovado com a presença de 15 Parlamentares. Votaram os Deputados Renato Rainha, Lucia Carvalho, Paulo Tadeu e Wasny de Rouré.

Passa-se aos

Comunicados da Mesa

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

Expediente.

MOÇÃO Nº MOÇ 2675/2000 300

(Autores: Deputados BENÍCIO TAVARES, JOSÉ EDMAR E WILSON LIMA)

Reivindica do Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Transportes providências no sentido de garantir a manutenção dos atuais permissionários prestadores de serviços, nas dependências da Rodoviária de Brasília

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com fulcro no art. 109 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, proponho que esta Casa reivindique ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Transportes, a garantia da permanência dos atuais permissionários prestadores de serviços nas dependências da Estações Rodoviária de Brasília

JUSTIFICAÇÃO

Os permissionários da Estação Rodoviária de Brasília, que atualmente possuem autorização de prestação de serviços naquele logradouro estiveram nesta Casa de Leis solicitando o apoio de todos os parlamentares para que se garanta sua permanência no local, desenvolvendo as atividades para as quais até o momento estão regularmente autorizados

Os mencionados permissionários justificam a presente solicitação face a existência de movimento organizado com o objetivo de proibir que os atuais permissionários continuem a desenvolver o seu trabalho nas dependências da Rodoviária de Brasília. É importante ressaltar que o pretendido é a manutenção dos atuais permissionários em seus postos de trabalho, na Plataforma Superior, Mezanino, Plataforma Térreo Oeste, Plataforma Térreo Leste, Plataforma Térreo Norte e Praça do Cidadão (conforme relação anexa)

Trata-se de medida de grande repercussão social, considerando a gravidade da questão do desemprego no Distrito Federal e a necessidade de garantirmos a manutenção dos postos de trabalho existentes, de maneira que possamos assegurar a digna subsistência de diversas famílias, bem como contribuir,

por meio da atividade daqueles trabalhadores, para que os usuários da Estação Rodoviária de Brasília continuem a contar com a disponibilidade dos serviços por todos os espaços daquele logradouro

Dessa forma, conclamo os ilustres Deputados Distritais para aprovação da presente Moção

Sala das Sessões de fevereiro de 2000

BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital - PTB

WILSON LIMA
Deputado Distrital - PSD

JOSÉ EDMAR
Deputado Distrital - PMDB

DISTRITO FEDERAL					
SECRETARIA DE TRANSPORTES					
ADMINISTRAÇÃO DA RODOVIÁRIA					
PERMISSIONÁRIOS					
PLATAFORMA SUPERIOR					
Ord	Inderec	NOME OU RAZÃO SOCIAL			
1		Quosque/Chaveiro Ferra-			
2		Quosque/ Rita Milar			
3		Quosque/ Antonia Marques da Rocha-Me			
4		Quosque- Maysa Nunes da Silva-ME/Conveniências em Geral			
5		Balcão /Santos G Sílveira Ltda-ME			
6		Balcão/Brasil Cartões e Companhia - ME			
7		Balcão/Ranere Evaristo Cartões Telefônicos-ME/Conveniências em Geral			
8		Balcão/Wellington Araújo Albuquerque - Me /Cartões			
9		Quosque/chaveiro Luz Carlos Neto ME			
10		Telecartões K&K-Cartões e Acess Ltda-ME			
MEZANINO					
11		Balcão/Luz Ribeiro Cartões Telefônicos-Me			
12		Balcão/Valter Kleber Damasco de Oliveira-Me			
13		Balcão/Mariana Modesto-ME Cartões Tel Batons e Cia			
14		Carol Artesanatos-ME			
15		Sociedade Eunice Weaver de Brasília			
16		Sara Pereira do Nascimento/Artesanato			
PLATAFORMA TÉRREO OESTE					
17		Quosque/J F Nunes-ME/Cartões Tel. Bijuetas e Conveniências			
18		Balcão/Silva Cartões Tel. e Bijuterias-Me			
19		Quosque/ Cartões Chaveiro expresso-ME			
20		Quosque/ E. M. W. -Cartões Tel. Conveniências em Geral-ME			
21		Balcão/Ronildo José Ferraz-Me/Cartões Telefônicos			
22		Balcão/Geraldo Neres Monteiro-Me/Cartões Telefônicos			
23		Quosque/Gerson Cabral Campos-ME/Deficiente			
24		Quosque/Jurandir da S. Lima-Cartões Telefônicos-ME/Deficiente			
25		Quosque/Mini Shop-Cartões Tel. e Conveniências em Geral			
PLATAFORMA TÉRREO LESTE					
26		Quosque / PRM Comercio de Alimentos Ltda-ME			
27		Quosque /Sebastião da A. Evaristo-Me/Cartões Tel. e Conveniências em Geral			
28		Quosque/ Grupo Arco tres/			
29		Balcão/Dione de Melo Costa-ME-Cartões Telefônicos e Conveniências			
30		Balcão/Fátima Dist. de Cartões-ME			
31		Balcão/Alencar Cartões e Cia-Me			
32		Balcão/Mendes Cartões Telefônicos-Me			
33		Balcão/Márcia Cartões Tel. e Mudezas-Me			
34		Balcão/Alberto do Amparo-França-ME			
35		Balcão/Sandra Martins- cartões tele-ME			
36		Azevedo G. Dantas-ME			
37		CNB- Frutas-ME			
PLATAFORMA TÉRREO NORTE					
38		Quosque /Novo Som Ltda-ME			
39		Quosque L & L Presentes/José Luz-ME			
40		Quosque/ J. M. Festivos e Doces Ltda-ME			
41		Quosque/Sebastião dos Santos Filho-ME/Cartões Tel. e Conveniências em Geral			
42		Quosque/J. C. Brito-ME/José Cassemiro/Deficiente			
PRAÇA DO CIDADÃO					
43		Quosque/Maria do Socorro de Moraes Melo-Me/Cartões Tel. e Conveniências em Geral			

Ord	Inderec	NOME OU RAZÃO SOCIAL			
45		Edson Gonçalves da Cruz			
46		Denis Anderson Alves			
47		Wellington de Souza Oliveira			
48		Rafael Sabino de Oliveira			
49		Renato Francisco Ribeiro			
50		Siel Santos Sarefim			
51		Luz Carlos Alves Ferreira			
52		Daniel João Pimenta			
53		Gilson de Oliveira Paiva			
54		Antonio Carlos Teixeira Silva			
55		Wilson Pereira de Souza			
56		Carlos Rodrigues da Silva			
57		Genivaldo Barbosa			
58		Renato Luiz de Souza Macêdo			
59		Francisco Welto Souza Bento			
60		José Amistom de Oliveira			
61		Eduardo Alves da Cruz			
62		Wellington de Brito			
63		Erno Amaral Araújo			
64		Davi Vieira da Silva			
65		Alexandre José de Souza			
66		Claudemir Ferreira Martins			
67		Nelson Gonçalves dos Santos			
68		Gilmar Duarte Santana			
69		Leandro Santana Simão			

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais:

Passa-se à imediata apreciação das matérias:

"Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 2000, de autoria da Mesa Diretora, que 'cria cargos que especifica no quadro de pessoal da Câmara legislativa do Distrito Federal e dá outras providências'."

"Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 2000, de autoria da Mesa Diretora, que 'restabelece as categorias do cargo de agente de apoio previstos no Edital 135/92'."

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que também vote Moção, nº 2675, haja vista que os interessados nela estão presentes nas galerias.

Portanto, peço a V.Exa. que inclua na pauta da Ordem do Dia essa moção. Agradeço os esforços do Líder do Governo, Deputado José Edmar, e do Deputado Wilson Lima. Juntos, estaremos tentando resolver a questão dos companheiros em foco.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Item extrapauta:

"Discussão e votação da Moção nº 2.675, de 2000, de autoria dos Deputados Benício Tavares, José Edmar e Wilson Lima que 'reivindica do Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Transporte, providências no sentido de garantir a manutenção dos atuais permissionários prestadores de serviços nas dependências da rodoviária de Brasília'."

Em discussão

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de cumprimentar os Deputados Benício Tavares, José Edmar e Wilson Lima e, naturalmente, a categoria daqueles companheiros que trabalham na rodoviária tentando sobreviver vendendo cartões telefônicos. O cartão telefônico não é apenas um instrumento para se operar o telefone e, sim, um instrumento cultural, porque divulga a cidade por intermédio das imagens que contém.

Quero dizer da importância desses companheiros. Tenho um amigo pessoal que tem tentado enormemente sobreviver vendendo esses cartões. Cumprimento o Líder do Governo, o Deputado José Edmar, porque S.Exa. tem feito um esforço enorme para poder equacionar esses problemas latentes na rodoviária.

Portanto, em nome do PT, recebam o nosso apoio e continuem a luta.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado José Edmar.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de manifestar-me porque participei da luta e do sofrimento do pessoal da feira da rodoviária e também dos camelôs que vendem seus cartões, o que permite que eles sobrevivam.

Manifesto-me favoravelmente, apoiando-os e trabalhando por isso. Quero elogiar também o Deputado Wasny de Roure, que teve sensibilidade no governo passado, quando da retirada da feira da rodoviária, já que S.Exa. sentiu e sofreu juntamente conosco, não podendo fazer nada.

Aquela luta ficou marcada em Brasília e temos de trabalhar para que lutas como aquela nunca mais aconteçam. Já tive a oportunidade de visitar locais onde há milhares de pessoas trabalhando em subsolo, em áreas de metrô, onde é permitido que os camelôs e os feirantes trabalhem. Estamos também construindo um metrô. Aqueles ditos caixotões da rodoviária permitem que todos possam trabalhar, fazendo ali um grande shopping popular.

Esse é o nosso trabalho e espero sempre poder contar, como contei no passado, com o Deputado Wasny de Roure. Neste momento contamos com o apoio do Governo Roriz, tentando viabilizar esse projeto.

Quero aqui agradecer o apoio direto de todos os Deputados que contribuíram com esse projeto. Agradeço aos Deputados Benício Tavares e Wilson Lima, que se sensibilizaram com esse problema e que, juntamente com os demais Deputados, cujos nomes não citarei, defenderam as pessoas que trabalham numa situação adversa, debaixo de chuva, debaixo do tempo, carregando as suas malas de coisas na cabeça para poder sobreviver, trabalhando num dia duro. Essas pessoas têm de ser reconhecidas nesta Casa, têm de ser ajudadas para não ficarem na rua. No futuro elas podem ser comerciantes. É assim que pensamos e vamos trabalhar para que isso aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar todos os trabalhadores, todos os microempresários da rodoviária pela luta incansável. Mesmo aparentemente tendo obstáculos, eles não se curvaram diante dos desafios e estão aqui reivindicando o direito que é deles. Temos de reconhecer que eles, ao manterem suas famílias, já estão ajudando o Governo e ajudando a resolver um problema social.

Então, a vez não é só dos grandes empresários, mas também dos pequenos. Contem com o nosso apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em votação a Moção nº 2.675, de 2000.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A Moção foi aprovada com a presença de 15 Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Silvio Linhares para declaração de voto.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, principalmente vocês da rodoviária, quero parabenizar os nobres Deputados, o Líder do Governo, Deputado José Edmar, o Presidente da Casa, os Deputados Wilson Lima e Wasny de Roure, que naquela época lutou tanto pela regulamentação da situação desses trabalhadores, que para nós são muito importantes no dia-a-dia.

Participei daquela retirada, à meia noite, como repórter de polícia e quase tomei porrada lá tentando impedir aquilo ali. Hoje, quando vocês chegarem em casa, não digam que são vendedores de cartão telefônicos, não, digam que são microempreendedores da nossa rodoviária e da nossa querida Brasília.

Parabéns para vocês

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, fazer uma saudação a todos os trabalhadores que estão aqui nesta Casa lutando por seus direitos. Quero externar a vocês o apoio da nossa bancada, porque entendemos que os trabalhadores vivem numa situação difícil em nosso país, tentando conseguir emprego e uma vida mais digna.

Deixo a vocês a nossa saudação. Parabéns pela luta de vocês! Podem contar com o Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra para o Deputado Daniel Marques para declaração de voto.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui congratular-me com esse grupo de trabalhadores. Fui procurado há dias, em meu gabinete, por representantes desse grupo e disse-lhes que daria todo o apoio para que pudessem de fato ter essa oportunidade de trabalhar numa cidade que tem quase 150 mil desempregados.

Não tem cabimento proibir-se a ação de pessoas que estão com vontade de trabalhar, de desenvolver o Distrito Federal.

Portanto, parabeno esta Casa por estar apoiando vocês nesta oportunidade de trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares para declaração de voto.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço o apoio dos companheiros que estiveram no nosso gabinete e digo que, juntamente com outros colegas, estamos lutando para que eles possam exercer as suas atividades.

Aproveito a oportunidade para agradecer e pedir o apoio dos Deputados Daniel Marques, Gim Argello - companheiro que tem nos ajudado nessa batalha -, Anilcéia Machado, César Lacerda, Silvio Linhares, Paulo Tadeu e o Presidente desta Casa, nosso colega e amigo Deputado Edimar Pireneus, para quem solicito uma salva de palmas. Agradeço à Presidência por ter incluído a apreciação da moção nesta sessão.

Obrigado a todos, sucesso e vamos continuar a luta juntamente com o Líder da nossa bancada, Deputado José Edmar, e o companheiro Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - Concedo a palavra ao Deputado César Lacerda para declaração de voto.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus companheiros da estação rodoviária, finalmente começamos a vislumbrar pessoas que querem ajudar. Lembro de votações passadas em que tentaram colocá-los dentro de um tubo de concreto. Vocês lembram? Agora a mentalidade dos Deputados está mudada. Vamos ajudar porque vocês são trabalhadores, são pessoas que estão lutando para levar dignidade para as suas casas e não estão assaltando. Hoje vocês estão ali porque não têm emprego. Seria muito melhor ter uma renda mensal do que ficar lá na chuva, no sol, submetido a transporte errado, porque, nos transportes de Brasília, só há ladrão.

Parabenizo a todos. Que Deus possa abençoá-los intensamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

Expediente.

PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO

Brasília, 23 de fevereiro de 2000

Ofício : nº 01/2000

Senhor Presidente,

Vimos comunicar a Vossa Excelência, que conforme reunião realizada pelos Deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, foi escolhido como seu Líder o DEPUTADO SÍLVIO LINHARES

Atenciosamente

Deputado Edimar Pireneus

Deputado Daniel Marques

Deputado José Edmar

Deputado Jorge Cauhy

Deputado Silvio Linhares

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu aguardava a leitura desse ofício da bancada do PMDB para parabenizar o Deputado Silvio Linhares, que, de certo modo, substituiu um guerreiro, o Deputado Jorge Cauhy, que passou todo o ano na Liderança do PMDB. Entendemos a necessidade de sempre haver esse rodízio e saudamos com alegria o Deputado Silvio Linhares, que agora, com muito mais vontade, saberá defender a bandeira do PMDB nesta Casa.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, quero manifestar ao Deputado Silvio Linhares a nossa alegria, o nosso contentamento de ter mais um baluarte que sabe falar em defesa de um partido político, um homem que abraça ideologicamente um partido e vem para dignificar a luta que temos nesta Casa.

Parabenizo o Deputado Silvio Linhares. Que Deus o proteja e derrame Suas bênçãos para que V.Exa. seja sempre esse Líder que conhecemos.

DEPUTADO SÍLVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais membros da Mesa Diretora, companheiros que me cumprimentaram neste momento, a minha vida sempre foi de desafios, sempre foi pautada pela responsabilidade e, principalmente, pela lealdade.

Antes quero agradecer ao meu partido, aos que assinaram a minha convocação. Vou aceitá-la com muita determinação, cumprindo com os ditames do Governo e principalmente do meu partido, o PMDB.

Agradeço a Deus e gostaria que Ele me desse saúde e força para que pudesse levar com galhardia a responsabilidade que me foi agora "detonada" pelos senhores.

Muito obrigado. Aceito-a com muito prazer. Que Deus me proteja.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência deseja ao nobre Deputado que S.Exa. seja iluminado para contribuir com a população de Brasília.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h35min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA-LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 10ª
(DÉCIMA)**

**SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM
COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O PROCESSO
LEGISLATIVO E A REFORMULAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA
LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL,**

EM 24 DE FEVEREIRO DE 2000.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Edimar Pireneus, Renato Rainha e Wilson Lima.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 9 horas e 46 minutos.

TÉRMINO: 13 horas e 14 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Renato Rainha):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Informa que, de acordo com o Requerimento nº 760/2000, de autoria de vários deputados, a sessão ordinária será transformada em Comissão Geral para debater o processo legislativo e a reformulação das comissões permanentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

3 - PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA MANINHA (PT)

- Lê o relatório final do seminário "O Papel das Comissões Temáticas do Legislativo e seu funcionamento", realizado pelos gabinetes parlamentares da Deputada Maninha e do Deputado César Lacerda, em 18 de fevereiro de 2000.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA, em nome do PTB.

- Propõe, com base em trabalho de assessores, a modernização da Casa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)

- Manifesta-se contrariamente à reestruturação das comissões da CLDF.

- Argumenta que os deputados não conseguem participar das comissões existentes.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS, em nome do PFL.

- Defende a criação de comissões e o corte de despesas na CLDF.

DEPUTADO PAULO TADEU, em nome da bancada do PT.

- Julga que a criação de comissões qualificará a CLDF para debater questões de interesse da sociedade.

DEPUTADO SÍLVIO LINHARES, em nome da bancada do PMDB.

- Considera que a Casa deve discutir, em comissões a serem criadas, problemas atuais do Distrito Federal.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG, em nome do PSB.

- Lamenta a proposta do aumento do número de comissões e defende o cumprimento das atribuições das atuais.

DEPUTADO RENATO RAINHA, em nome do PL.

- Aprova a criação de comissões e a reestruturação da Casa.

- Opõe-se ao argumento do Deputado Chico Floresta e considera possível a participação de um deputado em várias comissões.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)

- Concorde com o Deputado Rodrigo Rollemberg quanto ao esforço de fortalecer as atuais comissões.

DEPUTADO RENATO RAINHA, em nome do PL.

- Lê as competências da Comissão de Assuntos Sociais para exemplificar a gama de assuntos que lhe é atribuída.

DEPUTADA MANINHA (PT)

- Aponta falhas no processo legislativo que dificultam a comunicação entre a sociedade e a CLDF.

DEPUTADO PAULO TADEU, em nome da bancada do PT.

- Expressa a posição do PT: favorável à reformulação das comissões sem aumento de gastos para a CLDF.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS, Presidente da CLDF.

- Propõe a total transparência das mudanças a serem executadas na Casa.

DEPUTADO WILSON LIMA, em nome do PSD.

- Defende as alterações e manifesta sua disposição de atuar em mais de uma comissão.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)

- Comprova o interesse político das mudanças propostas: a participação do bloco majoritário aumenta com a criação de comissões.

- Propõe, com base no Regimento Interno, a criação de subcomissões e de comissões temporárias para discutir problemas novos.

DEPUTADO SÍLVIO LINHARES, em nome da bancada do PMDB.

- Ratifica a posição de vários parlamentares e a do Presidente e apóia a criação de comissões sem majoração de gastos para o Erário.

DEPUTADO RENATO RAINHA, em nome do PL.

- Concorde que a discussão é política, mas contesta o cálculo da proporcionalidade do Deputado Chico Floresta.

- Exibe documento segundo o qual esta Casa ocupa apenas o 18º lugar no ranking dos gastos legislativos.

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (cont.)

- Submete ao plenário as seguintes propostas: que as eleições das comissões sejam realizadas após o carnaval; que os assessores elaborem uma síntese do pensamento dos parlamentares - criação de comissões sem gastos; que a CLDF efetue um estudo par reduzir gastos.

PRONUNCIAMENTOS (cont.)**DEPUTADA MANINHA (PT)**

- Solicita ao Presidente que os líderes acompanhem essa discussão.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)

- Expressa o receio de que a proposta de criar comissões sem gastos seja álibi para não discutir o tema com a sociedade.

4 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO RAINHA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 780, de 2000, de autoria de vários Deputados, a sessão ordinária de hoje será transformada em Comissão Geral para a discussão do processo legislativo em comissões permanentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em Comissão Geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO RAINHA) - Devido à falta de *quorum*, esta Presidência suspende a Comissão Geral por quinze minutos.

Está suspensa a Comissão Geral.

(Suspensa às 9h48min, a Comissão Geral é reaberta às 11h49min.)

(Assume a Presidência o Deputado Edimar Pireneus.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está reaberta a Comissão Geral.

A Deputada Maninha, junto com o Deputado César Lacerda, fez um estudo sobre a necessidade de criação de novas comissões temáticas na Câmara Legislativa.

Inicialmente, ouviremos a nobre Deputada Maninha, que fará uma síntese do trabalho realizado na sexta-feira passada.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu e o Deputado César Lacerda realizamos, na semana passada, por deliberação da Mesa Diretora e do Colégio de Líderes, um seminário que discutiu o tema da reestruturação das comissões desta Casa.

Participaram deste seminário: o Deputado Martini, do PMN de Minas Gerais, atual Presidente da União Parlamentar de Deputados Estaduais do Brasil; o companheiro Luiz Humberto Faria Dell'Isola, servidor desta Casa, representando a assessoria parlamentar; e o Dr. Eugênio Greggianis, Chefe da Assessoria da Comissão de Orçamento da Câmara Federal. Por longas horas, eles puderam fazer aqui um debate com os Parlamentares e assessores presentes sobre a proposta de reestruturação desta Casa.

A Mesa Diretora e o Colégio de Líderes têm discutido enfaticamente essa questão sob dois aspectos: o processo legislativo e o processo do trabalho dos Parlamentares. Há necessidade de que as nossas comissões cumpram efetivamente o seu papel, e que, além de nos auxiliarem no processo, no debate, na formulação das leis, possam trazer a comunidade para o debate interno, promovendo seminários e audiências públicas, fortalecendo o nosso papel parlamentar. Mais do que isso, a própria avaliação e análise do processo legislativo prevê que esta Casa está fazendo uma inversão desse processo quando trabalha sob o regime de convocação

extraordinária sem seguir a tramitação legal, em que as comissões têm papel fundamental. Por isso enfocamos esse aspecto.

Há outro enfoque que preocupa a sociedade, a imprensa e, fundamentalmente, os Parlamentares: é preciso termos uma Casa enxuta, que promova a discussão com a sociedade e internamente. A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem o orgulho, dentre todas as Casas Parlamentares, de ser a terceira com menores gastos internos. Por isso mesmo, propomos que essas comissões possam ser reformuladas, criadas sem gasto suplementar.

Na apresentação do nosso relatório, concluímos no seminário que esta Casa tem de fazer uma reestruturação. Passo a ler as conclusões do relatório: "Dos trabalhos desenvolvidos e a partir da riqueza dos temas abordados, podemos apontar alguns pontos a serem levantados na discussão pelos representantes desta Casa, com a finalidade de aprimorar o processo legislativo e adequar o funcionamento das comissões às necessidades da representação política, às demandas da sociedade brasileira, e, especialmente ao que poderíamos denominar de duplo grau de representação político-administrativa da Casa, qual seja, as demandas sociais típicas de município e as necessidades de desenvolvimento típicas de Estado.

Acerca de tais demandas, assumem vital importância questões como a ocupação fundiária do território, a geração de empregos, a saúde, o aproveitamento dos recursos naturais em especial, os recursos hídricos, a educação e tantos outros.

Não se pode deixar de relevar que a discussão necessariamente aprofundada de tais temas requerem, em primeiro lugar, um grau de especialização que, infelizmente, com a atual formatação das comissões hoje existentes na Casa, não é possível, uma vez que criadas em outro momento histórico, e, em segundo lugar, uma nova forma de realização de sessões extraordinárias, uma vez que a realização de tais sessões, sem o prévio e razoável prazo para conhecimento da pauta com os devidos anexos e informações necessárias à análise das matérias, em muito prejudica as discussões, especialmente naquelas matérias de maior envergadura.

Dessa forma entendemos, após a experiência do seminário, que é possível modernizarmos as comissões existentes na Câmara Legislativa, alterando a sua atual formatação, com a finalidade de promovermos a especialização necessária e, mais que isto, promovermos a aproximação necessária com a população, privilegiando-as com o espaço de debates prévio e preparatório das matérias, para os debates finais no Pleno desta Casa.

Como contribuição para o debate e ainda de forma simplificada, propomos que a Câmara Legislativa adote como comissões permanentes as seguintes:

1 - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final;

2 - Comissão de Economia, Orçamento, Finanças, Fiscalização e Obras;

3 - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Ética Parlamentar. Aqui uma discussão a parte, poderemos criar o nosso Conselho de Ética semelhante ao que tem no Congresso Nacional;

*4 - Comissão de Assuntos Fundiários, Meio Ambiente e Ordenamento Territorial;

5 - Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Desporto, Ciência e Tecnologia;

6 - Comissão de Saúde, Previdência e Ação Social;

7 - Comissão de Trabalho, Indústria, Turismo e Desenvolvimento Econômico;

8 - Comissão de Transportes, Segurança Pública e Trânsito.

Entendemos que tal proposta, além de atender as necessidades desta Casa, é perfeitamente exequível, adotando-se alguns parâmetros de composição e funcionamento, entre os quais podemos listar:

a - A Comissão de Constituição e Justiça, por sua característica principal de iniciar todo o processo legislativo, deve ser composta por 7 (sete) Parlamentares;

b - As demais comissões devem ser compostas por 5 (cinco) parlamentares;

c - Os Parlamentares podem participar de até 2 (duas) comissões permanentes como titulares."

Além disso, chamamos à reflexão que temos nesta Casa profissionais competentes da assessoria parlamentar de carreira que podem estar promovendo a coordenação dessas comissões para que a discussão seja técnica. Podemos colocar, de forma bastante clara, a necessidade de se criar sem despesas a mais para esta Casa.

Sr. Presidente, esta é a contribuição minha e do Deputado César Lacerda para o debate que hoje esta Comissão Geral fará.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado César Lacerda.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - (PTB Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fizemos este seminário e trouxemos o que há de melhor para esta Casa. A assessoria de quase todos os Deputados esteve presente, inclusive a do Deputado Wilson Lima, que não pode comparecer ao seminário, mas o seu assessor, o Prof. Ribamar, estava presente. Eu prestei atenção em tudo, Sr. Presidente, para poder falar.

Tivemos uma reunião prévia antes de começarmos esta Comissão Geral. Tudo o que a Deputada Maninha disse não foi com o meu aval. S.Exa. não me pediu aval nem precisa dele. Uma das Deputadas mais brilhantes desta Casa é a Deputada Maninha, e S.Exa. trabalha com muita seriedade em tudo o que lhe é apresentado. Muita coisa que foi dita nessa comissão geral eu gostaria de trazer ao conhecimento dos Deputados e de seus assessores, que acompanham seus Deputados com muito amor. Tudo o que foi falado nós devemos por em prática. Para tudo o que fizemos aqui, nós precisaremos pedir autorização ao *Correio Braziliense*. Tudo o que for tratado daqui deve ser levado ao *Correio Braziliense* para ver se esse jornal está de acordo, não é mesmo, Deputada Anilcéia Machado? Se o *Correio Braziliense* não estiver de acordo, vocês não devem aceitar, senão alguns Deputados lúcos e ávidos por mídia dela não sairão.

Haverá gastos para o que nós estamos planejando? Haverá, sim. Ninguém promove modernização sem gastos. Nós queremos modernizar para evitar o que foi falado por um dos mais talentosos funcionários desta Casa: Sr. Deuizola. Ele disse que, na Legislatura passada, um Deputado apresentou projetos de lei para dezenove cidades, quando poderia apresentar somente um projeto. Com a reformulação dessas comissões, nós vamos evitar esse tipo de coisa, porque o *Correio Braziliense*, no final do ano, não sei como consegue, pega essa palhaçada toda de projetos que um Deputado que faz para cada rua ou para cada administração regional um afirma que ele foi o Deputado que mais trabalhou nesta Casa. E, às vezes, esse Deputado faz como alguns Deputados faziam na legislatura passada: assinam a ata e vão para casa ou para qualquer outro lugar.

Vamos ter gastos, mas há a possibilidade de, mesmo aumentando esses gastos, nós diminuirmos a despesa? Há, sim. Vi um trabalho maravilhoso, apresentado pelo Alécio, em que nós vamos diminuir as despesas. Por que não tiramos R\$1.000,00 (mil reais) do salário de cada

Deputado para diminuir as despesas? Sobrariam mais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por mês. Mas, na hora em que se mexe no bolso, alguns Deputados acham ruim. Diminui-se o salário de cada Deputado em R\$1.000,00 (mil reais). Serão mais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) mais as despesas que o Sr. Alécio apresentou. Vamos diminuir mais de R\$100.000,00 (cem mil reais) por mês. Com essa modernização, o sujeito iludido tem o direito de reclamar. Em vez de procurar delegacias ele virá até nós, porque teremos as comissões certas.

Precisamos acabar com isso: um governador começa uma obra, o outro vem e a paralisa. Isto sim é despesa: isto é mexer no bolso do contribuinte: haver um bom programa, implantado por um governo, e o outro governo vir e desmanchá-lo. Temos de acabar também com os gastos supérfluos do governo. Há muita coisa a ser melhorada. Temos condições de melhorar as propostas apresentadas. Talvez, por não estar bem assessorado, um Deputado apresente uma proposta chula, como disse um outro Deputado. Vamos corrigi-la, porque temos uma comissão para isso.

Votamos três projetos de lei, que viraram leis e cuja publicação está errada. Criamos o transporte alternativo, aumentando de 40% para 100%. Quando essa lei vai entrar em vigor? Nunca! Tapeamos todos que vieram aqui? Eu acho que não tapeamos, mas eles foram tapeados por alguém, porque não há uma comissão para resolver a publicação que saiu ontem do projeto votado aqui nesta Casa. Não é, Deputado Renato Rainha? O povo está sendo iludido, porque temos medo de fazer despesas, mas também não sabemos fazer economia.

Deputado Tatiko, V.Exa. vai me desculpar, mas V.Exa. é um filósofo. V.Exa. nos passou muita coisa bonita aqui nesta Casa. Agora mesmo pegaram o *Jornal Comunidade* e perguntaram quem patrocina tal jornal. Outro Deputado respondeu que era o Governo. O outro retrucou: "Mas, escuta, se é o Governo quem patrocina, por que eles estão dando uma cobertura tão grande para o PT?"

Então, o Deputado Tatiko falou que eles não trabalham; o jornal está falando de quem está trabalhando. Muito bem, Deputado Tatiko! Enquanto V.Exa. falar com o coração, seguindo o que sente, com a sua simplicidade, nós vamos crescer.

Há necessidade de criar uma comissão para estudarmos como diminuir as despesas. Eu me proponho a participar dessa comissão. Tenho certeza de que o Deputado Tatiko também sabe economizar. Vamos fazer uma comissão para diminuir as despesas nesta Casa. Aumenta-se de um lado e diminui-se de outro. Estamos gastando dinheiro demais em algumas coisas e em outras gastando de menos.

Alguns Deputados estão com o olho assim, estão desse jeito, e para combinarem as coisas lá dentro e, ao chegarem aqui, chamarem a imprensa e, para fazer média, falarem que votaram a favor, que deram o apoio. Foi o que aconteceu aqui.

Sugiro, Sr. Presidente, criarmos uma comissão a fim de que essas reuniões das Lideranças e do Colégio de Líderes e da Mesa Diretora sejam feitas como vêm ocorrendo. E, para resguardar sua honestidade e capacidade, sugiro que sejam todas gravadas, pois no momento em que o Deputado disser que é contra algo, mostra-se a gravação em que esse Deputado se posicionou a favor. Na hora de pôr o dinheiro no bolso, esse Deputado põe. Na hora de ir contra, vai. Sugiro, então, que sejam gravados para que possamos provar o que aconteceu. Esse seminário que eu e a Deputada Maninha fizemos com as comissões e com os assessores de Deputados foi feito de todo coração.

É disso o que precisamos para economizar, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta. Estipulamos o tempo de cinco minutos para cada Parlamentar.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros, creio que esta questão é uma discussão eminentemente política. Em primeiro lugar, quero dizer para a Casa e para a nossa cidade que eu, particularmente, não concordo com esse processo de reformulação de comissões.

As atuais comissões já têm dificuldade de funcionamento. Essas comissões já foram, inclusive, apontadas num relatório, do qual tive oportunidade de ouvir o companheiro Jacaré falar, com muita veemência, afirmando que o número de Deputados não é suficiente para cobrir sequer as cinco comissões presentes. Ampliar o número para oito comissões é, praticamente, inviabilizá-las, principalmente pela proposta de diminuição do número de Parlamentares em cada uma delas.

A questão dos gastos, evidentemente, terá um reflexo direto. Até já surgem algumas propostas de colocar funcionários de gabinetes dentro da comissão. Considero absurda essa proposta. Por quê? Porque a comissão vai perder sua isenção. Por que existe concurso público? Se a comissão for composta por funcionários de gabinetes, é evidente que esses funcionários dentro da comissão vão "puxar a brasa para a sardinha" do seu Deputado. Não podemos vivenciar de, forma alguma, esse processo.

Não é apenas a questão financeira a mais importante, muito embora vivamos uma situação no nosso país em que milhares e milhares de trabalhadores não têm reajustes nem os salários pagos aqui nesta Câmara. Então, a criação de um cargo qualquer é um acinte quanto à situação da classe trabalhadora brasileira.

Há, por último, uma questão política. Por que está se criando comissões? Será que é para favorecer uma composição interna dentro da Câmara Legislativa, para favorecer os blocos? Já vimos que não é uma questão de funcionamento. Caso essa proposta vingue, o Partido dos Trabalhadores vai ser o maior perdedor. Por quê? Porque hoje ele tem a Comissão de Assuntos Sociais, que tem como principal elemento, uma das principais discussões a serem levantadas nessa comissão, a questão da terra no Distrito Federal. Temos visto um verdadeiro descalabro sendo promovido pelo Governo Roriz em todos os aspectos na Comissão de Assuntos Sociais, cuja nossa candidata é a Deputada Maninha.

A Comissão de Assuntos Sociais vai perder força. Então é para quê? É para fazer uma composição, para favorecer o PMDB na composição política em relação aos outros órgãos.

A posição do nosso partido é clara: nós vamos fazer oposição ao Governador Roriz. Não vamos "dar bolinho" para esse tipo de negociação interna que venha a favorecer o partido dominante.

O que acontece nesta Casa é que o partido hegemônico, infelizmente, tem impedido o funcionamento desta Casa ao apresentar propostas em cima da hora, ao não fazer debates políticos antes que possamos ter, realmente, condições de saber o que está acontecendo. Enfim, é dessa maneira que se viabiliza o funcionamento legislativo.

Eu pergunto: vai mudar? Vai alterar a correlação de forças? Vai alterar a maioria avassaladora que existe nesta Casa? Não vai.

Então, do meu ponto de vista, criar comissões é um erro, além de ocasionar um desgaste político sério para esta Casa pelas circunstâncias que estamos vivendo hoje em nosso país.

Acho que outro argumento de grande peso e que deve ser considerado nesta Casa é que, ao contrário de qualquer especulação visando

à criação de mais cargos, existe a possibilidade da redução de despesas na Casa. Essa é uma exigência apresentada. Devemos analisar toda a estrutura da Casa para sabermos onde é possível o corte de gastos, não visando a uma barganha, não trocando gastos para favorecer a comissão e, sim, cortando gastos para beneficiar a população do Distrito Federal, que não aguenta mais os aumentos de impostos, ocorridos desde a legislatura passada, beneficiando o atual governo em troca de uma comissão que não ajudará o funcionamento parlamentar desta Casa; pelo contrário, ela pode piorar ainda mais, porque não possui o número de Deputados suficientes, conforme o depoimento do representante da Câmara Legislativa proferido desta tribuna.

Minha posição é essa. Eu acho que o Partido dos Trabalhadores, a nossa bancada deve discutir esse assunto com mais profundidade para que não embarquemos no que eu considero uma "canao furada".

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PLF. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, o que mais me entristece na política é ouvir tanta demagogia, tanto disse-me-disse e tanta conversa fiada. Por quê? Porque se fala em cortar o salário do Deputado quando há muitos Deputados empresários, que nem precisavam do salário que ganham desempenhando essa função. O nosso companheiro Deputado Tatico já disse que Deputado ganha pouco, porque S. Exa. reconhece que um Deputado, quando quer, trabalha muito.

Muitas coisas podem ser cortadas nesta Casa para criar as comissões sem nenhum custo. Essa é a realidade. Eu posso ceder dois funcionários do meu gabinete que não me farão falta, porque estarei contribuindo para o desenvolvimento da Câmara Legislativa. Os demais Deputados também poderiam ceder um funcionário de cada gabinete para podermos criar as comissões necessárias, sem haver qualquer custo para esta Casa.

Hoje, não podemos imaginar a Câmara Legislativa e o Distrito Federal sem comissões para discutirmos assuntos como direitos do consumidor, assuntos fundiários, transporte, segurança pública e trânsito, pois são muito importantes e precisam ser trabalhados, viabilizando esse trabalho na Câmara Legislativa.

Entendo que também existem alguns Deputados que - infelizmente, essa é a realidade -, nas reuniões, são a favor, mas, quando estão diante da imprensa e da população, têm uma posição contrária. Por quê? Porque eles buscam os seus direitos e, não, os da população nem da comunidade.

Temos que parar com essa demagogia, temos que ser sinceros e encarar a realidade. É necessário criar as comissões? Então, vamos criar as comissões, vamos chegar aqui e falar a verdade, em vez de, às escondidas, fazer média com os Deputados e depois fazer média com a imprensa. Quero saber se algum órgão da imprensa paga o salário de algum Deputado. Não paga, então eu não devo nada a ninguém. Devo, sim, à população, como os demais Deputados. Se temos que trabalhar pelo desenvolvimento da cidade então vamos lutar, vamos em frente, mas vamos parar de demagogia, vamos parar de conversa fiada e deixar esta Casa funcionar sem dar ouvidos a quem quer denegri-la. Infelizmente, há muitas pessoas da imprensa que querem denegrir a imagem da Câmara Legislativa, a imagem do Governo, a imagem dos Deputados e, no entanto, não contribuem em nada para o desenvolvimento da cidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Deputados aqui presentes, primeiramente, eu quero destacar a iniciativa do Deputado César Lacerda e da companheira Maninha de trazerem esse debate para a Câmara Legislativa. Eu, particularmente, Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Rollemberg, entendo que não só esse debate, mas outros também deverão ser feitos por esta Casa nesses próximos meses. Como hoje o assunto é a reformulação, a reestruturação das comissões, evidentemente me aterei a esse tema. Há um consenso entre todos nós de que a Câmara Legislativa do Distrito Federal precisa melhorar sua atuação no que se refere aos temas debatidos pela sociedade em Brasília. É fundamental que a Câmara reformule as atuais comissões para que de fato elas funcionem, como disse o nobre Deputado Chico Floresta.

Entendo que essa reformulação tem que ser feita num todo, não pode ser feita apenas em parte. E uma das dificuldades que estamos encontrando é a enorme demanda de debates e discussões que chegam para essas comissões. A Câmara Legislativa e as comissões não conseguem funcionar com a estrutura que têm hoje, pelo número que hoje representam nesta Casa. Entendo que uma reformulação, do ponto de vista da criação de novas comissões, pode ser feita desde que tenhamos a consciência de que irá fortalecer o conteúdo de debate nesta Casa, atendendo aos interesses da sociedade, independentemente de questões partidárias.

É evidente, nobre Deputado Aguinaldo de Jesus, que a imprensa e toda a sociedade ficam preocupadas com os gastos, muitas vezes desnecessários, que são praticados pelo Poder Legislativo, pelo Poder Executivo ou mesmo pelo Poder Judiciário. É natural. Temos que ter a capacidade de convencer esses setores de que estamos fazendo o melhor para esta Casa e o melhor para a sociedade. Quero muito participar desse debate, sem entrar no mérito dos gastos acarretados para a Câmara Legislativa, até porque o Presidente desta Casa apresentou hoje uma série de propostas para reduzir gastos. Alguns gastos são necessários, mas podemos dar um arrocho nos gastos administrativos.

Companheiros, o tema é a criação de novas comissões e a reformulação do seu funcionamento. É importante ou não? Entendemos que sim, Sr. Presidente. Entendemos que precisamos qualificar a Casa com debates de conteúdo. O gasto é uma questão que deverá ser tratada no bojo das discussões. Neste ponto, a bancada do Partido dos Trabalhadores assume uma proposta que foi discutida, ontem, em nossa reunião sobre reformulação em oito comissões, proposta trabalhada pelo nobre Deputado César Lacerda e pela Deputada Maninha.

Nós, a partir da sugestão do próprio Deputado César Lacerda, teríamos uma área de obras onde poderíamos fazer as fiscalizações das obras do Governo, das que estão em curso e daquelas que deixaram de existir.

Finalizo dizendo que nós do Partido dos Trabalhadores queremos que a Câmara Legislativa assuma o seu papel de debate na sociedade com qualidade e entendemos que a reformulação das comissões passa por este princípio.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Silvio Linhares.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal da taquigrafia,

imprensa em geral, eu gostaria de parabenizar a Deputada Maninha e o Deputado César Lacerda pela idéia da realização do seminário que aconteceu nesta Casa. Concordo plenamente com a necessidade de serem criadas novas comissões, principalmente no que tange aos assuntos que são sempre notícias nos jornais, como assuntos fundiários, trânsito, segurança pública e segurança do consumidor. O que nós, Deputados, discutimos ainda há pouco, dentro da copa, foi contenção de gastos. Notei que, na reunião, tanto os Deputados do Governo quanto os da Oposição estavam preocupados com o que a imprensa iria dizer. Não estou preocupado se o diretor do jornal "tal" ou se o redator do jornal "tal", ou se o jornalista "tal" aprova ou não o que temos certeza que é importante para a sociedade. Caso contrário, em vez de fazermos a reunião na Presidência, vamos fazer com os diretores de jornais. O que está acontecendo aqui é uma inversão de valores. Em vez da Câmara Legislativa pautar a imprensa, é a imprensa que está nos pautando, e nós estamos aceitando a sua opinião. A nossa obrigação aqui, tomando ou não pancada da imprensa, é fazer o trabalho para o qual fomos eleitos, que é a defesa da sociedade. Quanto à despesa, temos que comprová-la para a sociedade e, aprovada, colocar nos jornais se realmente ela é válida e necessária. Não quero saber se a luz do corredor vai ser apagada para diminuir tanto ou se depois que três pessoas forem ao banheiro, é que vão apertar a válvula de escape para fazer contenção de água e luz.

É necessário ter comissão? É. O que é preciso para a estrutura da comissão? Contratar tantos funcionários ou retirar funcionários da estrutura da Casa para manter a comissão? Então, é isso o que vamos fazer. É isso o que temos de fazer. Fomos pautados naquele incidente. Aliás, não sei quem foi o inteligente que chegou aqui e disse que estávamos querendo auxílio-moradia. A verdade não era essa. Estávamos cobrando isonomia com os Deputados Federais, que é um direito nosso. A imprensa "deu pau", a imprensa "deu cacete", e nós aceitamos, como se quiséssemos auxílio-moradia. Temos de ter a consciência tranqüila de que estamos aqui gerando o dinheiro da sociedade com caráter e personalismo e, principalmente, com a dedicação que temos de ter. Quanto à bancada do PMDB ter decidido isso ontem, acredito que não foi toda a bancada. Se eu entendi bem o discurso, o Deputado Chico Floresta foi contra.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) Para discutir. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de, inicialmente, elogiar a Câmara Legislativa pela realização dessa Comissão Geral, pela forma transparente e pública com que estamos debatendo uma questão. Acho muito interessante que isso seja feito de forma transparente e pública para que fique registrado nos Anais desta Casa qual a posição de cada Parlamentar, para que amanhã não haja nenhuma dúvida sobre as posições assumidas publicamente por cada Deputado.

Antes de fazer minha avaliação com relação à criação de novas comissões, eu gostaria de fazer uma avaliação sobre o processo legislativo hoje em vigor nesta Câmara Legislativa. É lamentável, Sr. Presidente, que estejamos, neste momento, debatendo um tema da maior importância para esta Casa, que é a criação de comissões, sendo que, infelizmente, as comissões permanentes que temos hoje estão longe, muito longe de cumprirem sua finalidade.

Nós, ao longo do ano passado, tivemos uma série de leis aprovadas em sessões extraordinárias, quando os pareceres eram dados às pressas. Assim, vários projetos aprovados nesta Casa não tiveram o

necessário aprofundamento do seu debate, da sua discussão e do seu aperfeiçoamento, que é o papel das comissões permanentes: aprofundar o debate para que as proposições legislativas dos Parlamentares e do Executivo sejam aperfeiçoadas.

Então, não posso ser favorável, simplesmente, à criação de novas comissões, antes que as já existentes passem a funcionar como prevê o regimento, porque, de fato, o que vimos no ano passado foi um funcionamento muito aquém do necessário por parte das comissões permanentes.

Creio que essa discussão deva ser aprofundada, que é importante a criação de uma comissão de assuntos fundiários e de meio ambiente, até porque o que está acontecendo com a terra no Distrito Federal é um crime contra esta cidade, um crime contra a geração presente e contra as futuras! É um crime contra o Brasil, já que estamos falando da Capital do País. A nossa terra está sendo apropriada indevidamente por grileiros, e esta Casa está sendo omissa! Esta Casa, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, enquanto instituição, está sendo omissa com relação ao roubo de terras públicas que está se processando neste momento em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Vamos aprofundar esse debate sobre as comissões, mas vamos primeiro fazer funcionar as comissões permanentes. Se houver a conclusão, de fato, da necessidade de se criar novas comissões, que isso se faça aproveitando os servidores de carreira desta Casa - que são extremamente qualificados e que podem prestar, com toda competência, o apoio técnico de que essas de que essas comissões necessitam -, tendo em vista a necessidade de se conter gastos na Câmara Legislativa.

E quero lembrar, como o Deputado Renato Rainha falou há pouco, que vários projetos de lei aprovados nesta Casa foram publicados com várias incorreções, com redações diferentes no Diário Oficial, o que é muito grave! E isso, sem dúvida, ainda pode estar acontecendo, porque algumas das comissões não estão com a qualificação necessária para fazer essa redação final, essa revisão técnica. E esta Casa, que, através de concurso público, tem um dos melhores corpos técnicos da cidade e - tenho certeza - do País em matéria de Poder Legislativo, deve valorizar, na composição de novas comissões, se essa for a decisão, o seu excelente corpo técnico, sua excelente assessoria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL) Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, eu gostaria de parabenizar a Deputada Maninha e o Deputado César Lacerda por terem aprofundado essa discussão da necessidade ou não da criação de comissões no Poder Legislativo do Distrito Federal.

Primeiramente, quero fazer aqui uma observação: ao lermos o nosso Regimento Interno na parte que diz respeito às atribuições das comissões, vemos que a Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, tem por finalidade analisar a constitucionalidade, a legalidade e a regimentalidade das proposições. Análises dos serviços públicos do Distrito Federal de forma geral não são de competência daquela comissão. As desapropriações de terras do Distrito Federal também não são de natureza constitucional e legal para efeito da análise da matéria naquela comissão.

Se pegarmos as atribuições da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, veremos que está incluída nas atribuições daquela

comissão a análise da questão do ordenamento do território e da política fundiária.

Não temos, nesta Casa, uma comissão específica para defender o consumidor. Eu relatei, na reunião que tivemos há pouco, que uma pessoa que adquiriu um automóvel em uma concessionária de Brasília procurou-me solicitando providências porque o carro foi entregue com defeito. Eu tive de mandar a pessoa procurar a Delegacia de meio Ambiente e o Prodem, porque nós não podemos fazer nada.

Então, a primeira coisa a ser discutida é a necessidade ou não da criação das comissões. Se precisamos criar essas comissões para dar à sociedade mais um instrumento para que ela possa melhor ser representada por cada um de nós aqui dentro. Se a resposta é sim, acredito que devamos avançar nessa discussão. Entendo que precisamos dar esse instrumento à população do Distrito Federal para que a Câmara Legislativa possa melhor representá-la.

Não concordo com o companheiro e amigo Deputado Chico Floresta sobre o que S.Exa. disse: se criarmos um número de comissões superior a três, não teremos Parlamentares suficientes. Teremos sim, Deputado, porque cada Parlamentar - não estou, de forma alguma, ofendendo V.Exa., estou apenas contestando sua idéia - ocupará duas comissões. Acho que não é uma sobrecarga de trabalho. Acho que cada Parlamentar tem condições de estar em duas comissões e melhor analisar a matéria.

É preciso, Sr. Presidente, dentro dessa discussão que tivemos, que tratemos de um assunto importante que foi abordado, que é a redução das sessões extraordinárias. Temos que colocar as discussões dentro das comissões em primeiro lugar. As discussões feitas em sessões extraordinárias, quando o projeto ainda não foi analisado dentro das comissões, faz com que corramos um risco maior de dar um voto mais apressado, mais açodado, sem uma análise mais técnica e mais aprofundada da matéria.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a primeira discussão que tem de ser feita. Entendo que esta Casa deve criar esses instrumentos para a população.

A segunda questão trata da forma como vamos criar essas comissões. Criaremos mais estrutura na Casa? Geraremos mais despesas? Certamente, temos uma maneira de fazer isso sem criar estrutura e sem gerar despesas. Temos, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, uma maneira de criar mais instrumentos de proteção dos direitos da sociedade sem gastar um centavo do Erário. De que forma? Já temos as estruturas das cinco comissões montadas. Basta utilizarmos essas estruturas já montadas e as realocarmos dentro das oito comissões. Temos três cargos em cada comissão. Três vezes cinco, quinze. Criaremos mais três comissões e dividiremos esses cargos ali dentro, colocando esses servidores ali dentro.

Sabemos que existem algumas áreas da Casa com excesso de servidores, enquanto outras estão com necessidade de pessoal. Realocaremos os servidores e teremos aí, Sr. Presidente, alguns instrumentos importantíssimos para podermos dar uma resposta mais eficiente, mais eficaz aos anseios da sociedade, para podermos desempenhar melhor o mandato que a população nos atribuiu e nos confiou, sem que tenhamos nenhum gasto sequer do Erário, sem que tenhamos nenhum gasto sequer do contribuinte.

Então, entendo que essa defesa das comissões, que aqui faço de forma clara, é para melhorar as atribuições e o modo de atuação do Poder Legislativo do Distrito Federal. Isso terá o meu apoio, desde que não haja nenhum gasto, desde que não haja criação de estruturas que venham a gerar gastos para a Câmara Legislativa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço para fazer uso do meu direito de réplica.

(Discussão fora do microfone.)

S.Exa., o Deputado Renato Rainha, colocou minha proposta como sendo falta de inépcia ou vontade de trabalhar.

Eu queria o direito de resposta para esclarecer isso, Sr. Presidente. S.Exa. colocou um argumento de que eu não estaria disposto a participar de duas comissões.

Quero o direito que me cabe.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Deputados Renato Rainha e Chico Floresta, o que estamos fazendo aqui? Estamos em Comissão Geral para discutir. Deputado Chico Floresta, V.Exa. tem o direito de novamente subir à tribuna para discutir, assim como também o tem o Deputado Renato Rainha. A questão não é essa. S.Exa. discordou de um ponto de vista.

A Presidência dá oportunidade à discussão. V.Exa. quer se inscrever? Está inscrito o Deputado Chico Floresta, para discutir. Está inscrito também o Deputado Renato Rainha.

Esperamos que o debate fique no campo das comissões.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é claro que a discussão ficará no campo das comissões. Agora, na verdade, esse campo das comissões é o campo de funcionamento desta Casa. Por exemplo, teremos de - e acho que essa é uma proposta coerente que deveríamos discutir - aumentar o número de Parlamentares que participam do Pequeno Expediente. Em vez de seis, aumentaríamos para oito, pois isso daria aos Parlamentares a oportunidade de, pelo menos durante a semana, terem o direito, no Pequeno Expediente, de colocarem seus pontos de vista sobre fatos que aconteceram ainda durante a semana. Se continuar essa proposta de seis Parlamentares no Pequeno Expediente, provavelmente um grupo de Parlamentares só falará na semana seguinte.

Além do mais, é necessário talvez pensar em adicionar mais uma sessão, pois estamos percebendo um esvaziamento, injustificável, dos trabalhos de plenário. Aqui, por exemplo, não se faz Pequeno Expediente, e nesse período temos a oportunidade de colocar os temas com um tempo muito mais longo e, assim, aprofundar a discussão.

Então, acho que na origem está o aperfeiçoamento do processo legislativo. A quem interessa esse aperfeiçoamento? Ao Partido dos Trabalhadores interessa. Agora, volto a repetir, não interessa procurarmos fazer mudanças - como muito bem disse aqui o Deputado Rodrigo Rollemberg - sem termos nem a atual estrutura funcionando. Esse é o depoimento de uma pessoa da Casa que esteve aqui no seminário. Ela veio aqui e disse isso claramente. Isso está registrado no próprio documento síntese do seminário. Enquanto no Brasil, num período de cinquenta anos, há em torno de dez mil proposições, aqui na Câmara Legislativa há três mil. É preciso reorientar esse esforço todo, que o Deputado Renato Rainha diz que existe, de servidores que estão aí ociosos para fortalecer as atuais comissões. É preciso definir as atribuições, sim; agora, aumentar o número de comissões, no meu entender, é procurar "costurar" interesses políticos que ainda não estão muito transparentes, muito claros.

Está havendo problema na questão da composição de blocos? Para o Partido dos Trabalhadores é muito simples: tivemos uma comissão - pela proporcionalidade, tínhamos direito - importante, a Comissão de Assuntos Sociais, que levanta essas questões todas que estamos discutindo. Uma comissão, principalmente com todo esse desgaste que vai ser cobrado, não interessa ao Partido dos Trabalhadores. Podemos discutir isso no

Diretório Regional e nas instâncias partidárias, porque são elas que dão orientação para a nossa bancada.

Deputado Renato Rainha, V.Exa. perguntou se participaríamos das duas comissões, e respondo que sim, claro. Mas é preciso fazer funcionar as atuais comissões. O que está acontecendo é mais um cheque em branco àqueles que dominam esta Casa. Devemos discutir esse cheque em branco, que eu, pelo menos, não estou disposto a dar.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL) Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, só não consigo entender como a criação de uma comissão temática composta por Parlamentares desta Casa possa ser um cheque em branco a alguém. A comissão irá discutir matérias específicas. Por que a atual estrutura não está funcionando? A reforma que propomos é exatamente para que a atual estrutura funcione melhor.

Sr. Presidente e demais colegas, peço vênica para ler as atribuições da Comissão de Assuntos Sociais, por exemplo: "Proposição de assuntos referentes à educação pública e privada; proposições referentes ao desenvolvimento cultural, esporte, recreação, lazer em todos os seus aspectos; promoção da integração social e prevenção da violência e da criminalidade; assuntos relacionados ao patrimônio histórico e artístico no âmbito do Distrito Federal; estabelecimento e implantação de política de educação para a segurança no trânsito; critérios de fixação de tarifas de serviços públicos e assuntos atinentes a urbanismo e arquitetura, desenvolvimento e integração das regiões e aglomerados urbanos; sistema regional da defesa civil e política de combate a calamidades; proposições de assuntos que digam respeito ao desenvolvimento técnico, científico e cultural; implantação ou transformação de cargos, carreiras e funções e regulamento do funcionalismo civil e proposições referentes à classificação de cargos; defesa do meio ambiente bem como organização e reorganização de repartições da administração direta e indireta; saúde pública, educação sanitária, atividades médicas e paramédicas, ação preventiva em geral, controle de drogas e medicamentos, exercício da medicina e de profissões afins, questões relativas ao trabalho, previdência social; assistência social, direitos, deveres e garantias de servidores públicos."

Ora, uma comissão com uma gama enorme de assuntos certamente não se especializa, fica no geral e não se aprofunda.

Deixo claro ao Sr. Presidente e aos demais Parlamentares que estou defendendo a criação de novas comissões sem nenhuma despesa extra, sem nenhum aumento de estrutura, sem nenhum acréscimo na despesa desta Casa.

Queremos criar comissões específicas porque estamos observando aspectos e situações que estão acontecendo na sociedade para as quais a Câmara Legislativa do Distrito Federal não tem um instrumento eficaz. Por exemplo, uma das comissões sugeridas pela nobre Deputada Maninha e pelo nobre Deputado César Lacerda é destinada a discutir assuntos relativos à segurança pública, ao trânsito e ao transporte. Será que na atual situação não precisamos de um instrumento - sem gerar nenhum gasto para o Estado - para a sociedade analisar melhor a questão da violência e da criminalidade no trânsito e nos transportes em Brasília? Precisamos, sim.

Sr. Presidente, estou disposto a participar de duas e até de mais comissões, se for preciso, para o melhor andamento do Poder Legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT) Para discutir. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamento que esta discussão tenha um viés que não me pareça ser o principal. Acaba-se trazendo para a discussão o aspecto financeiro quando todos os Deputados que se manifestaram, em sua plenitude, concordam com a idéia de não gerar despesas a mais para esta Casa. Não é essa a proposta. O que queremos discutir, com profundidade, é o processo legislativo. O funcionamento desta Casa está a nosso contento? Nós Deputados conseguimos formular leis de qualidade, leis que sejam reconhecidas pelas leis que "peguem". Se for para produzir leis que a própria sociedade não reconheça, o meu mandato é desnecessário.

Os Deputados estão dizendo aqui que as atuais comissões satisfazem, são completas e não há necessidade de criarmos novas comissões. Eu quero saber quantos projetos foram aprovados, pela CCJ, ainda que com defeitos na sua constitucionalidade? Quantos projetos, na CEOF, sequer foram discutidos? Isso não aconteceu porque o Presidente foi bom ou ruim, e, sim, porque a comissão não funcionou e o seu papel não foi cumprido.

O que nós queremos dizer é que esta Casa, quando foi constituída, cumpriu o seu papel com a formulação das cinco comissões. Mas quantos anos se passaram? O debate, na sociedade mudou. Hoje nós temos uma sociedade organizada, que vem a esta Casa, como por exemplo, vieram os moradores do Park Way, querendo discutir o ordenamento territorial. Que comissão temos para responder a essa questão? Quando houve a extinção do programa Saúde em Casa, se existisse a Comissão de Seguridade e Saúde, nós teríamos promovido um debate com a sociedade para saber se seria ou não necessária a continuidade daquele programa.

Estou dando exemplos claros, que mostram que esta Casa precisa mudar o seu processo legislativo e fazer funcionar plenamente as suas comissões, dando oportunidade para que o Deputado possa se integrar à comissão e evidenciando que o debate em plenário não é o principal. O Senado Federal e o Congresso Nacional têm, nas comissões, o papel principal. Quando um projeto vai pronto para o plenário, ele já vai pronto acordado, já vai para ser votado. Nós, aqui, estamos invertendo esse processo.

Quero, portanto, Sr. Presidente, recolocar a discussão no seu lugar. Não se trata de divisão política. Não se trata de questão financeira, mas, sim, da discussão do processo legislativo, que eu considero estar invertido. As comissões têm de ter um papel destacado nesta Casa, pois, por elas, passa a discussão do projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho convicção de que toda mudança traz dúvidas e pode gerar críticas. Por exemplo: a reforma do plenário desta Casa. Houve críticas sobre essa mudança, mas hoje tenho certeza de que todos que aqui trabalham têm a convicção de que essa mudança foi importante, pois o nosso local de trabalho está melhor.

Entre na Câmara Legislativa há um ano. Alguns Deputados estão no segundo ou terceiro mandato. Essas comissões não funcionam porque estão velhas. Elas foram elaboradas pelos primeiros Parlamentares, e nós não temos de ter medo de mudar. Temos de enfrentar o desafio de alterar a forma como isso está definido. Não temos de ter receio disso. As demandas

da sociedade colocam-nos esse momento. A todo instante a sociedade se organiza mais e está mais exigente; a Câmara Legislativa do Distrito Federal precisa acompanhar o desenvolvimento da sociedade.

Os discursos da Deputada Maninha e do Deputado Renato Rainha foram claros, mostrando que são muitas as demandas, e essas comissões são arcaicas, velhas. Acho que temos de cobrar frequência dos Parlamentares. Vamos divulgar isso para a imprensa; não temos de temer. Quando houver reunião de uma determinada comissão, vamos registrar a presença e vamos divulgar, porque há Deputados que não participam e não adianta haver duas, três, cinco, dez comissões se os companheiros não participam. Sr. Presidente, uma das mudanças que quero sugerir é que, a partir de agora, passemos a cobrar a participação dos Parlamentares nas comissões.

Defendo a alteração do número de comissões e das suas estruturas. Entendo que é importante a proposta defendida pelo Deputado Renato Rainha de não haver despesas. Por isso, defendo duas alternativas: ou essa apresentada pelo Deputado Renato Rainha ou a que foi apresentada pelo Sr. Presidente aos Deputados: de redução de gastos em várias áreas da Câmara Legislativa.

Eu não posso negar o que muito bem falou o Líder do PMDB, Deputado Silvio Linhares: mais do que aumentar os gastos, é preciso justificar para a sociedade onde esses recursos estão sendo utilizados, porque, se a sociedade reconhecer que os gastos com as novas estruturas das novas comissões são importantes para agilizar, modernizar e fazer com que a Câmara Legislativa consiga responder às suas demandas, a sociedade não vai reclamar. Agora, se nós deixarmos as comissões do jeito que se encontram atualmente - envelhecidas, sem funcionar, gastando dessa maneira - estaremos errados.

Sr. Presidente, quero dizer que a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores é pela reformulação e reestruturação das comissões conforme foi discutido inicialmente na semana passada e hoje pelos Parlamentares.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de saber se eu estou inscrito para fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - V.Exa. está inscrito para fazer uso da palavra.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Edimar Pireneus.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, acredito que este debate deveria ter sido feito no início da legislatura.

Tenho certeza de que a sociedade evolui de maneira rápida e nós temos de acompanhá-la. O nosso papel inicial foi cumprido e precisamos ter coragem para realizar mudanças mais profundas, como a alteração do nosso Regimento Interno, como a mudança das atuais comissões e como a criação de novas comissões. Isto é necessário para que possamos atender a população de modo rápido.

O que falta nesta Casa é cobrarmos o papel do Parlamentar, dia e noite, na sua função específica que é discutir as questões sociais e políticas

do nosso povo. E, para isso, é preciso que o Parlamentar participe de uma, duas, três comissões e dos seminários realizados pela Casa. É preciso valorizar a instituição que representamos e ter coragem para fazer as alterações.

Quero fazer uma proposta que tenha o apoio da Mesa Diretora para que, a partir do estudo iniciado pela Deputada Maninha e pelo Deputado César Lacerda e das anotações feitas pelos Parlamentares que vieram hoje a esta tribuna discutir as alterações e as ponderações, possamos encaminhar, ao plenário desta Casa, uma proposta, com base neste debate, de criação e alteração das comissões, sem nenhum gasto a mais para a Casa, estabelecendo novas regras para que aquelas pessoas que vão atuar nas comissões não apenas ocupem um cargo, mas exerçam uma função específica em benefício da população.

Além disso, encaminharei, para a Mesa Diretora, a contenção de gastos que precisamos fazer. É necessário que façamos uma reavaliação de toda a situação administrativa para conter gastos, porque essa é uma necessidade que a sociedade está cobrando do Governo, dos Poderes Judiciário e Legislativo.

Não podemos simplesmente discutir esta questão sobre a criação de novas comissões sem discutir paralelamente a questão fundamental para a população: "O que eles estão fazendo para diminuir os gastos da Câmara Legislativa?" Não podemos ter medo de nos expor. Temos de ter coragem e sermos transparentes. Não podemos pensar: "Não vamos falar dos gastos, senão a Casa vai ficar exposta!" Não, a sociedade tem realmente de saber quais são os gastos que temos: desde o gasto com o cafezinho até o gasto com pagamento dos servidores. Temos de ter essa coragem. Não terei medo, não esconderei nenhum gasto. Se for excessivo, temos de acabar com ele.

Por isso, eu peço a compreensão dos Parlamentares que estão ansiosos com a eleição das comissões. A sociedade, por meio da imprensa, cobra que a nossa Casa deveria estar funcionando com o trâmite normal das comissões, votando. Mas, às vezes, é necessário para a história da Casa, para a história Parlamentar, que paremos; não estaremos dando um passo para trás, mas estaremos refazendo, reconstituindo a nossa história, colocando a Câmara Legislativa na modernidade. Com certeza, essa é a minha proposta.

Faço uma tentativa para conduzir essa discussão: solicito que, na próxima semana, os assessores da Casa - servidores capazes e concursados - e dos Parlamentares condensem os pensamentos aqui expostos em uma proposta única, sem gastos. Em seguida, que os assessores da Mesa façam um estudo sobre contenção de gastos e o encaminhe a este Plenário. Dessa forma, poderemos, na próxima semana, votar e eleger os presidentes das comissões, colocando em prática aquilo que todos querem: uma Casa transparente, sem medo do povo. Que possamos condensar os nossos gastos!

Era o que eu tinha a dizer.

(Assume a Presidência o Deputado Edimar Pireneus.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, essa discussão provocada pela Deputada Maninha e pelo Deputado César Lacerda veio em tempo hábil.

É preciso investir. É preciso melhorar a qualidade do trabalho da Câmara Legislativa do Distrito Federal, custe o que custar, porque é preciso mexer, é preciso fazer.

Eu, o Deputado Renato Rainha, o Deputado Silvio Linhares, o

Deputado João de Deus e o Deputado Wasny de Roure, paralelamente às comissões permanentes, somos membros da CPI. Não temos medido esforços e temos nos desdobrado para que, em tempo hábil, possamos emitir o relatório final dessa comissão.

Estou pronto para assumir mais uma comissão. Não tenho faltado a nenhuma reunião da CCJ. Nós precisamos, realmente, atuar.

Se for preciso fazer gastos, que sejam feitos, mas que sejam criadas as comissões que elas funcionem, e que todos os Deputados realmente participem. Esse é o meu ponto de vista, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, uma das primeiras coisas que aprendemos em qualquer curso de formação política do meu partido é a correlação de forças. O Deputado Renato Rainha perguntou por que é um cheque em branco. Não tive tempo de concluir, mas basta ver em termos de proporcionalidade. Hoje temos cinco blocos nesta Casa: dois de Oposição e três de Situação. Se fizermos a distribuição, pelo número de blocos, veremos que 40% das comissões vão ficar com o bloco da Oposição e 60% com o bloco da Situação. Não fiz a conta se alterarmos com oito, mas, com certeza, a participação relativa da maioria nesta Casa, nas comissões, vai aumentar. Esta é a primeira conclusão a que chegamos: a participação relativa da maioria aumenta.

Em segundo lugar, quando se diminui o número de Deputados de sete efetivos para cinco, há a possibilidade de a maioria nesta Casa ter uma interferência maior do que a que já vem tendo, o que não nos permite, absolutamente, levar projetos à frente. Hoje já é raro conseguirmos ter projetos aprovados. A participação relativa dessa maioria aumenta no interior das comissões. Então, vamos perder o pouco que conseguimos no interior das comissões.

Em terceiro lugar, citando o Regimento Interno da Câmara Legislativa, pergunto: por que nunca foram instaladas as subcomissões? Se há assuntos relevantes - como já tivemos o Saúde em Casa, e como temos agora a questão fundiária -, o titular da comissão pode propor e o Plenário, que é tão dócil a aprovações de maioria, pode aprovar a criação de subcomissões para tratar de assuntos emergentes, como foi dito aqui, de interesse da população. Há outra opção à subcomissão: o Regimento ainda dá outra alternativa, que é a criação das comissões temporárias.

Vamos ser claros, a questão não é o problema do Regimento, nem o funcionamento; a questão que está embutida e que estou claramente percebendo é o esvaziamento da nossa intervenção no Plenário e o aumento da participação relativa dos blocos majoritários no interior das comissões. Essa é a questão central que não está sendo evidenciada neste Plenário, mas eu vou fazer questão de, no debate, evidenciar com números e mostrar a diminuição da participação relativa da Oposição nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Silvío Linhares.

DEPUTADO SILVÍO LINHARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, imprensa, assessores, ouvi, realmente, com muita atenção, o nobre Deputado e amigo Chico Floresta. Ouvi, também, o posicionamento do Presidente da Casa, que vem ao encontro do que é a realidade. A sociedade tem necessidade de criação de novas comissões. Temos a obrigação de prestar contas, para a

mesma sociedade que nos trouxe até aqui, dos fatos que vêm acontecendo na cidade e apurá-los. Então, as comissões têm que ser criadas.

Estamos, todos os Deputados, reunidos e imbuídos da responsabilidade de criarmos as comissões sem termos majoração de despesas para o Erário, aproveitando funcionários dos nossos gabinetes e da estrutura da Casa, os assessores que foram nomeados e os que são concursados. Chegamos a esse denominador comum. Com a criação de novas comissões, é claro que se tem de reduzir o número de Parlamentares. O que eu não entendo, mas vou ao gabinete do Deputado Chico Floresta pedir a S.Exa. que me explique melhor, é o número relativo de Deputados. Se a bancada da Oposição é menor do que a da Situação, é uma questão de matemática. Em toda comissão a Oposição vai ter um número menor do que a Situação, mas ninguém pode falar da seriedade, nesse ano que passou, das comissões permanentes e das temporárias aqui instaladas. Coincidentemente com a ausência de um, dois ou três deputados, os que estão aqui presentes, como a Deputada Maninha, o Deputado Paulo Tadeu, o Deputado Chico Floresta, o Deputado Agrício Braga, o Deputado Renato Rainha, o Deputado Aguinaldo de Jesus, o Deputado Wilson Lima e o Deputado Daniel Marques, foram os que participaram, com afinco, das comissões. Os outros que estavam fazendo discurso lá dentro e que não estão aqui são aqueles que não têm a menor participação.

Nós que estamos aqui é que estamos imbuídos dos trabalhos das comissões!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares, concordo que a discussão sobre a criação das comissões é uma discussão política. Lógico que também é uma discussão política, pois essa Casa é uma casa política. Tudo o que se discute aqui tem em vista e como motor propulsor a política com "p" maiúsculo, na tentativa de ser realizar o bem geral. Esse é o modo como eu entendo e vivencio a política. Pelo menos, tenho tentado fazê-lo de forma consciente.

Com relação à proporcionalidade, não haverá mudança alguma nesse critério. Porque se há cinco comissões e vinte e quatro Parlamentares, a proporcionalidade será feita dividindo os 24 por 5. As oito comissões também serão divididas pelos mesmos 24 Deputados. A diferença será o número do partido. Só vai alterar, aumentar o número de governistas ou oposicionistas dentro de uma ou outra comissão, se se aumentar a bancada de governistas ou de oposicionistas, porque a proporção será a mesma. Mantidas hoje as atuais bancadas, o que acontece? Aumenta o mesmo percentual que há hoje nas cinco comissões, vai haver nas oito. Não há, de forma alguma, alteração a ser feita no tocante à proporcionalidade.

Embora seja uma questão de discussão política, ela é também do ponto de vista administrativo desta Casa, para que possamos prestar o melhor trabalho à nossa população. Por exemplo, nós temos a Comissão de Constituição e Justiça, da qual tive a honra de ser presidente, que faz um trabalho maravilhoso e que tem servidores da melhor qualidade. Na medida em que nós destacarmos esses servidores que estão nesta comissão para uma outra e eles trabalharem especificamente no trato, por exemplo, da questão do consumidor, certamente eles terão um trabalho melhor a oferecer à população, porque vão se aprofundar nessa área, desenvolverão um trabalho específico, farão experiências na área, vão se ater à matéria.

Esta Comissão Geral, Sr. Presidente, foi de profunda importância. Acredito que nós encontramos um modo de dar mais instrumentos à

população, sem gerar gastos e ainda vamos fazer um levantamento, junto com V.Exa. e com a Mesa Diretora, para ver se temos algum local em que haja gasto excessivo para a Casa. Havendo, vamos cortá-lo, "na carne" se preciso for, e vamos dar o exemplo que esta Casa sempre deu à população.

Eu recebi o *ranking* das dezoito Câmaras Estaduais deste país. A nossa Câmara só gasta mais do que a do Amapá, a do Acre e a de Roraima, pouquinho coisa a mais. A Câmara Legislativa do Distrito Federal gasta muitas vezes menos do que todas as demais Câmaras dos estados do nosso país.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria apenas de informar a todos que hoje é aniversário de um funcionário da Casa que trabalha junto conosco, pelo qual temos um carinho e um respeito muito grande. Como Líder do PMDB, desejo toda felicidade ao Chefe do Cerimonial, nosso querido Gilberto Lima.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em razão da proposta de reestruturação das comissões permanentes desta Casa e para a aplicação do disposto no art. 15, inciso III, letra "e", do Regimento Interno, submeto a seguinte proposta para referendo do Plenário.

Primeiro, que as eleições das comissões fiquem transferidas para a semana após o Carnaval. Segundo, que a Mesa Diretora faça a designação de uma comissão de assessores para sintetizar o pensamento dos Parlamentares quanto à criação de novas comissões e à reestruturação, lembrando que não pode haver nenhum gasto extra para a Câmara Legislativa. E mais: que seja apresentado, junto com essa proposta, um estudo para reduzir o gasto desta Casa, como exemplo para as outras Câmaras e Poderes Públicos.

Para isso, preciso do referendo dos Parlamentares aqui presentes. Aqueles que não concordarem manifestem-se publicamente, posicionando-se sobre a proposta. A Mesa Diretora vai fazer todo o encaminhamento, reservando toda a semana para estudar. Precisamos estudar todas as atribuições das comissões. Precisa-se modificar, inclusive, a composição das comissões e, também, a distribuição do dia e dos horários de funcionamento das comissões, porque há o Parlamentar que vai participar de duas comissões. É um estudo que precisa de, no mínimo, uma ou duas semanas de prazo para sua conclusão.

Por isso, eu gostaria de obter o referendo, para que possamos encaminhar.

Há, ainda, a preocupação com a imprensa. Todos devemos ter uma posição consensual que não seja produzida pela Presidência da Mesa, mas, sim, por todos os Parlamentares, numa demonstração de que os Parlamentares desta Casa estão de acordo num tópico. Não queremos aumentar gastos. Queremos, sim, que a Câmara Legislativa reduza seus gastos.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, considero correta a proposição de V.Exa. na elaboração da proposta da comissão. É interessante, que cada Líder de bancada acompanhe o desenvolvimento dessa proposta, porque é mais fácil,

num momento final, chegarmos a um acordo sem fazer discussões sobre discussões.

Portanto, solicito que os Líderes de blocos acompanhem todo o desenvolvimento da proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência está de acordo. Todos sabem que a proposta tem de vir a Plenário para ser votada por todos os Parlamentares.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme tive oportunidade de falar no meu primeiro pronunciamento, creio que é dever, no caso, da Presidência e da Mesa Diretora apresentar para a sociedade de Brasília e para todo o Brasil uma proposta de redução de custos, conforme iniciativa louvável de V.Exa. Creio que V.Exa. será bastante elogiado por esta iniciativa.

Não podemos, de forma alguma, deixar que uma situação como essa - a criação de algumas comissões, que terão custos, inclusive indiretos e não apenas com funcionários, - sirva de alibi para a criação de novas comissões, sem o debate com a sociedade.

Temos que abrir esse debate. Fiz questão de levantar as implicações políticas, porque as considero sérias. Creio que trarão uma camisa-de-força ainda maior para a Oposição neste plenário, infelizmente.

Quero deixar isso registrado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai encerrar a Comissão Geral, tendo o acordo que encaminhou com os Srs. Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Comissão Geral.

(Levanta-se a Comissão Geral às 13h14min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 2ª
(SEGUNDA)**

**SESSÃO SOLENE
EM COMEMORAÇÃO AO
DIA DO PAPILOSCOPISTA POLICIAL,**

EM 25 DE FEVEREIRO DE 2000.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Wasny de Roure

LOCAL: Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 10 horas e 20 minutos

TÉRMINO: 12 horas e 16 minutos

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

Realiza-se nesta data a sessão solene em comemoração ao Dia do Papiloscopista Policial.

2 - COMPOSIÇÃO DA MESA

- PRESIDENTE DA SESSÃO E PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CLDF, Deputado Wasny de Roure;
- SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE, Fernando Naves;
- LÍDER DO PL E AUTOR DO REQUERIMENTO, Deputado Renato Rainha;
- DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, Edson Rezende de Oliveira;
- DIRETOR-SUBSTITUTO DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO DF, José Wellton de Sousa Bezerra;
- PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PAPILOSCOPISTAS, Júlio Gomes Martins;
- PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS POLICIAIS FEDERAIS E PROFISSIONAIS PERITOS EM IDENTIFICAÇÃO, Êuler da Veiga Dia.

3 - PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO RENATO RAINHA, autor do requerimento.

- Faz breve histórico da atividade de papiloscopista no DF.
- Descreve o trabalho dos papiloscopistas, ressaltando a importância de ações e projetos que visam ao resgate da cidadania.
- Cita dados estatísticos e casos policiais que corroboram a eficiência deste trabalho.
- Lembra que o Dia do Papiloscopista Policial é comemorado em 5 de fevereiro.
- Estende esta homenagem aos papiloscopistas do País.
- Reivindica o pagamento integral da Gratificação de Operações Especiais aos policiais do DF e informa as negociações que vem desenvolvendo com os Governos local e federal em prol de remuneração digna para a categoria.
- Declara que, enquanto estiver na CLDF, prestará anualmente esta homenagem à categoria.

DEPUTADO PAULO TADEU, em nome da bancada do PT.

- Denuncia a falta de recursos do setor de identificação, consequência do descaso das autoridades.
- Defende a reversão dos recursos arrecadados pelo setor em benefício da categoria.
- Reconhece a importância do trabalho dos papiloscopistas na identificação dos cidadãos e na elucidação de crimes.
- Reafirma o compromisso do PT com a categoria.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS, em nome do PDT.

- Lembra sua trajetória de vida até chegar à CLDF, confrontando os sonhos com a realidade de ser policial.
- Relata situações em que o Governador Roriz e autoridades de seu Governo demonstraram desinteresse em cumprir as promessas de campanha, particularmente o pagamento integral da Gratificação de Operações Especiais aos policiais civis.
- Acredita que o Governador Roriz só cumprirá suas promessas diante da ameaça de paralisação da categoria.

DEPUTADO ALÍRIO NETO, em nome do PPS.

- Destaca a atuação dos Deputados João de Deus, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Wasny de Roure e dos demais companheiros da bancada do PT como defensores dos interesses da categoria.

- Sienta a ação desenvolvida recentemente pelos papiloscopistas na zona rural do DF, com o objetivo de prestar assistência aos moradores locais.

- Refere-se ao seu empenho, juntamente com outros colegas, em buscar a transformação da imagem negativa que a sociedade tem da Polícia.

- Esclarece por que propôs a concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília a Júlio Martins.

- Defende a autonomia da categoria.

- Menciona a moção, de sua autoria, que discorda da atual escala de trabalho adotada pela Polícia Civil do DF.

- Conclama seus pares a lutarem pela alteração dessa escala.

- Reafirma seu orgulho em ser policial civil, a despeito do preconceito da sociedade.

ÊULER DA VEIGA DIA, Presidente da Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação.

- Explica a origem do termo papiloscopista.

- Cita os casos da bomba do Itamaraty e do recente serviço prestado à Agência Nacional de Energia Elétrica - Anaeel, ao reforçar que os papiloscopistas precisam ser peritos no desempenho de suas atividades a fim de obterem êxito.

- Defende a homogeneização da nomenclatura dos profissionais da área.

JÚLIO GOMES MARTINS, Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas.

- Compara o reconhecimento da categoria na Lei Orgânica do DF ao Decreto nº 4.764, de 1903, que instituiu a identificação civil e criminal por meio das impressões digitais.

- Enumera as reivindicações da categoria, que têm sido objeto de propostas de parlamentares desta Casa.

- Denuncia a defasagem entre o salário precário e as responsabilidades dos policiais.

- Elogia a CLDF por promover, desde sua instalação, o diálogo com todas as setores da sociedade.

JOSÉ WELLTON DE SOUSA BEZERRA, Diretor-Substituto do Instituto de Identificação da Polícia Civil do DF.

- Informa a posição dos papiloscopistas na estrutura policial do DF.

- Exalta o trabalho técnico realizado pela categoria, enumerando suas atividades.

- Destaca os programas de alcance social promovidos pelos profissionais da área.

EDSON REZENDE DE OLIVEIRA, Diretor do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal.

- Concorde com o Deputado Paulo Tadeu que os recursos arrecadados pelos Institutos de Identificação sejam utilizados em prol da melhoria das condições de trabalho dos papiloscopistas.

- Reconhece que o Instituto de Identificação de Brasília, bem como as Polícias Civil e Militar do DF, conquistou o respeito das autoridades nacionais e internacionais devido à seriedade do seu trabalho técnico, especificamente dos papiloscopistas.

- Comenta o relacionamento entre as Polícias Civil e Militar no DF e o trabalho realizado pelas entidades de classe.

- Promete levar ao 5º encontro da categoria, em setembro, no Rio de Janeiro, a aspiração de que sempre haja técnicos na direção dos trabalhos nas áreas de Medicina Legal, Criminalística ou Identificação.

FERNANDO NAVES, Secretário-Adjunto da Secretaria de Solidariedade.

- Lembra sua participação na 1ª legislatura da CLDF e na elaboração da Lei Orgânica.

- Acredita que os papiloscopistas irão alcançar seus objetivos por intermédio de seus representantes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE, Presidente da Sessão e Primeiro-Secretário da CLDF.

- Lê um artigo de Benedito Domingos Mariano, ouvidor da Polícia Militar de São Paulo, de Hélio Bicudo, jurista que tomou posse recentemente da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, e de Godofredo Teles Júnior, reconhecido jurista brasileiro, publicado na *Folha de S. Paulo* desta semana.

- Conclama os papiloscopistas a integrarem a luta por uma polícia mais íntegra e mais preparada.

4 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Solicita o registro, nos Anais da Casa, do discurso do Deputado Chico Floresta, a pedido, em virtude de este parlamentar ter que se ausentar da sessão.

5 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

- Declara encerrada a sessão.

II - DETALHAMENTO

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores, muito bom-dia. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. A Câmara Legislativa do Distrito Federal sente-se muito honrada com a presença dos senhores.

Neste momento, daremos início à sessão solene em comemoração ao Dia do Papiloscopista Policial, em atendimento a requerimento do Exmo. Sr. Deputado Renato Rainha.

Convido para compor a Mesa de Honra desta sessão solene as seguintes autoridades: o Exmo. Sr. Presidente Regional do PT, Primeiro Secretário desta Casa, que, nesta oportunidade, presidirá esta sessão, Deputado Wasny de Roure; o Sr. Secretário Adjunto da Secretaria da Solidariedade e ex-Deputado Distrital, Fernando Naves; o Exmo. Sr. Presidente Regional do PL, Líder do PL nesta Casa e autor do requerimento que propiciou a realização desta sessão, Deputado Renato Rainha; o Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Edson Rezende de Oliveira; o Sr. Diretor Substituto do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, José Wellton de Sousa Bezerra; o Sr. Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas, Júlio Gomes Martins; e o Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação, Êuler da Veiga Dia.

Neste momento, convidamos as senhoras e os senhores presentes a se colocarem de pé para entoarmos o Hino Nacional.

(Hino Nacional.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Registramos, ainda, as presenças dos seguintes convidados: Sr. Hilton Soares Sacerdote; Sr. Jairo de Azevedo Matos Filho; Sr. Ailton Francisco Ferreira; Sr. João Eduardo Felício Müller; Sr. Sebastião Gregório da Silva; Sr. Nilton Edegar Pfeifer; Sr. Edilson de Almeida Araújo; Sr. Júlio César Lobo Monteiro; Sra. Lilian Kátia Pereira; Sra. Lúcia Alves Muniz; Sra. Fabíola Cruz de Sousa Maciel; Sr. Marcelo Luiz Nascimento; Sr. Wilton Luiz R. de Araújo; Sr. Willian dos Santos Vieira Júnior; Sr. Domingos de Jesus Magalhães; Sr. Claudionor Batista dos Santos; Sr. Carlos Eduardo Lima da Silva; Sr. Renato Sérgio Santos; Sr. Adilson Alves de Oliveira; Sr. Adailton José Braga; Sr. Taã Oliveira Queiroz;

Sra. Ritta Margarida Paim de Carvalho Lima; Sr. Rogério Monteiro de Oliveira; Sra. Luciane Silveira Duarte; Sr. Robson Alexandre Machado; Sr. Max Araújo Costa; Sr. Lourival Rodrigues Ferreira; Sra. Katia Matrosov de Moura Mazépas; Sr. Edilson Jacobson Coelho de Almeida; Sra. Léia Silva de Araújo; Sra. Denilza Contaeffer Laustin; Sr. José Adilson Ferreira Brandão; Sra. Jovane Nonato da Conceição; Sr. Paulo Luiz Souza Azevedo e Sr. Leonardo César Mendes Reis.

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Wasny de Roure para fazer a abertura oficial desta sessão e presidir os seus trabalhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Declaro aberta a presente sessão solene que, por proposta apresentada pelo Deputado Renato Rainha e votada por unanimidade desta Casa, destina-se à comemoração do Dia do Papiloscopista Policial.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Uma vez composta a Mesa, convido o nobre Deputado Renato Rainha, autor do requerimento, a fazer a sua manifestação em homenagem ao Dia do Papiloscopista.

Damos as boas-vindas a todos, em nome do Presidente desta Casa, Deputado Edimar Pireneus, pois esta Casa é dos senhores e do nosso povo. Ela é legitimada, sobretudo, pela presença de vocês.

Com a palavra o Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Exmo. Sr. Presidente desta sessão e Presidente Regional do PT do Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure; Ilmo. Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Solidariedade, querido ex-Deputado desta Casa, Fernando Naves; Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação do Departamento da Polícia Federal, Dr. Edson Rezende de Oliveira, muito obrigado pela suas presenças que muito honram esta sessão e esta Casa; Ilmo. Sr. Diretor Substituto do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, nosso especial amigo, José Wellton de Sousa Bezerra; Ilmo. Sr. Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas, meu companheiro de antigas lutas, Júlio Gomes Martins; Ilmo. Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação, Êuler da Veiga Dia, muito obrigado por sua presença representando a categoria de papiloscopistas, peritos em identificação, de todo o nosso país. Tenho muita honra em recebê-lo aqui. Meus prezados amigos, companheiros papiloscopistas, policiais civis do Distrito Federal, companheiros das demais categorias da Polícia Civil presentes, senhoras e senhores, foi uma honra ter aprovado, por unanimidade desta Casa, o requerimento para a realização desta sessão solene demonstrando o reconhecimento do Poder Legislativo ao excelente, competente e honrado trabalho desenvolvido pelos companheiros papiloscopistas policiais do Distrito Federal.

Faço um agradecimento, em especial, ao meu amigo Aguinaldo, do Sinpol, pessoa que veio a esta Casa, nos trazer a sugestão, também ao Paulo Mauricio, papiloscopista policial, que nos dá a honra de tê-lo conosco na Assessoria de Gabinete e que também envidou esforços para que pudessemos estar realizando esta sessão hoje. Aguinaldo, muito obrigado pela inspiração. Paulo Mauricio, muito obrigado pelo trabalho para que esta sessão pudesse ser realizada hoje. Muito obrigado pela presença maciça de vocês nesta Casa. É uma honra e uma emoção muito grande poder recebê-los.

Quero fazer aqui um breve histórico: em 1957, ocorreu o início das atividades de identificação no Distrito Federal com a criação de um setor de identificação subordinado à Divisão de Segurança Pública, órgão ligado à Novacap; em 1961, criou-se o Instituto de Identificação do Distrito Federal,

subordinado à Divisão de Polícia Científica; em 1963, inaugurou-se o Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal INI-DPF, absorvendo as atividades desempenhadas pelo Instituto de Identificação e, em 1974, houve a transferência dos serviços de identificação civil para a Secretaria de Segurança do Governo do Distrito Federal e, hoje, o Instituto de Identificação do Distrito Federal é um órgão vinculado à Polícia Civil do Distrito Federal, que é uma entidade, um organismo autônomo na estrutura organizacional do Distrito Federal.

O Instituto de Identificação, por meio dos seus papiloscopistas policiais, desenvolve atividades como a busca da solução dos crimes, uma das mais difíceis, entre outras atividades que nós vamos enumerar, mas que encontra solução por meio do trabalho competente autônomo, funcionalmente independente e dinâmico dos senhores.

Quero lembrar algumas atividades executadas pelos papiloscopistas policiais, já que não será possível mencionar todas, pois, se o fizermos, certamente não sairemos daqui tão cedo. Os papiloscopistas policiais, por meio do Instituto de Identificação, fazem: a identificação civil visando o fornecimento da carteira de identidade e do atestado de antecedentes; a identificação criminal que objetiva a individualização do indiciado; perícias papiloscópicas em locais de crime, que visam determinar a autoria da prática delituosa mediante o confronto das impressões digitais; identificação de cadáveres; elaboração de retrato falado visando fornecer subsídios às atividades investigatórias; identificação dos visitantes nos estabelecimentos prisionais, visando evitar a fuga de presos; identificação dos idosos nos asilos e demais centros de assistência às pessoas da terceira idade, bem como nos eventos comunitários específicos para idosos, com a finalidade de fornecer-lhes carteiras de identidade; identificação de enfermos nos hospitais com o mesmo objetivo; identificação de deficientes físicos em suas próprias residências, quando impossibilitados de comparecer aos postos de identificação, também visando o fornecimento da carteira de identidade; realização de projetos de identificação civil, tais como o Polícia, Educação - Cidadania na Mão, que objetiva a identificação civil dos estudantes da rede pública e particular de ensino nos próprios estabelecimentos educacionais, a realização de palestras para a comunidade estudantil, levando aos jovens alunos esclarecimentos quanto ao cuidado com a guarda da carteira de identidade e demais documentos, informações sobre o poder destrutivo das drogas e sobre os cuidados com a segurança pessoal e de terceiros. Temos também o projeto Identidade Solidária, em fase de implantação, que se destina a levar o direito à cidadania, por meio da carteira de identidade, às comunidades carentes, com atendimento seletivo e orientação sobre cidadania, higiene, segurança e melhoria de vida.

O Instituto de Identificação, por intermédio de seus membros e dos seus representantes, têm participado de várias ações comunitárias, como, por exemplo, a Ação Global, que, certamente, é uma das atividades mais procuradas pela sociedade entre os eventos comunitários.

Quero relatar um breve resumo estatístico, pois é importante ressaltar esses dados para que possamos documentar, pelo menos de forma sucinta e resumida, o magnífico e gigantesco trabalho desempenhado pelas senhoras e senhores. Somente vocês e aqueles que têm o privilégio de, como eu, conhecer como é desempenhado esse trabalho é que sabemos com quanta dificuldade, com quantos obstáculos, com a ajuda de tão poucos meios materiais e com pouco reconhecimento remuneratório os senhores realizam esse magnífico trabalho. Dois milhões, duzentas e trinta mil pessoas identificadas civilmente; cerca de cento e vinte mil carteiras de identidade expedidas, por ano, no Distrito Federal; cerca de cinco mil crimes solucionados em função das impressões digitais desde 1987, com cerca de

quinhentos crimes solucionados anualmente pelo processo de coleta, avaliação, investigação e de perícias das impressões digitais, em locais de crime - quando se chega ao local não há nenhuma pista, pelo menos, em tese, para iniciar uma investigação, mas lá vai o papiloscopista, por intermédio de uma pequena parte de uma impressão digital, desenvolver um estudo maravilhoso, e chega-se à solução daquele crime - cerca de vinte mil cadáveres identificados pelas impressões digitais desde 1974. Houve, ainda, cerca de sessenta mil identificações criminais de indiciados desde 1974, cerca de trezentos mil atestados de antecedentes emitidos, cerca de novecentos mandados de prisão cumpridos após identificação nos postos de identificação, quando da emissão da segunda via da carteira de identidade e cerca de quinhentos retratos falados confeccionados anualmente.

Quero lembrar aqui apenas alguns fatos. Houve o conhecido caso em 1989, do chamado "homem-aranha", aquele criminoso que furtava apartamentos na Asa Norte e na Asa Sul, escalando paredes e entrando pela sacadas. O criminoso foi identificado e a polícia pode prendê-lo exatamente em função do trabalho feito pelos papiloscopistas policiais.

Cito alguns casos envolvendo bancos apenas no ano de 1999. Os casos do Bamerindus, na Ceilândia; do Banco de Crédito Nacional, no Setor Comercial Sul; do Itaú, no Setor Comercial Sul; do Banco do Brasil, na CLS 302, e do BRB, no Conic.

Houve os casos de arrombamento, em que era autor o Sr. Manoel Neto Marinho da Silva, que participou de furtos e roubos em cinco bancos, num tribunal, na Administração Regional de Brasília e em vinte e cinco estabelecimentos comerciais dos Setores Comerciais Norte e Sul. Esses crimes também foram identificados por intermédio do trabalho do Instituto de Identificação.

Homicídios. Cito o caso daquela senhora, Sra. Creusa Ribeiro da Silva, que foi esquartejada em quatorze pedaços em outubro de 1991, o caso

do funcionário do GDF, da QNP 10, Ceilândia, e o latrocínio do Sargento da Aeronáutica em janeiro de 2000.

Sequestros. O Instituto de Identificação teve uma participação fundamental na identificação dos autores nos casos dos sequestros de Wagner Canhedo Filho, de Cleucy Meirelles Estevão de Oliveira e de Fernando Oliveira Soares da Fonseca.

Há outros trabalhos de destaque que, à primeira vista, pareciam sem nenhuma solução sob o ponto de vista da identificação da autoria, nos quais perderíamos horas e horas elencando. Graças ao trabalho, dedicação, devoção e amor à profissão, à instituição e à sociedade que as senhoras e os senhores desempenham, chegou-se à solução desses casos, entregando os autores dos crimes ao Poder Judiciário a fim de que todas as medidas fossem tomadas para uma punição exemplar.

O dia 5 de fevereiro foi o Dia do Papiloscopista Policial. Por uma questão de organização de datas nesta Casa, não pudemos fazer, naquele momento, esta homenagem. Estamos fazendo hoje. Estamos aqui tentando, de uma forma simples e singela, homenagear a categoria de papiloscopista policial do Distrito Federal. Estendo a homenagem também a todos os papiloscopistas do nosso país -, em reconhecimento dos relevantes serviços prestados.

Este é um momento de homenagem, também de reflexão e de reivindicação. Mais uma vez, precisamos ocupar esta tribuna para lembrar que os nossos companheiros papiloscopistas policiais do Distrito Federal e os nossos companheiros policiais civis do Distrito Federal ainda não estão recebendo, da parte do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal, os

compromissos acordados ainda na época de campanha, como o pagamento integral da Gratificação de Operações Especiais, atribuído - com muita justiça - aos companheiros da Polícia Federal, a quem rendo nossa homenagem e reconhecimento.

Estamos aguardando um parecer da Dra. Maria Lúcia, do Ministério de Orçamento e Gestão. Inclusive, fiz um contato com ela hoje pela manhã, quando fui informado de que, possivelmente, até sexta-feira da semana que vem, ela nos traria todo o trabalho concluído, para que possamos ir até o Ministro Pedro Parente cobrar esse compromisso e atribuir aos senhores e aos demais policiais civis uma remuneração justa e digna, enfim, um direito que lhes é devido, reconhecido por decisão judicial. Lamentavelmente, o Governador do Distrito Federal, apesar de ter prometido em campanha, não cumpre, neste momento, o compromisso, as decisões judiciais e a lei. Haveremos de buscar esse direito com muita dignidade, com muita luta e com muita união porque nós, como ninguém, sabemos respeitar e fazer cumprir o direito da sociedade. Também conhecemos nossos direitos e sabemos persegui-los e vamos fazê-lo até que esses compromissos sejam devidamente cumpridos por quem de direito.

Finalizo dizendo que é uma honra e uma emoção muito grande ser policial civil do Distrito Federal e ser companheiro e amigo de vocês. Em todo lugar a que vou, sempre que posso, digo que sou policial civil do Distrito Federal. Tenho orgulho da competência profissional das senhoras e dos senhores pois somos, certamente, a melhor Polícia Civil deste país e uma das melhores polícias do mundo. Muito mais que o orgulho profissional de ser companheiro das senhoras e dos senhores, tenho orgulho de conhecer o caráter e a postura pessoal de cada um dos senhores e das senhoras a quem tenho a imensa honra de tê-los como meus amigos.

Então, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, neste momento, por este ato, registra, de forma sucinta, as atividades das senhoras e dos senhores, em prol da sociedade do Distrito Federal. Deixo aqui o nosso agradecimento em nome da população brasiliense. Rogo a Deus que os ilumine para que continuem desempenhando esse trabalho com esse profissionalismo, com essa dedicação e com essa devoção que têm pela sociedade do Distrito Federal e do nosso país.

Muito obrigado! Um abraço a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Quero dizer ao Deputado Renato Rainha que, a despeito de não estarmos comemorando o Dia do Papiloscopista no dia 5, eu me sinto até um tanto quanto gratificado porque nesse dia eu não me encontrava em Brasília e não poderia, portanto, participar desta homenagem aos papiloscopistas.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT) . Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, infelizmente, tenho agora uma audiência no Congresso Nacional. Fiz questão de participar desta homenagem, pois essa categoria merece o nosso respeito.

Solicito a V.Exa. que registre nos Anais da Casa o discurso que eu iria fazer em homenagem ao Dia do Papiloscopista.

Eu gostaria de ressaltar que a natureza, em sua dinâmica, e em sua evolução, criou um sentido de diversidade tão grande que permite a cada um de nós mostrar as nossas diferenças por meio de nossa impressão digital. Esse é o trabalho dos papiloscopistas que estão, desta forma, unidos à natureza e ao nosso meio ambiente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Esta

Presidência acata a solicitação de V.Exa. e também registra a razão de sua ausência.

(Discurso a que se refere o Deputado Chico Floresta.)

Neste mundo de complexa tecnologia, em que, por meio da Internet, conseguimos nos comunicar com praticamente qualquer parte do globo em tempo real, por vezes, Sr. Presidente, sentimo-nos tão triunfantes e capazes que nos esquecemos do rico poder da natureza. Entretanto, a todo instante, a natureza se manifesta para mostrar sua força, às vezes, de forma complexa, às vezes, de modo mais sutil.

Um das dessas manifestações, que torna cada um de nós um ser singular e único, revela-se pela impressões digitais. Por mais parecidos que sejam dois indivíduos, jamais terão digitais idênticas. É como se o poder maior da natureza estivesse a nos lembrar a diversificação de que é capaz, a amplitude dessa energia de criatividade e multiplicidade infindas.

Exatamente pela capacidade de identificar cada pessoa de forma inequívoca é que as impressões digitais tornam-se importante instrumento de cidadania, por meio da obtenção da carteira de identidade. Esse documento leva ao cidadão a certeza de poder comprovar quem, de fato ele é, porque, além do local e data de nascimento, filiação e CPF, há ali uma foto, como a dizer este é fulano e não sicrano. Talvez por isso, sobretudo as pessoas mais humildes orgulhem-se tanto em possuir uma carteira de identidade.

Mas essa brava categoria que homenageamos no dia de hoje, os papiloscopistas, sabe como é árdua, difícil e penosa a tarefa de garantir a todos os brasileiros uma cédula de identidade. Nesse sentido, os papiloscopistas do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal são incansáveis na luta para garantir que o maior número possível de cidadãos possam contar com a carteira de identidade.

Assim é que, não raro, vamos encontrar as unidades móveis do CPT em asilos, para identificação de idosos; em hospitais, para identificação de enfermos e em residências, para identificação de pessoas com deficiência. Os papiloscopistas estão em todos os locais onde for possível levar ao cidadão a cédula de identidade.

Quantas não são as pessoas, moradoras de regiões mais distantes do Distrito Federal, que ficam contando nos dedos os Dias para eventos, como a Ação Global, nos quais haverá a presença do CPT para o fornecimento da carteira de identidade?

Mas todos nós sabemos que o trabalho dos papiloscopistas se estende também a outras áreas que são primordiais no processo de investigação criminal. Decerto, se apesar da sofisticação dos marginais de hoje ainda é possível dizer que não há crime perfeito, em grande parte se deve ao trabalho metódico e incansável dos papiloscopistas na coleta das impressões digitais nos locais dos crimes. Por meio das digitais, inicia-se o caminho que conduz à captura de assassinos, estupradores e traficantes. É também por meio das digitais que inúmeras famílias conseguem, finalmente, identificar seus entes desaparecidos e sepultá-los de forma digna.

Outro aspecto que merece reconhecimento no trabalho dos papiloscopistas é a elaboração de retratos falados. Trata-se de apurada técnica que, por meio do relato de testemunhas e vítimas, reconstitui o rosto de marginais que se julgavam inatingíveis.

Poderíamos, Sr. Presidente, continuar no relato das inúmeras atribuições de que se incumbem os papiloscopistas, mas, neste dia de festa, queremos terminar, desejando que todos eles continuem firmes e incansáveis no trabalho de identificação em todos os sentidos. Brasília precisa de vocês, nós precisamos de vocês. Parabéns!

Muito obrigado!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Registramos também as presenças da Deputada Maninha, do Deputado Paulo Tadeu, Líder da Bancada do PT; do Deputado João de Deus, Líder do PDT; do Deputado Alirio Neto, Líder do PPS; do Presidente da Associação Brasileira dos Papiloscopistas Policiais, José Luiz Lopes; do perito criminal, representante da Coordenação da Polícia Técnica do Distrito Federal, Edésio Luiz de Sousa; da Diretora do SAA - Serviço de Apoio Administrativo - Carmélia do Egypto, bastante conhecida de todos nós; do Diretor do Sinpol, Aguinaldo Soares Rodrigues; do Diretor da Divisão de Identificação do Instituto de Identificação, Eliud Sousa Martins Júnior.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU - Exmo. Presidente desta sessão, Deputado Wasny de Roure; Sr. Secretário Adjunto da Secretaria da Solidariedade, Fernando Naves; Exmo. Sr. Deputado Renato Rainha, autor do requerimento que propiciou a realização desta sessão; Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Edson Rezende de Oliveira; Sr. Diretor Substituto do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, José Wellton de Sousa Bezerra; Sr. Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas, Júlio Gomes Martins; Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação, Êuler da Veiga Dia; nossa companheira, Deputada Maninha; Deputados Alirio Neto, João de Deus, profissionais da Polícia Civil, é com muita honra que, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, eu, os Deputados Wasny de Roure, Chico Floresta, Lucia Carvalho e Maninha, estamos aqui hoje, nesta data comemorativa, rendendo uma homenagem a essa categoria que presta serviços importantíssimos e essenciais para toda a sociedade.

Sabemos que a falta de recursos tem constituído um grande obstáculo para melhorar o atendimento à população do Distrito Federal, que é levada, muitas vezes, a conviver com enormes filas. Há um flagrante descaso das autoridades para com esses profissionais e para com a população. Todos sabemos que, entre as diversas atividades, a emissão de carteira de identidade é uma das que têm a maior abrangência popular. Portanto, temos que envidar todos os esforços para buscar recursos para investir nesse setor. A bancada do PT aqui na Câmara Legislativa tem todo o compromisso nesse sentido. Nesse aspecto, tomamos conhecimento do que tem ocorrido e parabenizamos os papiloscopistas pela idéia de criar, no Distrito Federal, o Posto de Identificação Itinerante com o uso de ônibus, a exemplo do que foi feito pelo Governo Democrático e Popular com o Ônibus do Cidadão. Entendemos que essa iniciativa vai beneficiar sobremaneira aquela parcela da sociedade, que, menos favorecida, muitas vezes necessita de ações como essa para ter seus direitos garantidos.

Além desta tarefa fundamental para a sociedade, que é a emissão de carteiras de identidade, esses profissionais ainda colaboram para a elucidação de crimes quando identificam criminosos e vítimas, muitas vezes, corpos em estado de decomposição já adiantado, graças à utilização de refinadas técnicas. Isso sem contar - como frisamos anteriormente - com o investimento que se faz necessário na área de atuação. Não poderíamos deixar de reforçar o que o nobre Deputado Renato Rainha mencionou, até porque, como trabalhadores e servidores públicos, vocês são vítimas de uma política hoje desencadeada em nível nacional e aqui no Distrito Federal que é de tirar os direitos dos trabalhadores e servidores públicos, muitas vezes arrojando os seus salários, muitas vezes não cumprindo suas promessas de campanha.

É evidente que a categoria organizada hoje no Sinpol tem o

compromisso efetivo de lutar pelos seus direitos, de lutar por aquelas promessas que muitas vezes são feitas durante as campanhas, mas, logo em seguida, são esquecidas pelos governadores ou por aqueles que foram eleitos. Eu não poderia deixar de destacar aqui que o compromisso dos Deputados ligados à Polícia Civil tem sido diário, assim como o compromisso do nosso companheiro da Polícia Militar, Deputado João de Deus.

Nós, que não somos policiais, mas que temos a compreensão do papel que vocês desempenham na sociedade, sabemos que somente por meio da luta da classe trabalhadora em busca dos seus direitos e contra as políticas que visam destruir o patrimônio público do povo brasileiro, contra a política que tenta privilegiar a iniciativa privada, o capital, será capaz de combater a injustiça social. E é por isso que a bancada do PT nesta Casa trava, diariamente, uma luta insistente e incessante no sentido de combatermos esse mal maior que vem destruir a vida de cada cidadão, de cada trabalhador.

A vocês fica aqui a nossa solidariedade, a nossa homenagem e, ao mesmo tempo, o nosso compromisso, o compromisso da bancada do Partido dos Trabalhadores de cobrar do Governo Roriz as promessas de campanha, as quais, até o momento, tantos servidores públicos, sejam eles policiais civis, policiais militares ou dos diversos órgãos, não viram serem cumpridas. E nós, Parlamentares da Câmara Legislativa, temos essa responsabilidade, até como Poder Legislativo dentro do Distrito Federal, de estar cobrando e, ao mesmo tempo, de estar prestando todo apoio à luta de vocês.

A categoria de vocês consegue obter uma arrecadação por meio das taxas cobradas pelos serviços prestados, segundo o que as estimativas que nos chegam revelam, entre 1998 e 2000, de aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O que esses trabalhadores almejam é que esses recursos sejam investidos na melhoria e na qualidade do trabalho que prestam à sociedade. Isso é o mínimo que se pode esperar de um governo sério, de uma sociedade séria. Por isso, podem contar com a bancada do Partido dos Trabalhadores e, evidentemente, com os nobres Deputado Renato Rainha, Alirio Neto e João de Deus, e com toda a bancada da Oposição, na luta por essa conquista que é mínima diante do trabalho tão digno que vocês realizam.

Portanto, parabenizo todos em nome do Partido dos Trabalhadores da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra ao Deputado João de Deus, que falará pela Liderança do PDT.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Primeiro Secretário desta Casa, Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Solidariedade, Fernando Naves; Exmo. autor do requerimento que possibilitou a realização desta sessão, Deputado Renato Rainha; Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Edson Rezende de Oliveira; Sr. Diretor Substituto do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, José Wellton de Sousa Bezerra; Sr. Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas, Júlio Gomes Martins; Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação, Êuler da Veiga Dia; senhoras e senhores, companheiros da Polícia Civil do Distrito Federal, meu nome é João de Deus Silva Carvalho. Sou brasileiro do Estado de Alagoas. Nasci na foz do Rio São Francisco, vim para o Distrito Federal em 1972, aqui fui faxineiro, jardineiro, servente de pedreiro, garçom, e tinha um sonho: ser policial. Naquele momento, não tive a oportunidade de ingressar nas fileiras da Polícia Civil, mas ingressei nas fileiras da Polícia Militar do Distrito Federal com o sonho de, um dia, ver uma polícia única,

desmilitarizada, bem formada, bem paga, para tratar da segurança dos cidadãos do Brasil e, em particular, do Distrito Federal, até porque nós, policiais, somos frutos da sociedade e a ela prestamos um inestimável serviço.

Todos, no individual, querem ser amigos de um policial. No coletivo, nos odeiam, mas no individual, não. Dizem: "Sou amigo do Deputado Renato Rainha. Sou amigo do Perpétuo". Mas, no coletivo, dizem: "Isso é truculência, violência. Na grande maioria das vezes são brutos, analfabetos etc."

Aprendi a falar a palavra papiloscopista porque o Deputado Renato Rainha, certa vez, ali mesmo na sala do cafezinho, depois de eu falar a palavra errada, fez com que eu a repetisse corretamente três vezes. E terminei errando. Esse é um nome complicado de ser pronunciado, mas trata-se de uma função de grande relevância para a própria instituição e para a sociedade como um todo.

Vocês devem lembrar que, durante as eleições, o então candidato ao governo e hoje Governador, Senhor Joaquim Roriz, escreveu e assinou, em um livrinho, os seus compromissos. Está aqui o Sr. Roriz, na capa, parecendo o Elvis Presley, todo bonitão. S.Exa. escreveu que, se eleito governador, pagaria todas as gratificações inerentes aos policiais, aos trabalhadores da Segurança Pública. Até agora S.Exa. não cumpriu isso, porque quem cumpre pela metade, não cumpre. S.Exa. só cumpriu a promessa de campanha pela metade porque, no dia em que fui agraciado na Gepol com uma medalha, exigiu o cumprimento da promessa. Naquele dia, o grande Delegado Dr. Bessa queria que a Gepol votasse a cassação da minha medalha - delegado esse que sequer está aqui ou mandou representante. É público e notório que aquele delegado não se importa com os papiloscopistas. Ele poderia estar aqui ou mandar uma pessoa representá-lo, ou, quem sabe, até mandar uma mensagem homenageando a passagem do dia.

Quem estava na Gepol ouviu e viu. Foi testemunha ocular e "auricular" disto que eu disse: "Eu, o Deputado Renato Rainha e o Deputado Alirio Neto só votaremos com o Governo quando esse senhor, que aqui está, cumprir a promessa feita de pagar a GOE para a Polícia Civil do Distrito Federal. Nisso, o Governador - que parecia ter tomado umas duas - partiu para cima de mim, ele e o Dr. Bessa. O Dr. Bessa chamava-me de moleque. Colocava o dedo na minha cara." Eu disse ao Dr. Bessa: "Use a sua valentia para proteger o maior patrimônio que a Polícia Civil tem que são seus homens. Não adianta o senhor colocar o dedo na minha cara nem me chamar de moleque, porque eu não sou. Estou aqui fazendo uma coisa que o senhor não teve coragem de fazer".

Naquele momento, o sindicato que tem de funcionar nessas horas, pegou as imagens do Governador Roriz, falando e tal. Aquelas imagens aconteceram no dia em que cobrei a promessa feita por S.Exa. Evidentemente, o sindicato não mencionou que S.Exa. me chamou de safado, de cachorro, de moleque - coisas de pessoas que, naturalmente, deveriam estar fora de si por ingestão de bebida alcoólica. Eu, como não sou adepto do álcool, estava ali em sã consciência e levei alguns "esticões". Levei um bocado de safanão, empurrão daqui e dali.

Inclusive, já perderei os companheiros da Polícia Civil que me deram os empurrões. Primeiro, porque o perdão é maior do que o ódio e segundo, porque aqueles que me deram os empurrões hoje estão sendo beneficiados pelo "pichulé", falando no termo policial, por essa "merreca" que o Governador deu para não haver uma greve da Polícia Civil.

Na ocasião o Pedro Calmon me chamou de moleque. Vejam só: Pedro Calmon, aquele advogado meio pirado, que nem eu. Então, aqueles

companheiros que me deram um "esticão", puxa para lá, puxa para cá, bate, empurra, como o próprio Mozart Baldez, que outrora era meu amigo, tenho certeza de que, no exame de consciência deles, eles devem ter dito: "É, acho que o João, com toda a loucura dele, tem razão", porque ninguém é obrigado a prometer. Agora, prometeu, tem de cumprir. O Governador disse para muitos: "Eu pago se a União repassar ou não repassar! Eu pago com o dinheiro do IPVA, do IPTU, da TLP, mas pago!". E não pagou até hoje. Ou seja, deu um calote eleitoral, S.Exa. praticou um estelionato eleitoral contra os companheiros da Polícia Civil do Distrito Federal.

Quantos policiais civis não se dedicaram à campanha do Governador Roriz a ponto de colocar o seu trabalho em risco? Lá, no Primeiro Batalhão, um policial civil desceu da viatura com um revólver na mão. Eu estava vestido com a camisa do Cristovam, daí me aproximei dele e disse: "Que é isso, companheiro? Nossa briga é com os bandidos. Estamos aqui fazendo campanha. Você faz para o Roriz". Ele estava com a viatura, com um colete de policial civil e com o número quinze do Roriz aqui. Eu digo isso porque posso provar. Eu tenho os retratos no meu gabinete. Imaginem se o Cristovam tivesse ganho. Muitos desses companheiros estariam fazendo uma romaria aqui em meu gabinete, no dos Deputados Rainha e Alirio para não sofrer perseguições.

O presente que o Governador dá agora é que, a partir do dia 9 a escala de serviço dos nossos policiais civis vai mudar de 24 por 72 horas - isso já é uma cultura, desde que eu entrei na Polícia Militar a gente inveja a escala dos nossos irmãos da Polícia Civil - para 12 por 36 horas. Esse é o pagamento que ele está dando para toda a Polícia Civil do Distrito Federal, que fez um força terrível para poder eleger o Governador e este Governo que aí está.

Eu tenho dito aqui, na Câmara, que não sou Oposição predatória, demolidora. Agora, fui eleito para defender os interesses dos policiais e bombeiros desta terra. Eu, como bom vascaíno, faço como o Eurico Miranda. Disseram para ele, outro dia: "Mas você, como Deputado, não fez nada!" Ele respondeu: "Não. Eu fiz, sim. Eu defendia o Vasco. Sou defensor do Vasco". Então, eu sou defensor de todos os policiais civis, militares e bombeiros que aqui me procuram e até mesmo dos que não me procuram e não me conhecem, mas que já ouviram falar de mim. Eu, os Deputados Renato Rainha e Alirio Neto estamos irmanados aqui para defender os interesses da estrutura policial.

O Deputado Renato Rainha disse aqui que temos a melhor Polícia Civil do mundo. Temos a melhor e mais honesta. Agora, talvez tenhamos o menor salário do mundo. Afinal, quantos policiais civis não têm aí dois, três cursos de nível superior, como temos também na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros?

O Governador Roriz e o Governo, de um modo geral, a própria bancada do Governo que aqui está só fará alguma coisa sob ameaça. Infelizmente, porque só se conseguiu pagar um pouco da GOE com ameaça de greve e com ameaça de paralisação. Eu tirei do meu próprio bolso e mandei fazer aquelas "pataquinhas": "Ganhe GOE. Um direito nosso". Isso não saiu do bolso de ninguém. Fui eu que paguei. Está aí o Deputado Alirio Neto de prova. Eu pedi autorização, inclusive ao Fábio, Presidente do Sindicato, para fazer isso.

Então, companheiros, quero parabenizar a vocês todos. Que vocês continuem dando essa tão importante colaboração para a sociedade brasileira; que nós também sejamos um espelho e um laboratório para todo o Brasil, que nós todos, juntos, possamos construir uma sociedade mais justa, fraterna e tranquila. Se os governantes não ouvirem estas vozes, tenho

certeza de que nós - policiais militares, policiais civis e bombeiros - vamos fazer a maior greve de todos os tempos. Ai, o Sr. Joaquim "Promessa" vai amargar por não ter honrado seu compromisso com a Polícia Civil e com o povo do Distrito Federal.

Parabéns pelo dia de vocês! Estamos aqui como uma bandeira a favor de todos os direitos que vocês tiverem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra ao Deputado Alirio Neto, Líder do PPS.

DEPUTADO ALÍRIO NETO - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, companheiro Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Solidariedade, amigo Fernando Naves; Exmo. Sr. Deputado Renato Rainha, autor do requerimento para a realização desta sessão comemorativa, grande amigo e companheiro de profissão; Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação do Departamento da Polícia Federal, Dr. Edson Rezende de Oliveira; Sr. Diretor Substituto do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, José Wellton de Sousa Bezerra; Sr. Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas, Júlio Gomes Martins, meu amigo pessoal; Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação, Êuler da Veiga Dia; senhoras e senhores, companheiros Parlamentares, amigos da Polícia Civil, senhoras e senhores presentes à galeria, é com muita honra que tenho a oportunidade de, pela primeira vez, manifestar-me à minha categoria na qual ingressei há dezessete anos como agente de polícia.

Antes de iniciar as minhas homenagens aos papiloscopistas, eu gostaria de fazer uma referência especial ao Deputado João de Deus, que, desde o momento em que cheguei a esta Casa, buscou fazer a defesa da Polícia Civil, da GOE e da GAM. Às vezes, até se expondo de forma extrovertida; ao Deputado Renato Rainha, que conhece tecnicamente todo o processo e a legislação da GOE, que tem batalhado nessa área com muito afinco e orientado o nosso trabalho. Aos companheiros da bancada do PT - entre eles os Deputados Paulo Tadeu e Wasny de Roure aqui presentes - que, em nenhum momento, negaram-se a prestar apoio ou a fornecer assessoria para dirimir dúvidas. Essas pessoas precisam ser reconhecidas, e a categoria precisa conhecer a realidade dessa batalha.

O papiloscopista policial é muito importante dentro do sistema policial. O Deputado Renato Rainha e os outros Deputados que já se manifestaram falaram sobre as qualificações profissionais de todos vocês, sobre a importância para a sociedade e sobre os serviços prestados a nossa sociedade como um todo.

Mas quero falar da questão pessoal, de situações que vivi nos dezessete anos como policial e em um ano como Parlamentar. Recentemente fui convidado para uma solenidade do Governo do Distrito Federal, da Emater, na chamada Chapadinha. Recebi um mapa para me dirigir até lá e tive muita dificuldade para chegar àquele local. Gastei quase duas horas para entrar na área rural do Distrito Federal e poder chegar àquele local onde a população do Distrito Federal está entregue ao destino.

Fiquei feliz ao chegar lá e encontrar companheiros papiloscopistas prestando serviços sociais naquele momento. Fiquei orgulhoso em conversar com os companheiros policiais, porque, para mim, como Parlamentar, que percorro por todo o Distrito Federal, tive dificuldades e mal conhecia aquele local. Já tinha ouvido falar dele, mas não o conhecia. Como disse, tive a satisfação de ver uma categoria presente, naquele momento, prestando um serviço àquela comunidade, que está abandonada e tem imensa dificuldade com relação à prestação de serviço por parte do Estado mas estava ali presentes os companheiros papiloscopistas! Isso me

deixou bastante feliz. Dou este testemunho aos Deputados Renato Rainha e João de Deus, que sabem disso, e a toda a Casa para que todos possam saber da importância do trabalho de vocês.

Nós policiais, que trabalhamos no dia-a-dia na apuração da criminalidade, sabemos do subsídio e do serviço que é prestado pelo papiloscopista, pelo Instituto de Identificação. Quem precisa tomar conhecimento disso é a sociedade de Brasília para poder dar o devido reconhecimento que vocês merecem. A Polícia, o serviço policial de apuração, na minha opinião e, com certeza, na opinião da grande maioria dos policiais, não é quase nada - quero ser muito sincero - sem o apoio do serviço de identificação.

Em dez anos como Agente de Polícia, ao estar realizando investigações, pude chegar aos autores de crimes por meio do material que era encaminhado ao Instituto de Identificação. Às vezes, fica mais fácil conduzir uma questão judicial com a prova apresentada pelos papiloscopistas.

O Deputado João de Deus mencionava claramente um fato. Há dezessete anos sou policial e sinto isso. Muitas vezes, quando vamos fazer uma compra no supermercado ou durante a realização de um financiamento - porque não podemos comprar à vista pois o salário não nos permite -, apresentamos a documentação e, quando a pessoa vê que somos policiais, parece que nos enxerga de uma maneira diferente. A sociedade tem uma discriminação contra o policial, mas quando precisa de nós, muitas vezes vai bater à porta de nossa casa durante a noite lembrando que somos policiais, amigos, conhecidos dela e que podemos ajudá-la naquele momento. Quando chegam à delegacia de madrugada para pedir socorro, sabem da importância que tem a Polícia naquele instante. Mas no dia-a-dia e no convívio social essa discriminação é latente.

Brasília tem uma situação *sui generis* nesse contexto. Sei que o Deputado João de Deus sabe disso. Exatamente pela qualificação que temos dentro do quadro da Polícia Civil e da Polícia Militar, temos sido uma gota no oceano na busca da reversão desse preconceito contra o serviço policial. Nessa gota que representamos, não tenho dúvida de que o trabalho prestado pelo Instituto de Identificação significa um grande percentual na busca da transformação da imagem social que se tem sobre a Polícia.

Como policial há dezessete anos e como Parlamentar há um ano, tive a oportunidade de fazer algumas homenagens à Polícia Civil. Recentemente, homenageamos Júlio Martins, amigo que conheço de muitas lutas, desde o início da fundação do sindicato. Propus a esta Casa a concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília ao companheiro Júlio Martins porque ele é uma pessoa que estava presente, defendendo a categoria, desde o primeiro momento, quando formamos uma comissão que iria discutir, no Congresso Nacional, a Constituinte em 1987. Dou este testemunho porque foi dali que começou nosso relacionamento e passei a conhecer a necessidade de o papiloscopista ter autonomia funcional para elaborar o seu laudo.

Quando da elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, tive a oportunidade de trabalhar junto com Júlio Martins e toda a associação para defendermos essa autonomia e até mesmo fazendo com que, naquela ocasião, o Diretor de Identificação fosse escolhido entre os profissionais da área para ser um dos componentes de uma lista tripartite.

Algumas propostas foram aprovadas na Lei Orgânica, outras não. Quero hoje manifestar novamente aqui, Júlio, para todos os papiloscopistas que estão presentes, que, na época da regulamentação da autonomia da Polícia Civil - a qual eu sei que virá para esta Casa - é necessário - o Governo precisa disso - que insistiu para que o Diretor seja escolhido por

meio de um pleito entre a própria categoria. Pretendo defender essa bandeira, nesta Casa, com muita dedicação porque acho que isso é necessário. O Instituto de Identificação tem que ter autonomia. O papiloscopista tem de ter autonomia de opinião para poder elaborar o seu laudo com certeza e imparcialidade.

Aproveitando uma deixa do Deputado João de Deus, quero dizer que já apresentei uma moção nesta Casa questionando o Diretor da Polícia Civil, Dr. Laerte, sobre essa nova escala que foi adotada na 1ª DP, da qual discordo veementemente. A nossa categoria tem demonstrado, durante todos esses anos, a qualificação policial e hoje, quando se fala de exemplo de Polícia Civil, é mencionada Brasília. Um dos poucos benefícios que a nossa categoria tem hoje, sem dúvida alguma, é a escala de serviço de 24 por 72 horas.

Quero deixar bem claro o meu repúdio e pretendo, durante a semana que vem, apresentar uma nova moção, convido os Deputados Renato Rainha, João de Deus e aqueles que quiserem a reivindicar conosco ao Sr. Governador a suspensão imediata dessa escala.

Não pretendo me alongar muito, até porque outros Parlamentares vão se manifestar, mas não poderia deixar de mencionar o meu orgulho de ser policial. Posso até citar um exemplo prático a todos: quando vamos a uma loja de departamentos e precisamos fazer o cadastro, normalmente perguntam: "Qual a sua profissão?". Algumas pessoas respondem que são servidores públicos, eu falo logo que sou policial, não tem nem conversa. Sou da Polícia Civil e tenho o maior orgulho disso.

O que temos de fazer para combater e para dar uma virada na sociedade a respeito do preconceito contra a Polícia e os policiais é assumirmos o que somos e mostrarmos que somos diferentes e competentes, e que fazemos parte desta sociedade, prestando a ela um grande serviço.

Esse orgulho de ser policial faço questão de transparecer a todo momento.

Muito obrigado!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra ao Sr. Presidente da Abrapol, Êuler da Veiga Dia.

SR. ÊULER DA VEIGA DIA - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Deputado Wasny de Roure, pessoa na qual cumprimento todas as outras autoridades da Mesa, meus colegas, companheiros, amigos, primeiramente, quero parabenizar e agradecer ao Deputado Renato Rainha por esta iniciativa.

A nossa categoria necessita estar sempre próxima das atividades e dos eventos da sociedade brasileira e esta homenagem é muito merecida. Sou até suspeito por fazer parte desta família, mas eu gostaria de agradecer em nome de todos os policiais e profissionais da área de identificação.

Eu gostaria de dirigir-me ao Deputado João de Deus e dizer que V.Exa. não se encontra sozinho quanto à dificuldade da pronúncia do nome papiloscopista. Essa dificuldade encontra-se em todos os estados brasileiros.

Os nossos colegas têm a obrigação de saber a origem do nosso nome, mas o termo papiloscopista vem da palavra papilas dérmicas, que são essas elevações na nossa pele e que dão origem às impressões digitais, dactiloscópicas, podoscópicas e piroscópicas.

Gostaria de dizer também que há, entre o desenvolvimento das várias técnicas de identificação, o surgimento de muitas outras técnicas além da papiloscopia: a iridologia, a fonoaudiologia, a odontoidentificação, o retrato falado e, agora, o DNA. Mas nenhuma delas, em todo o mundo, é tão aceita quanto a identificação papiloscópica, que tem demonstrado 100% de

certeza na identificação de pessoas se for associado a ela aquele resíduo, aquela parte do corpo humano que foi deixada ali, onde também foram deixados DNA, sal, ácidos e outros elementos que permitem ao perito daquela área a identificação da pessoa.

Os senhores podem ter observado que o nome da nossa associação é um pouco extenso: Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação. Não é à toa que temos o nome "Peritos em Identificação". É porque acreditamos que o técnico dessa área necessita ser um perito, pois tem de ter, no mínimo, conhecimento dos princípios e noções de anatomia, fisiologia, arquivologia, biologia e química, sem o que o seu trabalho não poderá ser desenvolvido.

Hoje, como muito bem o Deputado Renato Rainha mencionou, utiliza-se da papiloscopia para se desvendar vários casos. Não só na área da Polícia Civil, mas na da Polícia Federal também podemos exercer esse trabalho. O caso do Itamaraty foi muito bem conhecido. Aconteceram alguns percalços, mas, no final, o papiloscopista veio ajudar a desvendar o caso da bomba no Itamaraty.

Recentemente temos recebido reiterados elogios ao serviço que o Instituto Nacional de Identificação prestou à Agência Nacional de Energia Elétrica - Anaeel, em que o autor dos delitos de furtos de materiais de computador e artigos de informática foi descoberto graças à impressão digital deixada em um cabo de um computador. O trabalho foi belíssimo e, por isso, parabeno todos os colegas da área da Perícia Papiloscópica.

Hoje, em todo o Brasil, desenvolvemos uma luta pela homogeneização de nosso nome, da nossa nomenclatura. Temos profissionais na área de identificação conhecidos como papiloscopistas, dactiloscopistas, auxiliares de dactiloscopia, peritos técnicos e peritos papiloscópicos.

Finalizo dizendo que mais importante do que a homogeneização do nome é a homogeneização das ações e, muito mais do que isso, das condições de trabalho, para que possamos honrar esse lugar que a sociedade brasileira nos confiou.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Agradeço as palavras do Presidente da Abrapol.

DEPUTADO ALÍRIO NETO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de me desculpar com os companheiros presentes nesta sessão, pois terei de me retirar porque tenho um compromisso assumido para as 11h com a Diretoria da Gepol sobre as comemorações do Dia do Policial, no mês de abril. Eu fui convidado para participar da organização das comemorações juntamente com a Gepol. Ausento-me desta sessão com muito pesar, porque estão presentes grandes amigos meus. Deixo o meu abraço a todos.

Agradeço a oportunidade de ter estado aqui.

Parabenizo o Deputado Renato Rainha pela iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Deputado Alirio Neto, está registrada a razão de sua ausência.

Convido a fazer uso da palavra, nesta oportunidade, o Sr. Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas, Júlio Gomes Martins.

SR. JÚLIO GOMES MARTINS - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. Deputado Renato Rainha; Sr.

Secretário Adjunto da Secretaria da Solidariedade, Fernando Naves; Sr. Edson Rezende, grande lutador pela causa dos papiloscopistas no Brasil; Sr. Presidente da Abrapol, Êuler da Veiga Dia; o representante do Coordenador de Polícia Técnica, Ilmo. Sr. Edésio Luiz de Sousa; Exmo. Sr. Deputado João de Deus; meus agradecimentos aos Deputados Paulo Tadeu, Maninha, Alirio Neto e Chico Floresta, que tiveram de sair, mas nos prestigiaram; Exmo. Sr. Presidente desta Casa, que infelizmente não está presente, Deputado Edimar Pireneus; senhores colegas presidentes das entidades classistas presentes; meu amigo José Luiz Lopes, Presidente da Associação Brasileira de Papiloscopistas Policiais, onde tudo começou; meu amigo Agnaldo Soares, Diretor do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal, um grande lutador pela causa da Polícia Civil e, mormente, dos papiloscopistas, razão pela qual, a pedido deste, o nosso nobre amigo Deputado Renato Rainha propôs o requerimento que propicia a realização desta solenidade, que muito nos honra.

Sr. Presidente, houve dois períodos em que a ciência papiloscópica e, por conseguinte, os profissionais dessa área, os papiloscopistas, obtiveram o seu reconhecimento. O primeiro período foi durante a primeira década deste século, quando foi instituída a identificação civil e criminal por meio das impressões digitais, fato que ocorreu no dia 5 de fevereiro de 1903, de acordo com o Decreto nº 4.764, assinado pelo então Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, o Presidente Rodrigues Alves, razão pela qual ficou também estabelecido que nesta data seria comemorado, nacionalmente, o Dia do Papiloscopista.

Em 1901, a identificação civil era realizada por meio de sinais característicos, das medidas anatómicas e até mesmo por fotografias. Nesse ano, também, foi instalado o Gabinete Antropométrico do Distrito Federal, passando a ser dirigido pelo escritor e político Dr. José Félix Alves Pacheco. Ainda no decorrer daquele ano, 1901, ocorreu o II Congresso Científico Latino-Americano em Montevideu, no Uruguai, onde Félix Pacheco tomou conhecimento do sistema datiloscópico do croata naturalizado argentino, idealizador do sistema datiloscópico, Juan Vucetich. Félix Pacheco, então, adaptou imediatamente esse sistema no Gabinete de Identificação, o qual dirigia e que até hoje leva o seu nome, Instituto Félix Pacheco, no Estado do Rio de Janeiro.

O tempo foi passando, vieram as revoluções, os governos totalitários, e a ciência papiloscópica e seus funcionários ficaram no ostracismo, no esquecimento. Por ironia do destino, na última década deste século iniciou-se um novo período de reconhecimento dos serviços prestados pelo papiloscopistas não só no Distrito Federal, mas em todo o País. Esse novo tempo, senhoras e senhores, Exmos. Deputados presentes, nasceu aqui, nesta Casa Legislativa, por ocasião da promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, como o amigo e Deputado Alirio Neto muito bem frisou, nos parágrafos 5º, 8º e 9º do art. 119, que resgatou o valor do papiloscopista, reconhecendo-nos como profissionais técnico-científicos, garantindo a nossa independência para emitir os laudos periciais papiloscópicos e necropapiloscópicos, além de garantir a direção do Instituto de Identificação ao próprio papiloscopista.

Vários são os Institutos de identificação que hoje, em função da Lei Orgânica promulgada nesta Casa, têm os seus dirigentes escolhidos entre os papiloscopistas. É verdade que, do que já foi conquistado e feito, muito ainda há que se fazer. Temos algumas propostas dentro desta Casa, inclusive, uma delas é de autoria do nobre amigo dos papiloscopistas e do policial civil, Deputado Renato Rainha, pela qual o papiloscopista também tem o direito de dirigir a Coordenação de Polícia Técnica. Temos também

muitas reivindicações nesta Casa, como a alteração da nossa nomenclatura e a reestruturação do Instituto de Identificação. Srs. Deputados, há setores no Instituto de Identificação em que o dirigente tem a responsabilidade de dirigir sessenta pessoas nas ruas e ganha um salário de R\$ 300,00 (trezentos reais). A responsabilidade é trezentas vezes maior dos que os R\$300,00 (trezentos reais). Isso significa que devemos ter uma reestruturação urgente.

Durante esta homenagem, que é motivo de orgulho para todos os papiloscopistas, tanto os da briosa Polícia Civil, quanto os da Federal, que aqui estão presentes, queremos agradecer a todos os legisladores, não só os desta legislatura, mas os das anteriores, desde 1990, por tudo o que nos foi feito. Neste momento, queremos agradecer ao Deputado Renato Rainha por esta honraria e gostaria de acentuar que hoje muitas autoridades públicas deste país têm construído verdadeiras muralhas e até barreiras intransponíveis para evitar o contato com o povo.

No entanto, senhores, esta Casa - e sou testemunho vivo disso -, desde 1990, ao contrário do que vimos, vem, ao longo dos seus quase dez anos de existência, construindo junto à sociedade do Distrito Federal e do Entorno uma imensa ponte de mão dupla, conseguindo uma interligação com todos os povos do Distrito Federal. Quando eu falo em todos os povos do Distrito Federal é porque aqui temos pessoas de todo o mundo. Então, são todos os povos. Inclusive, há uma profunda interligação dos órgãos de Segurança, das Polícias Militar e civil, aqui muito bem representadas, e dos órgãos de Segurança, de Educação e de Transportes com essa Casa Legislativa.

Concluindo, senhores, há um sol no coração de todos os homens, mas ele só brilha no coração daqueles que têm fé, daqueles que são justos e, principalmente, daqueles de boa vontade.

Tenho certeza de que nesta Casa esse sol há de brilhar ad eternum.

Muito obrigado pela atenção de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Agradeço as palavras do Sr. Júlio Gomes Martins, que falou sobre a histórica luta dos papiloscopistas. Agradeço, em nome do Presidente desta Casa, Deputado Edimar Pireneus, pela considerações feitas ao papel desta instituição no cenário político do Distrito Federal.

Com a palavra o Diretor-Substituto do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. José Wellton de Sousa Bezerra.

SR. JOSÉ WELLTON DE SOUSA BEZERRA - Exmo. Sr. Presidente desta sessão solene, Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. Deputado Renato Rainha, requerente desta prestigiosa sessão solene; Exmo. Sr. Secretário Adjunto da Secretaria da Solidariedade, Fernando Naves; Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Dr. Edson Rezende de Oliveira; Sr. Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas, Júlio Gomes Martins; Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação, Êuler da Veiga Dia; prezados colegas papiloscopistas, inicialmente é imperioso externar os nossos mais sinceros agradecimentos ao Exmo. Sr. Deputado Renato Rainha pela iniciativa de promover tão honrosa homenagem. Os papiloscopistas policiais têm uma enorme dívida de gratidão com V.Exa. e são testemunhas presenciais de seu incansável labor na defesa dos justos interesses dos mais diversos segmentos sociais do Distrito Federal, especialmente nas causas afetas à segurança pública.

Rendemos as nossas homenagens, também, aos demais Deputados desta excelsa Casa de Leis, edifício concretizador dos legítimos clamores sociais por intermédio do processo legislativo.

Senhoras e senhores: "Ele sela as mãos de todos os homens

para que conheçam a sua obra." (Jó-37;7). O preceito bíblico assevera a ligação indelével e inconfundível do homem à sua obra, individualizando-o no universo e responsabilizando-o pelas ações boas e más praticadas no curso de sua vida.

Assim é com a papiloscopia, ciência que se baseia na observação dos desenhos formados pelas cristas papilares. Sua aplicação concreta leva à correta individualização da pessoa no corpo social por intermédio das impressões digitais, constituindo-se num dos suportes técnicos balizadores da atuação da polícia judiciária.

Os papiloscopistas policiais ora homenageados integram a estrutura administrativa do Instituto de Identificação, órgão subordinado à Coordenação de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal, neste ato representada pelo Sr. Edésio Luiz de Souza, Assessor da Coordenação de Polícia Técnica, bem como a estrutura organizacional do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal, entidade coirmã com a qual temos uma relação sólida, consubstanciada no intercâmbio de informações e conhecimentos técnico-científicos. O Dr. Edson Rezende de Oliveira está sempre conosco nesta troca de informações, absolutamente necessária para o sucesso, para o êxito da atividade de polícia judiciária exercida pelas Polícias Civil e Federal nos seus respectivos âmbitos de atuação.

As atividades executadas por esses profissionais da papiloscopia são múltiplas e de relevante interesse público, entre as quais pode-se citar: a identificação civil, com a conseqüente emissão da carteira de identidade, documento que assegura o efetivo exercício da cidadania, na medida em que é exigido para a prática da maioria dos atos da vida civil; a identificação criminal, visando à individualização do indiciado, evitando-se, dessa forma, o encarceramento de inocentes; a identificação cadavérica, com a finalidade de impedir o sepultamento sem o conhecimento da família do *de cujus*; a perícia papiloscópica em locais de crimes, objetivando determinar seus autores; a elaboração do retrato-falado de criminosos; a identificação de idosos, enfermos e deficientes físicos, fornecendo-lhes a carteira de identidade; a participação em eventos comunitários de atendimento às populações carentes.

Deve-se ressaltar ainda a elaboração, o planejamento e a execução de programas de elevado alcance social, tais como o Polícia e Educação - Cidadania na Mão e Identidade Solidária, os quais visam a identificação civil, fornecendo a carteira de identidade. No primeiro caso, aos estudantes das redes pública e particular de ensino nos próprios estabelecimentos educacionais e, no segundo caso, às comunidades carentes do Distrito Federal.

Os papiloscopistas policiais atuam nesses programas, não somente emitindo as carteiras de identidade, mas também proferindo palestras e prestando orientação sobre cidadania, segurança, higiene e melhoria de vida.

Como se vê, é marcante a atuação social dos papiloscopistas policiais do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal e dos papiloscopistas policiais do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal, sendo este, sem nenhuma dúvida, um dos objetivos primaciais das políticas governamentais, ou seja, o efetivo atendimento das necessidades dos cidadãos, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Agradeço as palavras proferidas pelo Sr. José Wellton de Souza Bezerra, Diretor-Substituto do Instituto de Identificação, em homenagem ao Dia do Papiloscopista.

Concedo a palavra ao Sr. Edson Rezende de Oliveira, Diretor do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal.

SR. EDSON REZENDE DE OLIVEIRA - Prezadas autoridades que compõem a Mesa, Srs. Deputados, caros papiloscopistas, inicialmente, cumprimento o Deputado Renato Rainha por essa feliz iniciativa em homenagear esses técnicos, que, realmente, realizam um relevante trabalho na área policial em benefício da sociedade. Aliás, S.Exa. sempre foi o defensor dos trabalhadores ligados à área de Segurança Pública, não somente os papiloscopistas, mas os policiais de um modo geral.

Srs. Deputados, para se realizar o trabalho de papiloscopista, às vezes, é necessário recorrer-se à Justiça, de tão incompreendidos que são.

O Deputado Paulo Tadeu foi muito feliz ao dizer que, se pelo menos parte do que é arrecadado em função do trabalho desenvolvido pelos Institutos de Identificação fosse revertido em benefício dos próprios institutos e das classes dos papiloscopistas pelos estados, isso já seria o bastante. Infelizmente, ainda temos uma cultura, que é a do brasileiro e a de muitos políticos, de que polícia só se faz com polícia ostensiva, com polícia de rua. Parece que a polícia técnico-científica não rende votos, pois não promove desfiles de carros com sirenes e faixas. Então, às vezes, nessa área não há investimento.

O Deputado João de Deus, há poucos instantes também disse que as Polícias Civil e Militar de Brasília são consideradas uma das mais competentes do País e quicá de outros países, e realmente são. Às vezes, por fazer parte da polícia, pode-se parecer que não há realmente esse atingimento, mas há. Temos contato com polícias de todos os estados e, às vezes, com policiais de outros países que participam de eventos conosco. Além da competência, é marco a honestidade das Polícias Civil e Militar do Distrito Federal. Nesse contexto, está a capacidade do papiloscopista do Distrito Federal.

O Instituto de Identificação do Distrito Federal, principalmente nos encontros de diretores de institutos dos quais participamos há cinco anos - já vamos partir para o quinto encontro em setembro, no Rio de Janeiro -, é marco de referência positiva, em razão da sua organização, do trabalho que executa, da competência dos técnicos que compõem esse instituto e, principalmente, dos arquivos que possui. Esses deveriam ser - mas, na realidade, não são em todos os estados - os marcos da segurança dos documentos emitidos.

Hoje, são pouquíssimos os estados que cumprem a lei e fazem as pesquisas datiloscópicas antes de emitir os documentos de identidade para dar segurança aos documentos emitidos, pois é por intermédio delas que todos os outros documentos são emitidos. Portanto, todos os outros documentos poderão ser fraudados em razão de uma carteira de identidade não ser emitida com segurança.

O Instituto de Identificação de Brasília é um dos poucos que leva com toda seriedade esse trabalho, fazendo pesquisas datiloscópicas. Com toda a segurança, os documentos daqui são feitos pela Polícia Civil, pelos papiloscopistas de Brasília. Às vezes, fraudes que são cometidas por este Brasil afora, como o recebimento indevido de seguro-desemprego e outros são detectadas em Brasília, justamente em razão de o Instituto de Identificação não permitir que a uma mesma pessoa com mais de um nome consiga mais de um documento no Distrito Federal.

Então, isso é um marco, é importante, porque é por intermédio desse documento de identificação que se tira os outros. E a competência deles vai mais além. Na nossa Academia Nacional de Polícia, há técnicos de reconhecimento, cujos conhecimentos e capacidades utilizamos. Muitos

deles são instrutores de matérias ligadas a áreas técnicas. Podemos citar alguns exemplos na área de retrato falado e, principalmente, de necropapiloscopia. No ano passado, em Brasília, fizemos um curso ligado à área de retrato falado a todas as Superintendências Regionais da Polícia Federal, isto é, para os papiloscopistas representantes de todos os estados, com instrutores do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal. Foi um marco de competência e capacidade incrível em todas as situações, não só no que se refere à teoria, mas também à prática e, principalmente, na melhoria do relacionamento com os policiais.

Na área de necropapiloscopia, muitas técnicas e muitos trabalhos que esses abnegados profissionais têm foram ensinados aos papiloscopistas da Polícia Federal.

Então, conforme disse o Diretor-Substituto do Instituto de Identificação, o relacionamento entre os papiloscopistas da Polícia Federal e os da Polícia Civil do Distrito Federal é muito bom, mas deve, cada vez mais, ser estreitado.

As reivindicações feitas, de uns tempos para cá, têm sido mais reconhecidas. As entidades de classe têm tido um trabalho muito importante nesse sentido, pois fazem um trabalho sério e levam aos Parlamentares as justas reivindicações, que - voltamos a dizer - infelizmente, às vezes, não são reconhecidas. Deputado João de Deus, V.Exa. sabe muito bem disso.

Então, faltam investimento e reconhecimento na área técnico-científica e na área de inteligência das polícias. Quem conhece um pouco de polícia sabe que uma polícia bem montada, com as áreas técnico-científica e de inteligência bem equipada faz um estrago muito grande na área do crime e o combate com muito mais eficiência.

Quero cumprimentar cada técnico da área de identificação, cada papiloscopista. Eu gostaria que esta homenagem fosse estendida a todos os papiloscopistas de todos os estados, que, às vezes, são ainda menos prestigiados e reconhecidos.

Vamos levar ao 5º encontro, no Rio de Janeiro, essa feliz idéia do Deputado Renato Rainha, para que todos tomem conhecimento dela.

Deve-se ter essa aspiração e tomara que seja concreta a indicação de sempre haver técnicos da área na direção dos trabalhos, seja na área de medicina Legal, de criminalística ou de identificação.

Hoje, estou muito feliz de ter participado desta sessão, desta homenagem. Os Parlamentares, em seus pronunciamentos, realmente, como diz no dito popular, vão na ferida. Tomara que todos eles continuem imbuídos em apoiar esse trabalho e, principalmente, em votar, lutar e conseguir recursos para que esses técnicos possam fazer realmente seu trabalho com mais condições, porque hoje eles improvisam, lutam com muita carência e, ainda assim, fazem o que fazem. Se houver mais apoio, melhores condições de equipamentos, pessoas especializadas no Brasil e no exterior, eles poderão fazer muito mais.

Então, o nosso agradecimento ao Deputado Renato Rainha por esta iniciativa brilhante e nossos cumprimentos a todos os técnicos que têm um relevante trabalho para toda a sociedade.

Muito obrigado! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Agradecemos as palavras do Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação do Departamento da Polícia Federal, Dr. Edson Rezende de Oliveira.

Concedo a palavra ao ex-Deputado Distrital e atualmente Secretário-Adjunto da Secretaria de Solidariedade, Fernando Naves.

SR. FERNANDO NAVES - Sr. Presidente, quero dizer a todos que, para mim, é uma grande satisfação ter a oportunidade de cumprimentar amigos como o Deputado Wasny de Roure, Presidente desta sessão solene; o Deputado Renato Rainha, companheiro nosso de grandes jornadas no passado; o nosso Diretor do Instituto Nacional de Identificação do Departamento da Polícia Federal, Dr. Edson Rezende de Oliveira, conterrâneo meu que tive muito prazer e a felicidade de encontrar nesta sessão; o Diretor Substituto do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. José Wellton de Sousa Bezerra. Cumprimento o Sr. Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas, Júlio Gomes Martins, e o Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação, Êuler da Veiga Dia. Exmos. Srs. Deputados Distritais, senhores da área de identificação, principalmente os papiloscopistas, senhoras e senhores, para mim, como disse no início, é um grande prazer estar nesta Mesa e falar para todos que aqui estão, em uma sessão como esta de hoje que homenageia os papiloscopistas.

Tive o prazer de, à época da elaboração da Lei Orgânica, participar como deputado da 1ª Legislatura do Distrito Federal. Naquele momento, tivemos a felicidade de contar com o apoio e com a dedicação de todos aqueles que lutavam para que pudessemos incluir na Lei Orgânica aquilo que viesse ao encontro dos anseios de todo o pessoal da área de identificação. Não conseguimos colocar na Lei Orgânica tudo aquilo que desejavam, mas, como todos sabemos, em tudo na vida há um processo de mudança, um processo de evolução. Com certeza irão conseguir isso por meio dos seus representantes. Pode até não ser agora, mas com a evolução dos tempos isso vai ser alcançado.

Deputado Renato Rainha, é com grande satisfação que aqui estou atendendo o convite, que muito nos honrou, para participar desta sessão. Deixo nossos cumprimentos a toda a categoria da área de identificação e, particularmente, aos papiloscopistas. Sabemos do trabalho incansável que vem sendo desenvolvido para atender a área do Distrito Federal, mas conhecemos trabalhos executados também para atender áreas de outros estados. A sociedade de todo o País tem a agradecer a toda essa categoria do Distrito Federal e dos outros estados.

Parabéns, Deputado Renato Rainha e nossos cumprimentos à categoria que hoje está sendo homenageada.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Agradecemos as palavras do Secretário-Adjunto da Secretaria de Solidariedade, o ex-Deputado Fernando Naves.

Nesta oportunidade, transfiro a Presidência ao Deputado Renato Rainha para que possamos fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO RAINHA) - Assumo a Presidência, e antes de transferir a palavra ao Deputado Wasny de Roure para o seu pronunciamento, eu gostaria de fazer rápidos registros. Agradeço a V.Exa., Deputado Wasny de Roure, que já tinha agendado vários compromissos pela manhã no Recanto das Emas e os desmarcou enviando representantes, fazendo questão de estar presente para presidir esta sessão de homenagem. Agradeço a presença do nosso amigo e guerreiro Deputado João de Deus, dos Deputados Chico Floresta, Alirio Neto e Paulo Tadeu, da Deputada Maninha e também de V.Exa., Deputado Wasny de Roure, que participam conosco desta sessão de homenagem.

Faço um registro especial de agradecimento, porque senão, quando eu chegar hoje ao meu gabinete, talvez eu nem entre, pois o chefe do

meu gabinete é o Dr. José Augusto, hoje delegado de polícia, mas certamente papiloscopista de coração, pois foi papiloscopista policial. (Palmas.)

Quero dizer que os senhores e as senhoras papiloscopistas, meus amigos especiais, têm um compromisso anual comigo. A partir de agora, enquanto eu estiver aqui na Câmara Legislativa, todos os anos vou apresentar requerimento e tenho certeza de que, juntamente com os companheiros, haveremos de fazer esta sessão para homenageá-los e também para dar conhecimento a nossa população, por intermédio dos seus representantes, dos magníficos, competentes e importantes trabalhos desenvolvidos pelos senhores e pelas senhoras.

Agradeço ao nosso pessoal da Câmara Legislativa, as taquígrafas, revisoras, pessoal da Segurança e o pessoal do Cerimonial, que trabalhou com esmero para que esta sessão transcorresse com todo sucesso. Agradeço ao Gilberto, nosso Chefe do Cerimonial, que ontem passou a tarde inteira treinando falar papiloscopistas para que, na hora em que fosse chamá-los, não errasse. Muito obrigado a todos.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Exmo. Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Solidariedade, Fernando Naves; Deputado Renato Rainha, aproveito para cumprimentá-lo por esta lúcida iniciativa; Sr. Diretor do Instituto Nacional de identificação do Departamento de Polícia Federal, Edson Rezende de Oliveira; Sr. Diretor Substituto do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, José Wellton de Sousa Bezerra; Sr. Presidente da Federação Nacional dos Papiloscopistas, Júlio Gomes Martins; Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Policiais Federais e Profissionais Peritos em Identificação, Êuler da Veiga Dia; colegas papiloscopistas, senhoras e senhores, eu naturalmente gostaria de cumprimentar a todos por esta oportunidade de termos nesta Casa esta sessão, este encontro entre a categoria dos policiais e o Poder Legislativo. Cumprimento, portanto, na pessoa do Deputado Renato Rainha, que é integrante desta carreira de policiais civis, toda a categoria.

Eu gostaria de trazer aos colegas uma breve reflexão, a qual não é original porque a tomei de um artigo da *Folha de S. Paulo*, desta semana, de autoria do ouvidor da Polícia Militar, Benedito Domingos Mariano, de São Paulo, do ex-Deputado Federal e jurista bastante reconhecido, que, inclusive, esta semana tomou posse frente à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, Dr. Hélio Bicudo, e do Dr. Godofredo Teles Júnior, também jurista bastante reconhecido em nossa sociedade.

"O Fórum Nacional de Ouvidores da Polícia, com a participação de personalidades da sociedade civil, elaborou um projeto de emenda constitucional sobre a reforma da polícia. Esse projeto, assinado por nós, foi encaminhado ao Congresso Nacional e ao Ministro da Justiça em dezembro. Seus objetivos centrais consistem na cessação da dualidade policial e na reorganização da polícia, segundo um modelo eficiente e moderno." O nobre Deputado João de Deus falou, há pouco, sobre esta longa luta a qual vem desenvolvendo.

"Em verdade, não queremos mais uma polícia com estrutura de quartel, cultivando primordialmente idéias de repressão e sempre manifestando dificuldades para o exercício da prevenção. Também não queremos uma polícia muito rigorosa na fiscalização dos próprios policiais no quartel, mas ineficiente, muitas vezes, na fiscalização dos mesmos policiais quando estão na rua, no exercício de suas funções.

Não queremos que persista o abismo entre o maior e o menor salário dos policiais. Não queremos que a eficiência de um policial de rua seja medida pelo número de pessoas que ele mata. Não queremos que os

policiais morram cinco vezes mais no serviço extra do que no serviço normal. Não queremos mais policiais que ou morrem no 'bico' ou cometem suicídio. Não queremos Justiça Militar estadual nem policiais cumprindo 'ordem cega', porque isso beira o facismo. Queremos que as ordens tenham como pressuposto a legalidade democrática.

O que não queremos é um serviço de informação e inteligência policial muitas vezes voltado para 'bisbilhotar' governos, movimentos sociais, sindicais e populares, mas que se mostra incompetente para mapear o crime organizado e subsidiar o planejamento estratégico da ação policial...

Não queremos também uma polícia judiciária e investigativa que investiga mal, porque não cultivou a investigação técnico-científica" - tão bem mencionada aqui por vários integrantes desta Mesa. "Chega de 'X9' ou 'gansos'; chega da prática de prender para investigar. Queremos extinguir a fase inquisitorial do procedimento penal, o chamado inquérito policial, porque ele é perverso, improdutivo e possibilita os 'vermes' da corrupção e da tortura." Cito, inclusive, que, quando estivemos com o Embaixador do México, relatamos para ele a questão dos estudantes presos, sobretudo na cidade do México, em função da greve em defesa do ensino público gratuito naquele País. Naquela oportunidade - para os senhores terem uma idéia - quase duzentos menores foram presos e mais de novecentos estudantes também foram recolhidos.

"Quando boletins de ocorrência viram inquéritos policiais? Quantos inquéritos policiais esclarecem crimes? Não queremos leis orgânicas de polícias gelatinosas, frágeis, que possibilitem a impunidade. Não suportamos mais a 'regra do acerto' nem ver policiais ostentando patrimônios incompatíveis com seus rendimentos.

O atual modelo de polícia é ineficiente, e não é possível juntar o que já se esgotou. Nós queremos dizer sim à maioria dos policiais vocacionados e idealistas. Queremos uma polícia democrática, literalmente sob o controle do poder civil, com escola de formação única, que prepare policiais-cidadãos; com corregedorias autônomas e independentes, que punam quem cometeu delito ou irregularidade funcional, independentemente do seu cargo, porque delito não deve ter patente, posto ou cargo.

Queremos uma polícia com poucos graus hierárquicos (para que a base se sinta protagonista das diretrizes da direção), com o princípio de que o maior salário não seja superior a quatro vezes o menor salário. Uma polícia que combine disciplina e hierarquia com auto-estima e democracia.

Mais do que heróis, valorizados muitas vezes só quando morrem, queremos policiais com formação profissional apurada, que saibam abordar, com igualdade, pobres e ricos, trabalhadores e empresários, porque a dignidade humana não se mede pelo *status* na sociedade.

Propomos uma polícia estadual de caráter civil inspirada na investigação científica e no ideal permanente de defesa dos valores democráticos. É possível construí-la se a sociedade participar desse processo de construção. Propomos seleção pela idoneidade dos candidatos, após exame dos seus antecedentes criminais, para valorizar os policiais honestos, dedicados à causa pública.

Em nosso projeto, cito aqui o projeto que foi encaminhado, que não é de minha autoria, mas desses juristas - "bombeiros são bombeiros na Defesa Civil. Médico-legista, perito criminal e demais carreiras técnico-científicas pertencem ao corpo funcional do Judiciário, que é o órgão incumbido da coleta de provas e oitiva de testemunhas.

Policiais do corpo investigativo não vão mais se vestir como Rambo para investigar. Vão constituir um corpo preparado que fará relatórios circunstanciados de suas investigações. Num outro corpo da mesma polícia, preventivo e ostensivo, os policiais usarão uniformes, e, não, fardas. Um

corpo treinado para evitar o crime e, não, para 'caçar criminosos'. Uma força muito bem preparada, devidamente capacitada para assegurar a tranquilidade pública e sempre a serviço do Estado Democrático de Direito."

Companheiras e companheiros, como já foi muito bem dito, fiquei bastante sensibilizado quando li esse artigo e pude presenciar que nós também temos pensadores de vanguarda, homens e mulheres na fronteira do pensamento dessa questão crucial para a nossa sociedade.

Não sei se todos os elementos aqui apresentados são os melhores, mas, sem dúvida, trata-se de uma provocação que leva a sociedade a pensar.

Eu gostaria, naturalmente, que vocês, papiloscopistas, como conhecedores específicos do serviço de segurança pública, integrassem esse processo e essa luta que a sociedade brasileira hoje trava para vermos a nossa polícia mais bem integrada, mais bem preparada.

Eu gostaria de, nesta oportunidade, homenagear a Polícia Civil do Distrito Federal e hoje, particularmente vocês, papiloscopistas. Homenageio os nossos colegas Deputados João de Deus, Renato Rainha e Alirio Neto, que têm, de maneira tão destemida, tão brava, com suas particularidades e peculiaridades, trazido para o interior desta Casa essa discussão.

Não posso aqui deixar de registrar a contribuição do ex-Deputado Distrital Fernando Naves, que vem da Polícia Militar, e do ex-Deputado Cláudio Monteiro, que não está conosco nesta Casa, mas é da Polícia Civil. Isso é extremamente engrandecedor.

Parabéns ao Deputado Renato Rainha, que já está no segundo mandato e mantém a ordem e a polícia a serviço da população.

Eu gostaria de agradecer a todos vocês e ao Deputado Renato Rainha por esta iniciativa.

Convido a todos para entoarmos o Hino do Policial.

(Hino do Policial.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h16min.)

Decretos Legislativos

DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2000
(Autor do Projeto: Deputado José Edmar)

**Concede o título de
Cidadão Honorário de
Brasília ao Senhor José
Gregori.**

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Gregori.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de março de 2000

Deputado **EDIMAR PIRENEUS**
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 465, DE 2000
(Autor do Projeto: Deputado Rajão)

**Concede o título de
Cidadão Honorário de
Brasília ao Senhor Paulo
José dos Santos.**

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Paulo José dos Santos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de março de 2000

Deputado **EDIMAR PIRENEUS**
Presidente

Redações Finais

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 530, DE 2000

REDAÇÃO FINAL

**Altera dispositivo da
Norma de Edificação, Uso e
Gabarito - NGB 01/86 -
SGAN/S - Setores de
Grandes Áreas Norte e Sul
- Normas para todos os
lotes.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Os incisos I e II do item 11 da Norma de Edificação, Uso e Gabarito 001/86 passam a ter a seguinte redação:

"11.

I - Utilização de 80% da área total da cobertura.

II - As áreas serão destinadas a salas de reuniões, restaurantes, consultórios, escritórios de profissionais liberais, clínicas, sala de exposições, jardins e terraços."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de março de 2000.

PROJETO DE LEI Nº 2.657, DE 1997

REDAÇÃO FINAL

**Dispõe sobre a proteção
dos documentos de arquivos
públicos.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Incumbe ao Poder Público do Distrito Federal a gestão e a proteção dos documentos de arquivos públicos, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.

§ 1º Consideram-se arquivos públicos, para fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos e entidades da administração pública do Distrito Federal, no exercício de suas atividades, em decorrência de funções administrativas e legislativas.

§ 2º São, também, arquivos públicos, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituição de caráter público ou por entidade privada encarregada da administração de serviços públicos.

Art. 2º O Poder Público do Distrito Federal deverá estimular a gestão dos documentos de arquivos públicos visando:

I - à organização dos arquivos correntes, intermediários e permanentes, de forma a viabilizar a recuperação das informações contidas em seus documentos e o atendimento eficiente aos seus usuários;

II - à avaliação e seleção dos documentos, conforme os valores que apresentam para a administração e para a sociedade;

III - à preservação dos documentos que constituem o patrimônio arquivístico público do Distrito Federal, em todas as fases de arquivamento;

IV - à garantia do acesso às informações contidas nos documentos de arquivos públicos, observado o disposto na legislação federal e nesta Lei;

V - à adequada formação de recursos humanos que exerçam atividades arquivísticas.

Art. 3º Os documentos de arquivos públicos considerados de valor permanente são inalienáveis e a sua guarda imprescritível.

Art. 4º Os órgãos e entidades do Poder Público do Distrito Federal deverão constituir Comissões Permanentes de Avaliação, às quais competirá definir os prazos de guarda e a destinação dos documentos por eles produzidos e recebidos, observadas as orientações do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão central do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

Art. 5º A eliminação de documentos produzidos e recebidos por órgãos ou entidades do Poder Público do Distrito Federal será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Art. 6º A cessação de atividades de órgãos e entidades do Poder Público do Distrito Federal implicará o recolhimento de seus documentos à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.

Art. 7º São instituições arquivísticas públicas para fins desta Lei:

I - do Poder Executivo, o Arquivo Público do Distrito Federal, órgão central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal - SIARDF;

II - do Poder Legislativo, os arquivos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do

Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 8º Compete às instituições arquivísticas públicas a orientação e o acompanhamento das atividades de gestão documental desenvolvidas pelos órgãos e entidades do Poder Público do Distrito Federal, a guarda e a preservação permanente dos documentos públicos e de caráter público e a implementação da política distrital de arquivos.

Art. 9º É assegurado o acesso pleno aos documentos sob a gestão e a guarda de arquivos públicos do Distrito Federal, nos termos do disposto na Constituição Federal, na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e no Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997.

Art. 10 O Poder Público do Distrito Federal, ouvidas as instituições arquivísticas públicas, poderá identificar arquivos privados como de interesse público e social, quando constituírem conjunto de fontes relevantes para a história e para o desenvolvimento científico local.

§ 1º O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social será facultado ao público mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.

§ 2º Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados, a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.

Art. 11 Os arquivos privados identificados pelo Poder Público do Distrito Federal como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão e perda da unidade documental, nem transferidos ao exterior.

Parágrafo único. Na alienação desses arquivos, o Poder Público do Distrito Federal exercerá a preferência na aquisição.

Art. 12 O Poder Executivo e o Poder Legislativo terão o prazo de sessenta dias para regulamentar esta Lei nas suas respectivas esferas de atuação.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2000.

PROJETO DE LEI Nº 3.134, DE 1997

REDAÇÃO FINAL

Institui o Programa de Incentivo Profissional Superior para os servidores da área de segurança pública.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa de Incentivo Profissional Superior para os servidores da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal.

Art. 2º O Programa de Incentivo Profissional Superior consiste na criação de:

I - crédito escolar para financiar o terceiro grau de servidores da área de segurança pública;

II - programas de especialização para servidores portadores de cursos de terceiro grau.

Art. 3º Os recursos para o financiamento dos programas de que trata esta Lei correrão à conta das multas de trânsito provenientes de infrações registradas pelos equipamentos fixos instalados por empresas conveniadas com o Departamento de Trânsito ou com o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2000.

PROJETO DE LEI Nº 3.203, DE 1997

REDAÇÃO FINAL

Institui a data oficial comemorativa da criação da Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 30 de agosto como a data oficial comemorativa da criação da Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 08 de fevereiro de 2000.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 1998

REDAÇÃO FINAL

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Gregori.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Gregori.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2000.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 1999

REDAÇÃO FINAL

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Paulo José dos Santos.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Paulo José dos Santos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 1999.

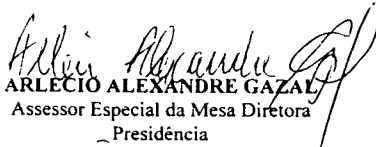
Mesa Diretora Gabinete da Mesa Diretora

DECISÃO Nº 087/2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 876/2000, de autoria do Deputado Rajão que requer cópia de processo ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Brasília, 24 de março de 2000.

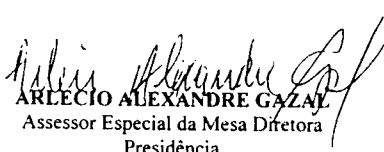

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 88 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 878/2000, de autoria do Deputado Rajão que requer esclarecimentos ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal sobre quais requisitos exigidos para ingresso de candidatos no Curso de Formação de Oficiais.

Brasília, 24 de março de 2000.


ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 89 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 877/2000, de autoria do Deputado Rajão que requer cópia de Inquérito Policial Militar ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Brasília, 24 de março de 2000.

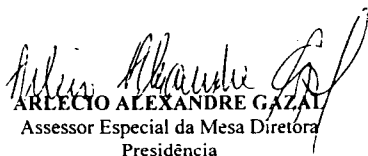

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 90 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 875/2000, de autoria do Deputado Rajão que requer informações ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar sobre processos administrativos de tratamentos odontológicos realizados por membros do Corpo de Bombeiros, na Odontoclínica do CBMDF.

Brasília, 24 de março de 2000.

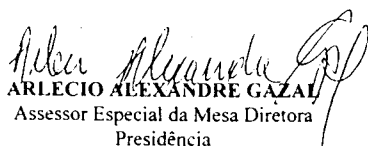

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 91 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 879/2000, de autoria do Deputado Rajão que requer cópias de processos administrativos licitatórios ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Brasília, 24 de março de 2000.

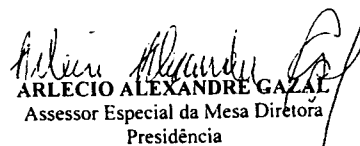

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 92 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 857/2000, de autoria da Deputada Maria José - Maninha que requer informações ao Secretário do Trabalho, Emprego e Renda sobre contratação de empresa com dispensa de licitação.

Brasília, 24 de março de 2000.


ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 93 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 860/2000, de autoria da Deputada Maria José - Maninha que requer informações ao Secretário do Trabalho, Emprego e Renda sobre contratação de empresa com dispensa de licitação.

Brasília, 24 de março de 2000.

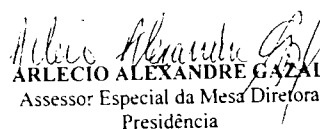

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 94 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 861/2000, de autoria da Deputada Maria José - Maninha que requer informações ao Secretário do Trabalho, Emprego e Renda sobre contratação de empresa com dispensa de licitação.

Brasília, 24 de março de 2000.


ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 95 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 863/2000, de autoria da Deputada Maria José - Maninha que requer informações ao Secretário do Trabalho, Emprego e Renda sobre contratação de empresa com dispensa de licitação.

Brasília, 24 de março de 2000.


ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 96 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 864/2000, de autoria da Deputada Maria José - Maninha que requer informações ao Secretário do Trabalho, Emprego e Renda sobre contratação de empresa com dispensa de licitação.

Brasília, 24 de março de 2000.


ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 97 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 854/2000, de autoria do Deputado Alirio Neto que requer informações ao Secretário do Trabalho, Emprego e Renda sobre contratos celebrados com entidades não governamentais que estão sob investigação do Ministério Público.

Brasília, 24 de março de 2000.


ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 98 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 868/2000, de autoria da Deputada Maria José - Maninha que requer informações ao Secretário de Esportes e Valorização da Juventude sobre liberação de recursos para federações esportivas.

Brasília, 24 de março de 2000.


ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 99 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 872/2000, de autoria do Deputado Paulo Tadeu que requer informações ao Secretário de Transportes sobre a Rodoferroviária de Brasília.

Brasília, 24 de março de 2000.

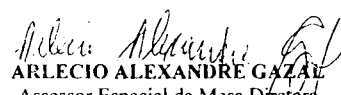

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 100 /2000

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 866/2000, de autoria da Deputada Maria José - Maninha que requer cópia de processo ao Secretário de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 24 de março de 2000.


ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

Ato Administrativo

ATO DO PRESIDENTE Nº 057, DE 2000

A Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais

RESOLVE:

1 - NOMEAR OSMAN DE ARAÚJO RORIZ para exercer o cargo especial de gabinete, CL-07, no Gabinete Parlamentar do Deputado Benício Tavares (Resolução 143/97 - Processo nº 001.0790/00- CLDF).

2 - EXONERAR NORIVALDO BORBA PIMENTA, matrícula 14.330-52 do cargo especial de gabinete, CL-07, no Gabinete Parlamentar do Deputado Benício Tavares (Resolução 143/97 - Processo nº 02263/99- CLDF).

- Publique-se e registre-se.

Brasília, 24 de março de 2000.

Deputado **EDIMAR PIRENEUS**
Presidente

Convocação

ASCAL - Associação dos Servidores da Câmara Legislativa do DF

SIGCGN 716 BL. H L 36 W3 NORTE - Fone (061) 349-8381/5951 - CEP 70770-386 - CXC: 37.117.066.0001-76

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente da Associação dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e no que lhe confere o inciso III do artigo 38, os artigos 47, 48, 50 e 51 do Estatuto, CONVOCA todos os associados da ASCAL para a Eleição da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para o Biênio 2000 a 2002.

DATA: 28 de abril de 2000

LOCAL DE INSTALAÇÃO DE URNA: Galeria do Plenário

HORÁRIO: Das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 h

HORÁRIO E LOCAL DA APURAÇÃO: Auditório da CLDF - a partir das 16:30 h

Brasília, 14 de março de 2000

TEREZA CRISTINA DO NASCIMENTO
Presidente da ASCAL

Convite

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação - CPL

CONVITE Nº 010/2000

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Legislativa do Distrito Federal comunica o resultado do julgamento da licitação em epigrafe, processo nº 001-00.341/2000: vencedora: **GRAFIMAC Gráfica, Materiais e Serviços Ltda.** Maiores informações na Comissão Permanente de Licitação, Sala D03 (Ed. Sede Emater/CLDF), SAIN, Parque Rural, ou pelo telefone 348.8650 ou fax 348.8651.

Brasília-DF, 24 de março de 2000.

SÉRGIO LUIZ DA SILVA NOGUEIRA
Vice-presidente

Extratos de Contrato

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 001.002.427/99, Contrato nº 004/2000 firmado entre a CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF (CONTRATANTE) e a empresa AMAZONAS DIGITAL S/A (CONTRATADA). Objeto: fornecimento de dez (10) Microcomputadores marca TATUNG, modelo TTF-2280, Pentium III, 500 MHz, equipado com monitor SVGA de 17", e teclado alfanumérico de 104 teclas ABNT (buckle spring), mouse óptico-mecânico, gabinete mini-torre, kit multimídia 48x, e software Windows 98 em português, e a respectiva assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva pelo período de 12 meses, tudo conforme especificação na proposta técnica constante do processo 2427/99 - TP-001/99-CEL. Nota de Empenho: 00NE00057, no valor de R\$ 31.950,00 (trinta e um mil novecentos e cinquenta reais). Valor do contrato: R\$ 31.950,00 (trinta e um mil novecentos e cinquenta reais). Vigência: doze (12) meses, a contar da data de instalação dos equipamentos; Legislação: Lei nº 8.666/93 e alterações. Partes: Pela CLDF: EDIMAR PIRENEUS, pela AMAZONAS DIGITAL S/A: ANDRÉ SANTA RITA PEREIRA. Testemunhas: Rozendo Ferreira Pinto e André Maria Oliveira Gomes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 001.002.427/99, Contrato nº 006/2000 firmado entre a CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF (CONTRATANTE) e a empresa POSITIVO INFORMÁTICA LTDA (CONTRATADA). Objeto: fornecimento de trinta (30) Microcomputadores marca Positivo, modelo POS-AT 500K-P, Pentium III, 500 MHz, equipado com monitor SVGA de 15", e teclado alfanumérico de 104 teclas ABNT (buckle spring), mouse óptico-mecânico, gabinete mini-torre, kit multimídia 50x, e software Windows 98 ou mais recente, e a respectiva assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva pelo período de 12 meses, tudo conforme especificação na proposta técnica constante do processo 2427/99 - TP-001/99-CEL. Nota de Empenho: 00NE00056, no valor de R\$ 86.190,00 (oitenta e seis mil cento e noventa reais). Valor do contrato: R\$ 86.190,00 (oitenta e seis mil cento e noventa reais). Vigência: doze (12) meses, a contar da data de instalação dos equipamentos; Legislação: Lei nº 8.666/93 e alterações. Partes: Pela CLDF: EDIMAR PIRENEUS, pela POSITIVO INFORMÁTICA LTDA: ALCIR XAVIER VITÓRIA JÚNIOR. Testemunhas: Rozendo Ferreira Pinto e André Maria Oliveira Gomes.

Reconhecimento de Dívida

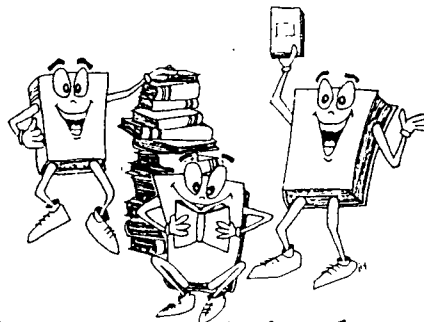
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Processo nº 002.774/99 - Favorecido: MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO e Outros. Valor: R\$ 1.675,75 (Um mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos). Objeto: Ressarcir despesas com inscrição "Encontro Anual e Fórum de Liderança Estatal", realizado em 03 a 07/12/99, em Quebec/Canadá; e despesa com tradução realizada p/ Tradutor Público Oficial. Reconhecimento da Dívida pelos Ordenadores de Despesas: Paulo Roberto Soares e Artécio Alexandre Gazal, em 23/03/2000.

Clube do Livro

Só falta você.

Venha participar do Clube do Livro da
Câmara Legislativa do DF.



Para ser sócio, basta
doar um livro e retirar
até cinco de uma vez.

Venha para o Clube do Livro.
Só falta você.

Clube do Livro

Biblioteca da Câmara Legislativa
Tel.: (061) 348.8432

A Saideira



PARE
PENSE
FIGUE VIVO



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL
Trabalhando Por Você.